Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História
Programa de Pós Graduação em História

História na Primeira República: perspectivas ético-políticas nos ensaios de Paulo Prado e Manoel Bomfim

Clayton José Ferreira

Mariana
2016

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História
Programa de Pós Graduação em História

História na Primeira República: perspectivas ético-políticas nos ensaios de Paulo Prado e Manoel Bomfim

Clayton José Ferreira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História. Área de Concentração: Poder e Linguagens. Linha: Poder, Espaço e Sociedade. Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel

Mariana
2016

F383h Ferreira, Clayton José.
História na Primeira República [manuscrito]: perspectivas ético-políticas nos ensaios de Paulo Prado e Manoel Bomfim / Clayton José Ferreira. - 2016.
126f.:

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.
Área de Concentração: Poder e Linguagens.

1. Teoria do conhecimento. 2. Primeira República. 3. Prado, Paulo, 1869-1943. 4. Bomfim, Manoel, 1868-1932. I. Rangel, Marcelo de Mello. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Titulo.

CDU: 94(81).07

Catalogação: www.sisbin.ufop.br

Clayton José Ferreira

"História na Primeira República: perspectivas ético-políticas nos ensaios de Paulo Prado e Manoel Bomfim"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFOP como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História. Linha: Poder, Espaço e Sociedade. Área de Concentração: Poder e Linguagens.

Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel

Departamento de História/ UFOP

Prof.Dr. Marcelo Santos de Abreu

Departamento de História/ UFOP

Prof. Dr. Fábio Murici dos Santos

Departamento de História/UFES

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar

Departamento de História/ UFU

18/03/2016

À minha avó, meus pais, minha irmã e à Helena.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer por toda paciência, compreensão, atenção, inspiração intelectual e profissionalismo do orientador e amigo, Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel. Agradeço também a banca: Prof. Dr. Alexandre Avelar, Prof. Dr. Fábio Muruci e ao Prof. Dr. Marcelo Abreu, Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira. Também aos apontamentos e comentários e todo tipo de ajuda dos Prof. Dr. Henrique Gaio, Prof. Dr. Marcelo Jasmin, Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo, Prof. Dr. Sérgio da Mata, Prof.ª Dr.ª Giulle da Mata, Prof.ª Dr.ª Helena Miranda Mollo, Me. André Ramos e Ma. Thamara de Oliveira Rodrigues.

Agradeço a meus pais Neusa de Carvalho, Osvaldo José Ferreira, à minha irmã Jeysiane Carvalho Ferreira e à minha avó Margarida dos Reis por todo amor, apoio, compreensão, carinho, educação e por cada segundo de suas vidas que compartilham comigo. À Helena Azevedo Paulo de Azevedo por se fazer sempre minha amada companheira a toda e qualquer situação. Também à Prof.ª Dr.ª Jane Azevedo da Silva e ao Prof. Me. Gil Carvalho Paulo de Almeida pelos conselhos e carinho. Agradeço também aos queridos amigos, em especial a Eduardo Oliveira, Eduardo Reis, Cezar Peret, Júlio Cezar da Paz, Alysson Ferreira, Antônio Arnaldo, Danilo Barcelos, Bruno Scaramussa, Flávio Reis, Natalia Perrigil, Fernanda Bastos, Ana Paula, Danilo Ferreira, Weslley Bastos, Alex Mazzeti, Taciane Santana e a revisora Nayara Santos. Aos colegas de mestrado e à secretaria da pós-graduação. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro que possibilitou esta pesquisa.

Mariana, Fevereiro de 2016.

“Deixasse de haver comunicação das consciências, e tudo isto, que consideramos como vida do espírito, teria cessado. *Inteligência*, nos conhecimentos, *afetividade*, nos sentimentos, *vontade*, na ação, existem para efeitos de socialização e comunicação. O que há de humano na sensibilidade são os seus aspectos morais e estéticos (...).”

(Manoel Bomfim, *Pensar e Dizer*, 1926)

FERREIRA, Clayton José. História na Primeira República: Perspectivas ético-políticas nos ensaios de Paulo Prado e Manoel Bomfim. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação.

Resumo

Nesta dissertação pretendemos investigar as principais características da historicidade (experiências históricas determinadas e temporalizadas) de parte da intelectualidade do início do século XX, mais especificamente acerca de Paulo Prado e Manoel Bomfim. Deste modo, serão analisados os ensaios *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928) e *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930), respectivamente escritos por Prado e Bomfim. Nossas reflexões serão norteadas pelas seguintes hipóteses: a) defende-se que a experiência de tempo foi marcada pela aceleração radical (a qual podemos tratar como instabilidade); b) há busca por orientação e certa estabilidade através da tematização do passado; c) os autores mencionados possuem uma atitude melancólica (tensão entre pessimismo e otimismo); d) ainda, pretendem reorganizar a relação acerca das experiências intensificando uma "distância histórica" a respeito das dimensões do passado consideradas negativas e reduzindo tal distância quando planejam reaproximar alguma experiência potencializadora do presente; e) as linguagens pragmáticas de seus ensaios se organizam em torno de dimensões lógico-formais e estéticas, ambas a partir de intenções ético-políticas.

Palavras-Chave: História das Ideias, História da Primeira República, Paulo Prado, Manoel Bomfim

Abstract

This Dissertation intends to investigate the main characteristics of historicity (determinated and temporalized historical experiences) of brazilian intellectuality in the begining of 20th century, specificly about Paulo Prado and Manoel Bomfim. It will be analysed two essays: *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928) and *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930), respectively written by Prado and Bomfim. The reflection has basis in the follow hypothesis: a) we defend that time experience was marked by radical acceleration (it can be called *instability*); b) it exists a search for orientation and stability throw comprehension of the past; c) both mentioned authors own a melancholy attitude (tension between pessimism and optimism); d) the authors intend to reorganize the experiences relations intensifying a 'historical distance' about negative past dimensions and reducing this distance when intends to re-engage any potential experience from that present time; e) the pragmatic language in these essays are organized around formal-logical and aesthetics dimensions, both from ethic-political intentions.

Key-Words: History of Ideas, History of First Brazilian Republic, Paulo Prado, Manoel Bomfim

Sumário

Introdução

O ensaio e a história: experiência de tempo acelerada no início do século XX brasileiro.....7

Capítulo 1

A Primeira República dos homens de letras: engajamento, melancolia, sentido e estética.....13

1.1 A decepção com o Estado e o interesse nas causas públicas: afastamento dos letrados *da política* e aproximação *do político*.....13

1.2 Preocupação ética e à atitude melancólica: sobre solidariedade, egoísmo e afetividade.....26

Capítulo 2

O retrato melancólico de Paulo Prado: um passado que se faz presente.....35

2.1 *Herança histórica* e linguagem: *Os aspectos, as emoções, a representação mental dos acontecimentos*.....35

2.2 Presentificação da *Luxúria*, da *Cobiça*, da *Tristeza* e o *Romantismo*.....45

2.3 Pluralidade na relação com o passado em *Retrato do Brasil*.....55

Capítulo 3

A história no Brasil segundo Bomfim: potencialidades em um *espaço de experiências* referencial.....78

3.1 Conhecimento histórico e representação no gênero ensaio.....78

3.2 Teoria de uma pragmática: objetividade e subjetividade na história.....83

3.3 A respeito da relação entre tradição e sociabilidade.....97

3.4 O conceito de *progresso* na temporalidade instável de Manoel Bomfim.....106

Conclusão.....116

Referências Bibliográficas.....120

Introdução

O ensaio e a história: experiência de tempo acelerada no início do século XX brasileiro

Neste trabalho serão estudadas algumas das características da experiência de tempo de parte da intelectualidade[1] das três primeiras décadas do século XX através de dois ensaios que acredito evidenciar parte significativa das tensões compartilhadas por dois autores importantes do período. A partir dos ensaios[2] *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928), de Paulo Prado e *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930) de Manoel Bomfim, será investigado em que medida o conhecimento histórico buscou nortear uma temporalidade que, por meio das transformações sociais, políticas e culturais, foi marcada por um ritmo acelerado.[3]

A percepção a respeito de um desnorteamento no interior desta instabilidade temporal teria gerado uma contra medida de ação frente aos desafios aparentemente quase que insuperáveis. Tal disposição caracterizou-se por uma iniciativa pragmática - projeto de ação e orientação - constituída por dois esforços aqui analisados segundo as categorias propostas por Gumbrecht: a elaboração de sentidos sobre o passado simultaneamente a uma atividade estética e de produção de presença. Segundo nossa hipótese, ambas são perspectivas de linguagem textual intensamente utilizadas por estes intelectuais e possuem fortes disposições

---

[1] É necessário reconhecer aqui a generalidade da categoria *intelectual*, porém, com contornos melhor delimitados, esta categoria pode fornecer uma chave analítica essencial da classe letrada em questão. Indo ao encontro de Angela de Castro Gomes, com *intelectual* refiro-me a: "(...) uma categoria sócio-profissional de contornos pouco rígidos, ou seja, como produtores e mediadores de interpretação da realidade social que possuem grande valor político. Porém, uma das premissas da reflexão é que, no Brasil de fim do século XIX e das primeiras décadas do XX, não é consistente (empírica e teoricamente) assumir uma separação entre campo intelectual e político, embora seja possível reconhecer uma relativa e crescente autonomia na dinâmica de cada um deles". GOMES, 2009, p. 26.

[2] Dutra faz apontamentos ao texto de Elysio de Carvalho que, acredito, dizem respeito à referência do ensaio como gênero textual entre muitos dos seus contemporâneos: um "ensaio literário com forte influência da arte e da literatura europeia na figura de autores como Gabriele d`Annuzio, Oscar Wild e Marcel Proust; e da filosofia e da crítica alemã, a exemplo de Nietzsche e Heine". DUTRA, 2005, p. 89.

[3] As perspectivas teórico/metodológicas desta pesquisa estão formuladas principalmente nos estudos em relação *ao político* e *a política* de Pierre Rosanvalon, nas compreensões a respeito da experiência de tempo e na história dos conceitos de Reinhart Koselleck, na presença realizada pela linguagem, nos "efeitos de presença" e "sentido" e na compreensão de *stimmung* de Hans Ulrich Gumbrecht, além da noção de melancolia e da história como pragmática as quais têm sido propostas por Marcelo de Mello Rangel.

ético-políticas. Em seus ensaios, as temáticas culturais e sociais em suas diversas camadas tornam-se protagonistas das reflexões e dos argumentos pragmáticos lógico-formais e estéticos[4]. Para tal iniciativa o conhecimento histórico exerce a função de um interpretador crítico legítimo central.

No interior destas escolhas, este saber histórico procura possibilitar novas relações com o passado através de uma diminuição da "distância histórica" ou da intensificação da "distância histórica". Ou seja, há em seus ensaios um esforço de aproximação em relação a certas experiências do passado consideradas positivas para o presente, simultaneamente à intensificação do alargamento e distanciamento a respeito das dimensões passadas consideradas inadequadas às perspectivas da temporalidade própria destes ensaístas. Ainda, segundo nossas reflexões, estas ações de enfrentamento frente a uma realidade marcada por dificuldades colossais indicam uma atitude de melancolia que caracteriza grande parcela do pensamento e sensibilidade dos homens de letras.[5]

De modo similar, encaram a historiografia metódica e historicista com grandes ponderações[6], o que também significa dizer que mesmo compreendendo alguns sentidos no processo histórico, são céticos em relação a uma meta-narrativa ou filosofia da história de grande rigidez. Há séria descrença quanto a leis históricas restritas e, sendo assim, como característica da sua atitude melancólica, investem no discurso progressista simultaneamente à desconfiança no que tange ao progresso linear. Tal perfil, gradativamente se sedimentaria na primeira metade do século XX, especialmente após a Grande Guerra.

No primeiro capítulo tentaremos apontar parte das experiências dos letrados nesta Primeira República. A partir das reflexões realizadas por Pierre Rosanvallon sobre o que constitui *a política* e *o político*, destacaremos o

---

[4] A saber, encontramos em seus textos projetos os quais procuram indicar possiblidades de ação para o enfrentamento e transformação da realidade social e política do país. Alguns destes projetos possuem características que visam dar ordem racional e lógica as suas compreensões sobre seus objetos de estudo (o passado, o presente, política, etc.) enquanto outros dispõem de uma iniciativa sensorial, afetiva e subjetiva a respeito de seu entendimento sobre tais objetos.

[5] É importante indicar que tais autores, quando pretendem refletir acerca do presente através de experiências passadas estão completamente distanciados de princípios de uma história como mestra da vida.

[6] Em muitos dos ensaios não existe a intensão em definir uma compreensão de historicismo, mas nota-se claramente o conhecimento destes argumentos. No interior da falta de definição e mesmo entre alguns equívocos conceituais é possível concluir que há aproximação entre estes autores e os preceitos historicistas - metodológicos, científicos e filosóficos (metanarrativa). O que de fato grande parte destes autores se opõe, especialmente aqui, Bomfim e Prado, diz respeito ao positivismo, e não ao historicismo.

afastamento sedimentado entre os letrados e a administração governamental (espaço *da política*) coexistente ao intenso engajamento às questões públicas (espaço *do político*). Durante a década de 1880, a classe letrada investiu ativamente na promoção\instituição da República e na abolição da escravidão. Com a queda do Império e a instalação do novo regime, havia grande expectativa de que o novo governo atenderia aos ideais liberais, as causas públicas e encontrasse naqueles intelectuais sua finalidade para a gestão eficiente do Estado.

No entanto, em pouco tempo a República assentou-se em um grupo oligárquico que priorizava seus interesses econômicos e, para tal, manuseava os cargos ligados ao governo visando estabelecer relações clientelistas para seus próprios fins. Esta seria uma grande decepção a respeito da organização da República, a qual marcaria tanto a geração do final do século XIX quanto do início do século XX – o Estado possuía pouco compromisso em relação aos letrados os quais ajudaram a fundá-lo; evitava convocar aqueles mais adequados as suas funções em detrimento da criação de um sistema de dependência e troca de favores. Entretanto, esta mesma classe letrada manteve-se constantemente engajada com a tematização e reflexão dos diversos aspectos da realidade social, ou seja, o distanciamento da administração direta no interior do regime não significou o afastamento *do político*. Neste sentido, não é difícil encontrarmos nas obras destes autores a presença acentuada de projetos ético-políticos durante suas abordagens sobre aquilo que era considerado de grande importância nacional.

Para muitos destes intelectuais e, especificamente neste trabalho, Bomfim e Prado, esta temporalidade acelerada, marcada por certa decepção e realismo, simultâneo a um esforço de enfrentamento das adversidades, define o que Marcelo Rangel caracteriza como clima melancólico.[7] Na busca por certa estabilização no interior desta experiência, torna-se essencial ponderar a respeito do individualismo, das condições de sociabilidade, sobre a solidariedade e a afetividade. Um projeto político não poderia ter sucesso se não estivesse solidamente apoiado em uma cultura ético-moral minimamente estabelecida e generalizada. Portanto, um programa para alfabetização e educação fazia-se urgente para orientar a população a proposta política moderna de nação.

[7] RANGEL, 2005, p. 22-23.

O segundo capítulo estará focado no estudo do ensaio de Paulo Prado publicado em 1928. Segundo o autor, o presente republicano é fruto de um processo histórico que gradativamente produziu e concretizou um sentimento generalizado de tristeza. A cobiça e a luxúria difusa na sociedade colonial, juntamente com certa ineficácia de gestão do Estado produziram a insociabilidade e uma desordem afetiva que culminou no egoísmo. As convicções intelectuais do romantismo solidificaram ainda mais tal instabilidade. Para Prado, estas condições convergiram na fixação da tristeza durante a formação dos elementos da nação moderna, o que acabava por produzir uma indolência na sociedade. Foi este temperamento histórico que se tornou, portanto, uma herança negativa do passado. No entanto, como as tradições se constituem através das experiências históricas, Prado indica a possibilidade de reestabelecer uma nova relação com o passado de forma a superar esta ordem afetiva.

A operação se constitui de uma dualidade a qual pretende negar esta herança simultaneamente à valorização de outras dimensões do passado, produzindo uma reeducação sentimental, como consequência, a sociabilidade. Nota-se que não há um esforço em intensificar a aceleração temporal, a qual afastaria cada vez mais o passado do presente e futuro, mas sim o distanciamento a respeito de certas experiências concomitante a aproximação de outras consideradas mais adequadas. O aparato estético de Prado busca viabilizar uma intimidade com o passado através de uma descrição densa de ambientes históricos que provocam a percepção sensitiva do leitor. Este vínculo possui uma dimensão ética; a qual quer produzir a sensação de inadequação de certa consequência passada ou a necessidade de valorização de elementos históricos. Prado aponta seus projetos ético-políticos através de uma linguagem lógico-formal e estética, porém, como característica de uma atitude melancólica, sempre matiza as dificuldades em realizá-las no interior das adversidades do seu tempo.

No terceiro e último capítulo será analisado o ensaio *O Brasil na História* de Manoel Bomfim. Seu ensaio investe em uma densa reflexão crítica a respeito da epistemologia da história. Bomfim produz uma síntese da produção historiográfica sobre o Brasil tentando demonstrar o papel importante do conhecimento histórico em uma comunidade nacional. Para o autor, este saber está profundamente filiado à constituição de tradições, memórias coletivas e disposições mentais, as quais se associam à organização da sociedade moderna no

processo de formação da nação e no progresso coletivo. A proposta de Bomfim procura associar o estudo científico teórico\metodológico à preocupação com as propriedades subjetivas e afetivas na historiografia. Para o autor, é preciso teorizar e compreender melhor a multiplicidade da pesquisa científica, a qual invariavelmente não pode ser definida ingenuamente apenas pela objetividade. Do mesmo modo, Bomfim compreende uma necessidade de valorização de aspectos históricos para produzir uma disposição afetiva de animo. Ao negligenciar o valor e as potencialidades das experiências passadas em detrimento apenas de seus aspectos negativos, o historiador poderia estar atribuindo uma desmotivação nociva ao sucesso do presente.

Do mesmo modo, não refletir acerca dos elementos ético-políticos da ciência, e especialmente da história, resultava em um desfalque a respeito da apropriação política do saber na ordem moderna ocidental do Estado-Nação: muitos países considerados altamente desenvolvidos anunciavam que seus sucessos eram cientificamente explicados pelas suas superioridades étnicas, históricas, culturais, políticas. Segundo Bomfim, esta noção é uma deturpação teórica da ciência hipocritamente velada pelo argumento da objetividade e da verdade – as propriedades epistemológicas da ciência e a ontologia humana eram evidências desta falácia. No entanto, a pior consequência desta compreensão se encontrava na legitimação de argumentos para preconceitos, agressões bélicas, imperialismos, relações tutelares, elaboração de dependências internacionais e outras formas de exercício da violência.

Seria preciso, portanto, ter consciência das dimensões teóricas no processo de produção do conhecimento científico para não estabelecer uma relação ingênua com o mesmo. Para Bomfim, é preciso que a historiografia aponte tais características para, então, produzir um projeto ético-político esclarecido que potencialize a sociabilidade, uma relação afetiva adequada e um desenvolvimento sintonizado com as expectativas do presente. Em uma experiência de tempo instável como a Primeira República compreendida por Bomfim, era preciso reorganizar o vínculo com o passado reduzindo a “distância histórica” a cerca das experiências passadas que poderiam atribuir alguma positivação ao presente e intensificando a distância com aquelas que ocasionavam negatividades.

Trata-se, mais uma vez, de uma atitude melancólica, um embate entre a urgência de agir e as atribulações do tempo. Em ambos os ensaios a linguagem foi

elaborada em seus textos em dois movimentos pragmáticos: 1) de forma a apresentar compreensões de ordem lógico-formal (uma racionalização da análise); 2) através de uma estética que buscou se relacionar com a sensibilidade, com os aspectos sensoriais do seu leitor, indicando características subjetivas da realidade (valor, afetividade, etc.) e\ou buscando experienciar circunstâncias do passado. Nestas operações, o conhecimento histórico exerceu a função de um importante interpretador crítico legítimo dos diversos aspectos da existência coletiva no tempo.

Capítulo 1

A Primeira República dos homens de letras: engajamento, melancolia, sentido e estética

1.1 Afastamento dos letrados da política e aproximação do político

A vasta produção intelectual entre os letrados na Primeira República esteve intensamente interessada em participar das reflexões a cerca de uma sociedade brasileira a qual parecia ter que atuar cada vez mais ativamente para consolidar um Estado e uma nação[8]. Define-se, assim, um "modelo ideal de nação desejado: uma nação reconhecida pela sua diferença com outras nações e que participe do universal pela via da ilustração e, como veremos à frente, pelo progresso técnico-científico".[9] Com o protagonismo do elemento social, ou do "povo" como um singular coletivo, fazia-se urgente atentar-se especialmente para os múltiplos matizes do país, ao mesmo tempo em que era preciso participar com mais força de uma comunidade internacional. A República instaurada em 1889, resultado do desgaste do regime monárquico e de uma grande frente republicana, abolicionista e liberal (a qual os homens de letras tomaram frente) sintonizava-se a uma perspectiva ocidental. Grande parte da intelectualidade possuía grandes esperanças a respeito da resolução de parte de suas expectativas sociais e políticas.

Neste momento "a palavra de ordem da 'geração modernista de 1870' era 'condenar a sociedade fossilizada' do império e pregar as grandes reformas redentoras: 'a abolição', 'a república', 'a democracia'. O engajamento se torna a condição ética do homem de letras": modernização, republicanismo, democracia, abolicionismo, política liberal, e cientificismo. No entanto, a obra destes homens de letras é profundamente caracterizada por um grande clima de decepção em relação ao regime republicano, a consolidação oligárquica, o pouco alcance do Estado a áreas além do sudeste, conflitos internos e externos dentre outros problemas que perpassaram a última década do século XIX e início do século XX. Ao menos até a década de 1930, grande parte dos intelectuais continuaram

[8] Segundo Dutra, conceito concebido por Herder, Michelet, Renan e Fustel de Coulanges no século XIX e de grande importância para os letrados republicanos do final do século XIX e início do século XX. DUTRA, 2005, p. 83.
[9] DUTRA, 2005, 113-114.

produzindo diagnósticos e projetos que provocassem seus leitores a preocupar-se com o que seria uma transformação social: "um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia".[10]

Como capital do país, o Rio de Janeiro foi, neste momento, um espaço privilegiado destas disputas sendo o centro de decisões políticas e administrativas; além de reunir um grande capital cultural, sediando grande parte da imprensa, das editoras, cursos de formação, parte expressiva da produção literária, do movimento editorial e o comércio de edições, tornando-se local de sociabilidade da intelectualidade.[11] Com a consolidação do que é entendido como uma república oligárquica no governo de Campos Sales, - presidente entre 1898 a 1902 - é especialmente neste espaço que também irá se assentar uma decepção com o regime e certa separação dos homens de letras da política[12]. Ou seja, os letrados se oporiam a grande parte das diretrizes governamentais e não comporiam diretamente mais este Estado.

Suas decepções traduzem-se na divergência de que seus prognósticos, reflexões e possíveis soluções norteadas pelo social não convergiam com os interesses das oligarquias, as quais utilizaram os cargos públicos como relações clientelistas, produzindo o que é conhecido como "República dos Conselheiros".[13] O diagnóstico do atraso econômico e social está calcado em argumentos que acusam a falta de integração do país, de uma administração racional das riquezas, se remetendo ao atraso material, à falta de políticas públicas e alcance do Estado e, também, à própria condição de subalternidade do Brasil frente a outras nações. Não menos importante, grande parte destas deficiências diziam respeito à falta de preparo daqueles que ocupavam a máquina burocrática e administrativa do país: os bacharéis. Há nos trabalhos destes letrados uma incisiva crítica ao que chamam

---

[10] Nomes importantes neste momento segundo Sevcenko: Tobias Barreto, Silvio Romero, Clóvis Bevilacqua, Arthur Orlando, Araripe Junior, Capistrano de Abreu e Graça Aranha. Aluísio Azevedo, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Euclides da Cunha. Alfredo de Carvalho (historiador), José Veríssimo, Alberto Torres, Augusto dos Anjos, Cruz e Souza. Farias Brito, Coelho Neto, Bernardino Lopes. Olegário Mariano. SEVCENKO, 1989, p. 78-79.

[11] DUTRA, 2005, p. 23-24.

[12] A maioria destes intelectuais exerceram cargos privados ou públicos no âmbito daquilo que foi definido como espaço do político, portanto, dificilmente encontraremos casos onde se tratava de uma participação direta com a política. SEVCENKO, 1989, P. 94.

[13] SEVCENKO, 1989, p. 46.

de *bacharelismo*, desaprovando uma cultura clientelista própria às elites brasileiras.

Segundo este juízo, tais homens usavam seus títulos de bacharéis como "um talismã para os empregos públicos", preocupados especialmente com seus interesses particulares e não com a causa pública.

> A denúncia do empreguismo e das redes de relações clientelísticas com fácil alcance ao aparelho de Estado e à política republicana, a qual desqualificaria a verdadeira aptidão e formação especializada para gerência dos negócios públicos, soma-se à denúncia do diploma como um simulacro, uma vez que os cursos frequentados pelo bacharel seriam incapazes de lhe dar um preparo prático e inteligente para a vida diária.[14]

Através da análise de um artigo intitulado "Psicologia do Bacharelismo" no *Almanaque Garnier* de 1910, Eliana Dutra demonstra em tal denúncia ao *bacharelismo* um interessante posicionamento. O "povo inglês sabia escolher seus governantes, uma vez que seus dirigentes não eram somente doutores" e, segundo o autor do artigo mencionado, "os representantes dos interesses nacionais saem proporcionalmente de todas as classes, segundo a importância social de cada uma".[15]

Os homens de letras compreendiam-se como os mais preparados para a ocupação de tais cargos ou de algum tipo de atuação no que tange às decisões governamentais. Para eles, suas aptidões eram claras devido as suas formações, escolhas profissionais, intenso investimento na compreensão das causas públicas e dos problemas nacionais, como aponta Sevcenko[16], Gomes[17] e Hansen[18]. No entanto, nos termos de Pierre Rosanvallon, se há um distanciamento entre os homens de letras e *a política*, essa entendida como a competição partidária (no nosso caso, oligárquica) e o exercício do poder mais propriamente dito, tais letrados mantêm-se intensamente ativos no plano *do político*.

A saber, tal plano se constitui como uma "modalidade de existência da vida comum" e "uma forma de ação coletiva que se distingue implicitamente do

---

[14] DUTRA, 2005, p. 180.
[15] O artigo mencionado por Dutra é de autor anônimo. DUTRA, 2005, p. 180-181.
[16] SEVCENKO, 1989, p. 45-46.
[17] GOMES, 2009, p. 25-27.
[18] HANSEN, 2000, p. 28.

exercício da política" – trata-se, enfim, da vida pública, da representatividade, daquilo que constitui a *polis*.[19] Tais atitudes demonstram-se como *melancólicas* onde, apesar de possuírem certa desilusão e descrença, caracterizadas por um forte realismo limitador, também investem em um vigoroso engajamento por entenderem que é necessário comprometer-se com a vida pública e o espaço intelectual. Neste sentido, o conceito de *melancolia* é de grande importância para nossas concepções:

> (...) compreendemos então que (a) no interior de um "tempo histórico" marcado pela experiência da aceleração (...) os homens são provocados a perceber e a refletir sobre o tempo a partir da compreensão de que ele é um agente autônomo e imediato de transformações. E, como desdobramento dessa necessidade, evidencia-se uma compreensão ontológica específica, a de que a existência humana é deveniente, ou seja, que ela se transforma incessantemente. E mais: (b) no interior de um "tempo histórico" marcado pela aceleração, no qual vigora a compreensão (e/ou impressão) de que a existência humana é determinada pela deveniência, torna-se adequada a percepção antropológica de que o sofrimento é próprio aos homens em geral. E, por fim, (c) dá-se, assim, a conformação de um "clima histórico" melancólico.[20]

Coloca-se, assim, a importância do estudo das obras destes autores, não porque são apenas "expressões do pensamento, mas porque eles representam a formalização de um momento histórico, político ou filosófico específico".[21] Esta história das ideias ou história intelectual não pode ser limitada à análise de grandes textos, no entanto, estes trabalhos "ilustram as questões suscitadas em determinado período histórico e as respostas então oferecidas".[22] E mais, a compreensão destas ideias são fundamentais para que possamos nos movimentar melhor no interior de nosso próprio tempo[23]. Tanto no Brasil como na Europa, nesta temporalidade, o campo intelectual, a sua produção (livros, discursos,

---

[19] ROSANVALLON, 2010, p. 72–73.
[20] RANGEL, 2013, p. 170-171.
[21] ROSANVALLON, 2010, p. 46-47.
[22] ROSANVALLON, 2010, p. 44-45.
[23] Segundo Christian E. Cyril Lynch, "Para Rosanvallon, a tarefa do historiador é a de tentar *restituir ao passado sua dimensão de presente*, isto é, de indeterminação. Para tanto, é preciso resgatar a experiência política dos atores, seus sistemas de ação, representação e contradição, de tal sorte que o presente do passado nos ajude a melhor refletir sobre o nosso presente e não apenas explicar simplesmente o presente ou o que ele foi". ROSANVALLON, 2010, p. 33-35.

artigos de jornais e revistas, peças de teatro, etc.) e o campo político não podem ser separados[24], tanto empiricamente como teoricamente[25]:

> Ou seja, uma concepção que não se restringe à atuação formal em termos de funções representativas (executivas ou legislativas), podendo-se estender: 1) à defesa de ideias e\ou à formulação de projetos políticos-culturais, mais ou menos bem acabados, que se manifestam pela produção de obras dos mais diferentes tipos, dirigidas aos mais diversificados públicos; 2) à ocupação de cargos\funções em *loco* privilegiados, fossem eles públicos (o funcionalismo público, uma espécie de segunda 'pele' do intelectual desse período), ou privados, menos valorados pela bibliografia, mas não necessariamente menos importantes.[26]

A produção do saber está engajada a projetos pragmáticos em relação àquilo que se considera melhor para a sociedade, tanto nas artes como nas ciências em geral, de modo que, muitas vezes a história ganhava centralidade para a compreensão de tal sociedade. Para as nossas questões é preciso sublinhar que a concepção historiográfica moderna era crucial não somente aos historiadores profissionais, mas também aos ensaístas os quais não se reconheciam diretamente como historiadores, mesmo que praticassem uma historiografia e uma crítica historiográfica.

O trabalho de Capistrano de Abreu, por exemplo, é tomado por muitos destes autores como um grande exemplo desta historiografia moderna. Capistrano procurou fundamentos realistas e narrativos através da pesquisa, se preocupou em apresentar aparatos teóricos, métodos e um vasto estudo documental. Simultaneamente, desempenhou em sua escrita certo posicionamento intelectual, o qual não prejudicava a imparcialidade em si. Segundo Hansen, com esta abordagem Capistrano cumpria uma expectativa comum entre muitos de seus pares historiadores: acrescentar o elemento subjetivo, o artístico e o pedagógico:

---

[24] Para estas questões são de grande importância os trabalhos de Dutra (2005) sobre o Almanaque Brasileiro Garnier, Gomes (2012) sobre o IHGB e os historiadores na Primeira República, Hansen (2000) sobre a obra de João Ribeiro, De Luca (2011) sobre a Revista do Brasil, Nicolazzi (2011) sobre Gilberto Freyre, Gaio sobre Paulo Prado (2008), Gontijo (2003) sobre o trabalho de Capistrano de Abreu, Sevcenko (1989) a respeito da obra de Euclides da Cunha e Lima Barreto, entre tantos outros.

[25] O que não deve ser entendido como uma característica negativa, pouco especializada, mas um modo diferente de operar.

[26] GOMES, 2009, p. 25-27.

"Há muito se reivindicava uma escrita da história do Brasil que levasse em conta outros recursos, explicativos e narrativos, que permitissem superar a mera exposição dos 'fatos'".[27]

A mesma expectativa e a mesma concepção moderna de história se encontravam no livro didático *História do Brasil* de João Ribeiro em suas várias edições para diversos níveis de escolaridade. Patrícia Hansen aponta que seu sucesso e sua importância no ensino do Colégio Pedro II demonstra a relevância da nova concepção de história, dos princípios pragmáticos lógico-formais e, acredito, estéticos, ambos ético-políticos. Capistrano e Ribeiro se orientam pela mesma compreensão de história: científica, teórico\metodológica, uso de documentações somados a aspectos filosófico\hermenêuticos. No entanto, Capistrano se focava mais intensamente na narrativa descritiva, na pesquisa documental e no método. Ribeiro privilegiava a interpretação e a reflexão filosófica com seu fim pedagógico realizado no ensino – devido a isto, a sua História se dirigia mais especificamente a seus pares educadores[28]

Capistrano e Ribeiro acrescentaram, atualizaram e substituíram parte do cânone da obra de Varnhagen e Macedo. Estes dois últimos autores eram referências monumentais no ensino de história ainda no final do século XIX, onde, no geral, os fenômenos populares (bandeiras, minas, entradas, criação de gado, etc.) eram excluídos em prol de uma história da política voltada para a legitimação da monarquia. Capistrano critica a historiografia com enfoque na administração[29] por esta evitar a tematização das realidades da população. Para este historiador, era preciso beneficiar na história "a terra e as gentes que a habitavam".[30]

A concepção de história e o tipo de narrativa histórica "decorriam, em parte, das novas exigências políticas desse novo regime", ou seja, de uma reflexão engajada com o político.[31] Nesta experiência, era preciso um passado para se

---

[27] HANSEN, 2000, p. 47.
[28] HANSEN, 2000, p. 65-67.
[29] Segundo Cyril Lynch, em seu prefácio ao livro "Por uma história do político" de Pierre Rosanvallon, a história política perdeu gradativamente seu prestígio (recuperado na segunda metade do século XX) devido a acusações realizadas por críticos adeptos do materialismo histórico de realizar apologia das elites e não "ostentar padrões de cientificidade" ao mesmo tempo que "conferia importância demasiada aos humores dos dirigentes políticos". ROSANVALLON, 2010, p. 11-12.
[30] HANSEN, 2000, p. 70-71.
[31] GOMES, 2009, p. 24.

orientar e um futuro como projeto, e isto porque se tratava de um âmbito profundamente acelerado, de um novo regime político, o qual convivia com uma realidade inédita, a da abolição. Assim, foi possível pensar em uma "nação" constituída por um "povo", integrada por homens livres; não apenas um Estado, mas uma nação, mesmo que ainda por fazer. Há, nestes esforços, uma relação fundamental entre a escrita da história pátria e a consolidação de uma cultura política republicana, uma cultura cívica patriótica capaz de criar cidadãos.

> No Brasil, pode-se desde já assinalar que a ação política corre menos por conta de políticas governamentais do que por iniciativa de uma intelectualidade, organizada de múltiplas formas, pressionando as autoridades políticas e participando, em especial nos anos 1920, na administração dos estados, de medidas reformadoras no campo da educação, especialmente após a formação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924.[32]

Além desta postura política, há uma preocupação ética que quer debater a respeito das normas e valores consolidados nas diversas esferas e espaços da sociedade até então. Devido a tudo isto a educação era tema de grande debate, onde a ideia da "prosperidade e do progresso econômico" são condições "para o progresso intelectual, moral e cívico da nacionalidade, assegurado pela abertura de escolas e pelo compromisso com a instrução e com a difusão dos saberes científicos".[33] Não se trata de uma educação qualquer, mas um ensino que procura tematizar incessantemente a história, especialmente a história do Brasil. Portanto, preocupavam-se também em produzir um conhecimento ensinável escrevendo manuais e livros voltados para as escolas normais; além de muitas vezes atuarem como professores, vide o caso do Colégio Pedro II.

> Nesse sentido, é bom destacar desde o início os sólidos vínculos existentes entre o traçado das características de saber erudito da história e seu valor pedagógico, ou pragmático, como também se usava (...). Quer dizer, a história, como disciplina "moderna", afirmava, exatamente pelo tipo de concepção que então se construía e solidificava sobre sua identidade, uma feição que era, ao mesmo tempo, erudita\científica e ensinável\pragmática, indissociavelmente (...) os vínculos desses intelectuais

[32]GOMES, 2009, p. 88–89.
[33]GOMES, 2009, p. 24.

> com a questão da educação, em sentido amplo, e com a situação da escola no país, mais particularmente para evidenciar como atuaram no interior de um grande grupo de 'reformadores sociais', que acreditavam no poder transformador da cultura e do ensino da palavra escrita.[34]

Do mesmo modo, estas preocupações ético-políticas encontravam-se em seus trabalhos de maior densidade, o que nos interessa especialmente neste estudo. Nos ensaios, tais preocupações não são apresentadas somente a partir de uma perspectiva lógico-formal, mas também por pragmáticas estéticas que procuram, através da linguagem, proporcionar ao leitor experiências de caráter sensorial. Neste sentido, escolhas teóricas e metodológicas são voltadas à operacionalização do conhecimento, mas também a uma prática sensitiva.

> É interessante notar que, se o hábito de ler é o que garante a condição de se conhecer o Brasil, é o adequado conhecimento do país o que vai permitir que uma imagem global do Brasil seja construída, e que elementos de identificação sejam disponibilizados aos leitores de forma que 'a unidade moral e social' da nação possa ser efetivada. E que questões do tipo o que é o Brasil e o que é ser brasileiro ganhem efetivamente um novo sentido, a luz de um reconhecimento cultural possibilitado por um patrimônio literário comum.[35]

Penso que é muito provável que muitos dos livros, almanaques, discursos, trabalhos didáticos, revistas, jornais e outros produtos culturais impressos se insiram na mesma compreensão que é a do que estamos chamando de ético-político. A partir dos estudos de Dutra, acredito que os almanaques são os espaços das mesmas pragmáticas lógico-formais e estéticas, ambas com norteamentos ético-político: "desse lugar é que se caracterizam, portanto, como um tipo de impresso colocado a serviço da utilidade, da formação, do entretenimento, aliando moral e ensinamento prático, saber e diversão". Os almanaques eram dirigidos para um público mais vasto de pessoas alfabetizadas (mesmo com altíssimas taxas de analfabetismo) e eram um espaço de aplicação desta pragmática educativa a partir dos homens de letras que participavam de sua elaboração.[36]

---

[34] GOMES, 2009, p. 10.
[35] DUTRA, 2005, p. 97.
[36] DUTRA, 2005, p. 16.

Como a tradição era percebida com certa mobilidade conforme as novas relações com o passado que se estabeleciam e estratificavam; os gêneros textuais que até então serviam a uma experiência política diversa são disponibilizados à nova pedagogia. Sendo assim, há uma:

> inexistência de contradições entre as várias formas de inovação, sejam elas literárias, intelectuais ou políticas, e a utilização de antigas formas e gêneros herdados da tradição. Isto nos leva aos almanaques que, sem prejuízo do seu gênero e guardando sua perspectiva didático-pedagógica, serão colocados, sobretudo no século XVIII em diante, a serviço do progresso, da ciência e da difusão de valores da modernidade, e que serão "instrumentos de inculcação de condutas e de pensamentos novos".[37]

Nossa intenção não é tratar especificamente destes periódicos, mas é importante apontar que eles também podem ser compreendidos como âmbitos de pragmática lógico-formal e estética, os quais foram fundamentais à própria formação do público leitor. Tais periódicos tornaram possíveis a publicação e recepção de livros mais complexos como os que serão tematizados nos próximos capítulos. Autores como os que serão tematizados mais de perto circulam entre espaços literários como os almanaques para participarem disto que seria a tônica deste tempo – a pragmática quer lógico-formal quer estética. Estes almanaques estão ligados a projetos de civilização e progresso, grandes divulgadores sociais e culturais[38], "relacionados a um processo de construção e validação de todo um código de condutas e valores que foram historicamente enraizados nas sociedades ocidentais".

Apesar da consciência dos seus limites, este gênero "inscreve a sua pedagogia numa lenta, longa e desdobrada duração, a qual assegura padrões de convocação da história e da memória nas páginas dos almanaques".[39] Editores e autores dos almanaques os utilizavam como lugar de divulgação de seus outros trabalhos, especialmente seus livros, seja através de resenhas, comentários ou anúncios de venda. Estes periódicos anuais eram, ainda, parcela da atividade

---

[37] DUTRA, 2005, p. 18.

[38] A rapidez e utilidade das temáticas nos almanaques não impediram as temáticas eruditas e especializadas: via-se como um espaço para combinar temas populares e eruditos – era o lugar da prática da polissemia e da literatura de massificação. DUTRA, 2005, p. 35-36.

[39] DUTRA, 2005, p. 19-20.

jornalística a qual compunha porção da renda de grande parte dos homens de letras, oferecia posições intelectuais e era o meio de divulgação de seus trabalhos, além de um espaço para suas atividades políticas. O jornalismo era um dos espaços de sociabilidade onde o engajamento político era exercido.

Os almanaques também são espaços de consolidação e canonização de autores falecidos, "esse panteão, que se quer cívico" e que "acolhe e perpetua, portanto, a memória daqueles que se fizeram grandes pela sua biografia e pelos seus atos nas letras, e também na política e na ciência". São constantemente citados e comentados como autores que dedicaram seus trabalhos a um engajamento intelectual, à preocupação com o político, "são homens que, pelos seus feitos no passado, asseguram o presente e o futuro da nação"[40]. Esta geração do início do século XX - precedida pela chamada "Escola de Recife", pela "Geração de 1970" - se reuniu com outros intelectuais no Rio de Janeiro em vários espaços de interação, entre eles, a Academia Brasileira de Letras, o Colégio Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico e em torno do Ministério das Relações Exteriores sob a direção do Barão do Rio Branco. Nestes espaços atuavam na historiografia, educação, jornalismo e diplomacia após, muitas das vezes se formarem ou passarem por escolas de medicina, direito ou engenharia.[41]

Nestas medidas diversas, há a produção de uma forte crítica a uma suposta República, que não assegura igualdade de oportunidades e pouco empreende para a realização da integração nacional, o que torna desconhecido aquilo o qual não está próximo à capital. O conhecimento e as artes são apontados como formas para alcançar o projeto de ação e desenvolvimento da nação. Nesta perspectiva, o folclore torna-se um objeto de estudo de grande importância para a compreensão da sociedade. Os letrados investem no "estudo do folclore de forma não apenas a definir uma identidade popular, mas sobretudo, para politicamente 'dar um sentido, quer dizer, uma identidade cultural, aos excluídos da vida cívica'". Aqui:

> (...) a questão da incorporação da cultura popular na nacionalidade é mais decisiva e menos restrita aos argumentos raciais – embora ainda presentes – do que no final do século XIX, quando o dilema (e os temores da miscigenação) era mais marcante, apesar de sua positividade já estar esboçada tanto em Von Martius

[40] DUTRA, 2005, p. 113.
[41] DUTRA, 2005, p. 25.

> quanto em Silvio Romero e João Ribeiro, no seu *História do Brasil para o curso superior*.[42]

O sertanejo, homem mestiço, é apontado pelo folclorista José de Carvalho, por exemplo, como inteligente e suscetível ao progresso. Em autores como José de Carvalho, Euclides da Cunha, Graça Aranha e Silvio Romero a imagem do sertanejo é muitas vezes apontada como a de um forte e heroico. Tal compreensão diz respeito a uma relativização das teses raciais com argumentos culturais demonstrando as potencialidades da mestiçagem entre as três raças. Muitos destes autores debatem, inclusive, sobre qual das regiões possuiria "o melhor exemplar da mestiçagem".[43]

No entendimento de João Ribeiro, o Brasil em suas "feições e fisionomia própria", o que ele é, o seu ser ou essência, certamente não poderiam ser evidenciados pelo estudo da administração portuguesa ou pela narração das relações políticas internacionais. Para a compreensão do país era necessário se atentar àqueles os quais as ações promoveram a "grandeza territorial" e "preencheram com vida" o país: o Brasil "deriva do *colono*, do *jesuíta* e do *mameluco*, das ações dos *índios* e dos *escravos negros*".

> Destacando os resultados que não eram "caracteristicamente" estrangeiros, João Ribeiro, por oposição, procurava identificar o caracteristicamente nacional. Todavia, essa busca de uma história que "é ainda hoje a mesma presente", me parece estar amplamente fundamentada sobre a noção de "típico", que é um dos traços distintivos de uma vertente da produção historiográfica de origem alemã do século XIX, a *Kulturgeschiche*.[44]

A produção deste saber se dedicou a um plano pragmático daquilo que se considerava melhorar qualitativamente à sociedade.[45] É importante lembrar que esta disposição engajada do saber foi interpretada no início da segunda metade do

---

[42] DUTRA, 2005, p. 125-126.
[43] DUTRA, 2005, p. 129-131.
[44] A *Kulturgeschiche*trata-se davertente da história cultural alemã na segunda metade do século XIX (tendo como expoentes Burckhardt, Freytag e Riehl). Tal perspectiva culturalista se opunha a história política "a partir das reivindicações de autonomia metodológica e de supremacia". Segundo Hansen, um importante chave de leitura pra a compreensão do livro História do Brasil de João Ribeiro e, creio, de outros autores da mesma temporalidade. HANSEN, 2000, p. 73-75.
[45] GOMES, 2009, p. 13.

século XX com certa negatividade, como não científica, imprecisa e pouco especializada. Segundo Angela de Castro Gomes, algum tempo após a formação das universidades, da especialização do conhecimento científico e especialmente após o início dos governos de Vargas, gradativamente sedimentou-se uma compreensão a respeito da Primeira República como velha e inadequada, em oposição ao Estado Novo.

Esta interpretação teleológica muitas vezes entende a produção de saber anterior como resultado de escolhas políticas e intelectuais equivocadas, quando na verdade se trata, mais propriamente, de uma epistemologia diversa. O mesmo se dá com a compreensão do que é história e qual é o ofício do historiador. No entanto, na Primeira República o saber histórico, entre várias possibilidades em disputa, se difere daquele que se sedimentava nas universidades, mesmo este tendo absorvido características da forma anterior de se produzir e entender o conhecimento.

> Nesse contexto, se a identidade da disciplina conformava-se pela defesa de sua moderna cientificidade (ainda que isso significasse "uma outra" ideia de ciência ou de "quase ciência"), traduzida em procedimentos de pesquisa em arquivos, em erudição bibliográfica e narrativa literária cuidada, também se conformava por suas diferenciadas potencialidades políticos-pedagógicas.[46]

O Estado Novo foi um desdobramento dos movimentos que derrubaram o governo de Washington Luís em 1930, o que significou certo rompimento com algumas experiências passadas do país. Há uma parte da historiografia que entende:

> (...) a) o Estado Novo como um bloco coeso, entendendo-o como a consagração dos ideais da Revolução de 1930; b) em decorrência, uma visão da Primeira República como um grande fracasso e equivoco político, praticamente desde seu começo, em 1889". "(...) Uma designação carregada de valores, que vai se estabelecer e se espraiar inclusive na literatura acadêmica, sendo utilizada de forma quase equivalente ou até mesmo como sinônimo de Primeira República.[47]

[46] GOMES, 2005, p. 14.
[47] GOMES, 2005, p. 22-23.

É preciso matizar esta imagem da Primeira República compreendendo-a a partir de sua própria historicidade. Parte da literatura acerca da Primeira República a pensa como o que não foi ou deveria ter sido, onde tal interpretação é dicotômica: "haveria os intelectuais 'vencedores e os vencidos'; os engajados politicamente e os 'técnicos' não engajados; os 'nacionalistas' e os 'copistas de estrangeirismos, etc." [48] Esta interpretação categoriza o período anterior à década de 1920, a chamada *belle époque* brasileira, como sem valia por não ser de fato nacional e sim uma suposta mimese da cultura francesa. O modernismo, por sua vez, possuiria pouco mais que um valor artístico.

> A república "velha", segundo a versão dos ideólogos do pós-1930, teria se excedido na adoção da formula federativa, copiada dos EUA, o que não só comprometera definitivamente o próprio liberalismo no Brasil, como no desviara do caminho centralizador já apontado pela monarquia. Por fim, toda a elite político-intelectual daquele período, em suas várias correntes, teria falhado no campo simbólico, pois não conseguiria construir nem um imaginário republicano poderoso nem um sentimento cívico de amor à nova pátria.[49]

No entanto, segundo Gomes, no final do século XX e início do XXI surgiu uma nova compreensão em relação à Primeira República e o trabalho destes letrados. Nesta concepção, o conhecimento histórico produzido durante a Primeira República é percebido como uma variedade epistemológica particular à sua temporalidade. As obras destes autores são então entendidas como caracterizadas por uma pragmática engajada, mas também escolhas teórico-metodológicas definidas. As perspectivas dos seus trabalhos não eram realizadas a partir de uma posição ingênua e arbitrária, mas constantemente estabelecidas através de densos debates teóricos e epistemológicos em relação às dicotomias importantes como objetividade/subjetividade, parcialidade/imparcialidade, ciência/ficção.

> (...) o ponto fundamental que eles [novos estudos] procuram defender é o da politização existente no campo intelectual e o comprometimento de muitos de seus

[48] GOMES, 2005, p. 27.
[49] GOMES, 2005, p. 27.

> integrantes com distintos projetos que, mesmo criticando o regime republicano, propunham possibilidades de ação/renovação da República. Para tento, esse intelectuais se engajam em diversificadas estratégias de ação e intervenção social, e mobilizam, para sustentá-las, os valores da moderna ciência e os instrumentos da moderna tecnologia de sua época. Esse, portanto, foi um tempo em que o investimento no debate intelectual/científico estava na ordem do dia, o que envolvia tanto as ciências naturais como as ciências sociais, entre as quais estava a História.[50]

1.2 Preocupação ética e à atitude melancólica: sobre solidariedade, egoísmo e afetividade.

Como apontamos, nas escolhas polissêmicas dos homens de letras da Primeira República há uma linguagem que concilia estratégias pragmáticas lógico-formais e estéticas, ciência (teórico-metodológica) e o subjetivo: "O dilema entre o impulso de colaborar para a composição de um acervo literário universal e o anseio de interferir na ordenação da sua comunidade de origem assinalou a crise de consciência maior desses intelectuais". A linguagem se predispõe em seus textos a esforços pragmáticos e estéticos, ambos com preocupações políticas, mas também éticas. Com muita constância, a exemplo de Paulo Prado e Manoel Bomfim, encontraremos em seus trabalhos uma crítica visceral ao egoísmo, ao arrivismo, a luxuria, à apatia - "Assim, abstratos universais como os de humanidade, nação, bem, verdade, justiça operavam como os padrões de referência básicos, as unidades semânticas constitutivas dessa produção artística".[51]

A grave crise econômica ocorrida com o "encilhamento" na virada do século XIX para o XX promoveu uma transformação na elite econômica. Com a especulação, grandes fortunas foram rapidamente gastas enquanto outros enriqueceram rapidamente – surgiam novos membros na elite burguesa. O capital externo participou ativamente através de empréstimos para a produção de matéria prima, comunicação e transporte. No entanto, até 1905, os investidores desconfiavam do Brasil com receio do "conluio e a subversão", o que instabilizava a taxa de câmbio e o crédito internacional. Isto justificou certo

---

[50] GOMES, 2005, p. 29.
[51] SEVCENKO, 1989, p. 22.

retrocesso conservador na política e na economia para atender, ironicamente, aos requisitos do liberalismo econômico. Tal ação significou, para muitos, retroceder a uma política similar à do Império.

> De fato, apesar do crescimento econômico global no Brasil, a participação social no sistema produtivo e na absorção dos recursos gerados era muito limitada. Assim como muito limitada e até decrescente era a participação política. (...) As oportunidades restritas que o crescimento do sistema oferecia eram alvo de uma rude concorrência pelas amplas camadas urbanizadas, reforçando comportamentos agressivos e desesperados de preconceito e discriminação. O controle pelo Estado da maioria quase que absoluta dos cargos técnicos e de múltiplos postos proveitosos estimulava o patrimonialismo, o nepotismo, o clientelismo e toda forma de submissão e dependência pessoal, desde seu foco central no Distrito Federal até aos mais recônditos esconsos da nação. Nesse sentido, e ao contrário da logica liberal progressista europeia, a real habilitação técnica e o verdadeiro talento eram antes empecilhos do que premissas para o sucesso pessoal.[52]

Segundo Sevcenko, a recuperação das finanças foi produzida através da convocação da elite política do Império à administração da República, especialmente Rodrigues Alves e Rio Branco, de modo que o primeiro fortificou os interesses da cafeicultura paulista e a finança internacional; já o segundo produziu "unidade e inteireza" territorial ao longo de três governos. No entanto, o alcance do Estado – entendido como liberal - às necessidades da população era limitado, em grande medida devido à administração oligárquica que se beneficiava de estruturas de cooptação no interior do país no que tange à manutenção das suas estruturas de poder.

Despontava uma "crise intelectual e moral: críticas à 'tecnologia e à ciência', à 'mecanização e à metodização' da vida moderna, que mataram os ideais do Amor, da Arte e do Sentimento".[53] No final do século XIX, o Rio de Janeiro era excessivamente populoso, com alta taxa de desemprego, falta de moradia, doenças, exploração excessiva do trabalho, inflação, ou seja, péssimas condições para a população humilde e operária. As autoridades pareciam insensíveis aos problemas da população que se amotinava em pequenos

[52] SEVCENKO, 1989, p. 50.
[53] SEVCENKO, 1989, p. 95-96.

conflitos.[54] O sentimento de apatia era inevitável em um ambiente onde "o objeto da paixão passa do humano para a coisa, do pessoal para a mercadoria".[55]

> O ressentimento dessas situações, e sobretudo o grande traumatismo deixado pela repressão de 1904 [Revolta da Vacina] marcou fundo na alma popular, difundindo um sentimento agudo de abandono, desprezo e perseguição das autoridades oficiais para com os brasileiros natos – presença mais marcante e vitimas principais do combate ao motim.[56]

Entre os letrados, o liberalismo da República aparentava se realizar apenas para o funcionamento das relações exteriores e da elite. O conservadorismo político e a cobiça material pareciam constituir o perfil dos homens que definiam a realidade do novo regime. A diferença radical entre a realidade da elite econômica e política e as outras camadas da sociedade, especialmente as mais pobres, produzia um sentimento de desajuste e decepção:

> Verifica-se a tendência à dissolução das formas tradicionais de solidariedade social, representadas pelas relações de grupos familiares, grupos clânicos, comunidades vicinais, relações de compadrio ou relações senhoriais de tutela.[57]

Para autores como Bomfim, Prado, José Veríssimo e João Ribeiro[58], o império unificou o país no que tange ao seu aspecto geográfico e ao funcionamento burocrático-administrativo, mas não o unificou moralmente nem sequer socialmente, não produziu uma identidade coletiva, uma solidariedade ética e afetiva, portanto, não consolidou uma nação. Já a estrutura do novo regime republicano, com a queda do império, institucionalizou o poder oligárquico nos estados, o que produzia a possibilidade de desestabilização da unidade do

---

[54] SEVCENKO, 1989, p. 49-54.
[55] SEVCENKO, 1989, p. 97-98.
[56] SEVCENKO, 1989, p. 68.
[57] SEVCENKO, 1989, p. 39.
[58] Neste sentido ético é interessante apontar que, segundo Dutra, em *História do Brasil*, Ribeiro desenvolve o que chama "ética da atualidade": "onde o presente é justificado pelo passado que se atualiza naquele, e que, acreditamos, se faz presente no *Almanaque Garnier"*. DUTRA, 2005, p. 226.

território.[59] A unidade dependia da administração e de bons projetos econômicos, mas também da consolidação de uma comunidade cultural, escolhas as quais se encontravam em sintonia com a ideia de Estado-Nação e seu processo na Europa. Isto:

> (...) redundou em esforços direcionados para o assentamento de um padrão linguístico, a definição de um repertório da literatura nacional, a organização de um corpo de literatos, a caracterização de um povo – para o que seria necessário o conhecimento dos costumes, das tradições, do folclore, dos provérbios – e sua respectiva integração simbólica por meio de uma consciência e de uma solidariedade étnica[60]

A língua escrita é pensada como um fenômeno de reflexão, de poder considerável. No entanto, o analfabetismo é um dilema constante que assola seus projetos. A demanda pela ampliação da educação é constante, e o debate sobre a necessidade da alfabetização demonstra um limite o qual se quer ansiosamente romper. Estes são motivos pelos quais os elementos folclóricos querem ser captados – conhecer o povo para diagnosticar e agir, mas refletir sobre aspectos culturais do próprio interesse da população. A mesma questão se encontra para a linguagem em si, onde é preciso conhecer as idiossincrasias regionais da fala como elemento cultural, e muitas vezes como característica do português próprio do Brasil. Este esforço possui uma preocupação ética, a qual pretende uma reordenação e uma reeducação sentimental.

> (...) a língua tem que ser capaz de permitir ao povo se identificar com a forma de expressão [capturar os elementos folclóricos e linguísticos variados da sociedade]. E essa identificação não se da ao largo da afetividade, do uso rotineiro, das crenças e tradições vigentes, que fazem parte do conjunto das ideias e sentimentos das gentes, que tem na língua uma forma de expressão. É preciso conhecer o povo para o sucesso do projeto de integração. Existia certa tenção: os regionalismos poderiam tirar a beleza da língua mas, com a mediação dos eruditos poderiam ser incorporados[61]

---

[59] Muitos outros, como José Veríssimo, também criticavam o federalismo como uma escolha a qual poderia culminar no esfacelamento da nação em formação e do território.
[60] DUTRA, 2005, p. 82.
[61] DUTRA, 2005, p. 121-122.

No entanto, é importante reafirmar que há aqui um clima melancólico. Apesar de pragmáticas estéticas e lógico–formais, de orientação ético-político fortes, e da compreensão de que é preciso investir intensamente nestas propostas; a consciência realista é arrebatadora. Certa descrença e decepção no que diz respeito a vida prática demonstram a constante percepção da imensidão dos desafios. Partes destas questões ainda se intensificam com a Primeira Grande Guerra (1914-1918), já que este conflito produz "um profundo impacto sobre os valores políticos acreditados no Ocidente" assim como "sobre uma visão da História, de progresso e de civilização fundada em modelos universais e 'otimistas', oriundos ou não de teorias cientificistas".[62] Assim como Paulo Prado, certo pessimismo de João Ribeiro se relacionava com a desmoralização (como sentido da nossa história) que o autor atribuía à sociedade de seu tempo. Para Ribeiro, sociedades coloniais estão em estado permanente de desmoralização, assim como, para Prado, este elemento, fruto da insociabilidade causada pela "cobiça" e a "luxúria", teria produzido uma "tristeza" característica da sociedade brasileira.

A mesma noção a respeito da desmoralização é de grande importância para Alberto Torres e para Manoel Bomfim: a deturpação dos costumes no Brasil seria fruto de uma administração degradada constituída pela corte portuguesa - para Bomfim, os Bragança. Especialmente na segunda metade do século XIX, a desmoralização foi equivocadamente relacionada pelos racialistas como uma incapacidade étnica resultante da miscigenação. Segundo Bomfim, e como veremos mais adiante, certa compreensão do processo histórico e cultural próprio ao Brasil deslegitima rapidamente esta premissa.

Ainda neste sentido, Ribeiro, por exemplo, fazia parte de uma realidade intelectual voltada para o elemento cultural e para a importância do processo histórico. Acreditava que um Estado Republicano presente nas diversas instâncias espaciais, sociais e institucionais poderia com grande esforço (denunciando sua melancolia), produzir alguma reeducação ética e sentimental. Percebemos, nos quatro autores mencionados até aqui, a compreensão de que certa falta de

[62] No caso específico deste apontamento, a autora se refere a importância do IHGB (somado a outros espaços de sociabilidade) como "sociedade do discurso" já que, primeiro, o início do XX é um período de revisão da disciplina, e, segundo, a Primeira Guerra produz um impacto nos valores ocidentais. GOMES, 2005, p. 66.

solidariedade nacional produzira uma insociabilidade e, por isto, as suas sínteses históricas e a centralidade do saber histórico privilegiavam o povo e a cultura em uma conclusão que indica insistentemente a necessidade de reformar o Estado a partir de uma administração que teria seu foco constituído com base em problemas efetivamente públicos. Na "História do Brasil" de Ribeiro, a moralização e um bom projeto administrativo do Estado poderiam transformar o egoísmo em alguma solidariedade, já que:

> A *desmoralização* se expressava, então, em varias ausências: de "espírito consuetudinário", de "tradição", de nexo entre as "camadas sociais", e, finalmente, de "equilíbrio" e "homogeneidade" nacional, dos quais dependia a existência de um "espírito nacional".[63]

Para muitos dos letrados desta temporalidade a colonização marcou a história do país por tornar o território espaço de exploração, de modo que, neste processo, grande parte da população se constituiu por negros escravizados. O processo colonizador se deu a partir de interesses egoístas "transformados em um imperativo prático ou econômico", o que fora condenado por Ribeiro e por boa parte de seus contemporâneos, especialmente quando se constituem como mais importantes que os "interesses morais".[64] O horror dos brancos ao trabalho bem como o sistema escravista criou o "luxo", a "ociosidade", a deturpação de costumes. A maioria dos brancos que aqui se instalaram no processo de colonização seriam criminosos que teriam deturpado ainda mais as gerações que se sucederiam.

Associada a estas questões de caráter histórico, estava outra de ordem teórica e interpretativa: se a ação humana é estabelecida por algum determinismo, pelo livre arbítrio, ou, ainda, pelas duas razões. Era preciso tematizar este problema para estabelecer bases estáveis na criação de projetos de ação e transformação. Ângela de Castro Gomes evidencia tal possibilidade "do universo mental dos intelectuais" no trabalho de Pedro Lessa apresentado ao IHGB. Lessa considerava-se:

---

[63] HANSEN, 2000, p. 95-96.
[64] HANSEN, 2000, p. 97-98.

> (...) se considerava um interessado, cuidadoso e estudioso do chamado determinismo psicológico, que se afastava quer das teorias de um "livre arbítrio radical", quer daquelas de um determinismo do mesmo tipo, que praticamente postulava uma "física da história", quer dizer, uma história sem consciência humana.[65]

Neste espaço intelectual postulavam-se uma variedade de determinismos: "mecânico (ou fatalismo), fisiológico (temperamento, ambiente, etc., 'abstraindo-se' a consciência humana) e também o psicológico".[66] No início do século XX, as forças das teorias deterministas radicais vão, gradualmente, cedendo espaço para uma compreensão que concilia a ação dos homens com a coação dos diversos estratos da realidade. A disponibilidade desta noção através de um intenso debate intelectual diz respeito à atmosfera melancólica a qual nos referimos, assumindo a responsabilidade do agir mesmo frente a uma realidade árdua.

Com o assentamento de uma interpretação a qual harmoniza sujeitos e determinismos, o investimento em projetos de ação e sua plausibilidade se tornam mais tangíveis. Neste sentido, é interessante notar que as pragmáticas lógico-formal e estética de autores como Paulo Prado e Manoel Bomfim se sedimentam sobre a tematização das questões acerca do agir humano. Após o estabelecimento destas bases argumentativas, é possível afirmar, como Silvio Romero, que:

> O valor da ciência e também da educação está assim inserido em um grande modelo, que procura dar conta das transformações históricas, sobre as quais o homem, munido das 'artes, industrias e ciências', tem poder nada desprezível.[67]

Apesar das diferenças entre os trabalhos de Romero, Prado e Bomfim, o debate no tocante às condições do agir se constitui como uma matriz fundamental à realização de diagnósticos, sínteses e projetos de ação. Segundo Gomes, Buckle é uma referência importante para este debate no Brasil do final do século XIX e início do XX, onde ele:

---

[65] GOMES, 2005, p. 34.
[66] GOMES, 2005, p. 33-34.
[67] GOMES, 2005, p. 37.

> (...) apresenta um quadro dos sistemas que procuram "explicar a história" – a teologia (vontade divina), a metafísica (vontade humana), a física da história (determinismo da natureza) e, finalmente, a história científica, "como ação combinada da natureza e do homem".[68]

No entanto, Buckle alega que a natureza grande e vigorosa fortalecia o determinismo em detrimento da vontade humana, impossibilitando o desenvolvimento intelectual e a disposição para a civilização. De forma contrária, os progressos europeus seriam explicados por uma natureza branda a qual teria estimulado a ação voltada ao desenvolvimento civilizacional. Este argumento se encontra em uma passagem a qual o autor dedicou á análise social do Brasil, o que atraiu a atenção dos homens de letras nacionais. Segundo Buckle, no Brasil, a natureza seria vasta demais para o exercício da vontade humana. Esta característica incapacitaria o progresso da civilização, tornando o país atrasado e dependente da ajuda internacional.

Apesar desta tese de Buckle, sua compreensão matizada a respeito do determinismo disponibilizaria para intelectuais como Romero, Prado, Bomfim, Graça Aranha, Euclides da Cunha e Afonso Celso a percepção de que o peso da natureza criava sim limites à ação, mas, simultaneamente poderia oferecer recursos para o progresso; e não ser necessariamente elemento de inferioridade atávica. O entendimento de Prado sobre a natureza é muito similar ao de Buckle: luxuriosa, implacável, majestosa.[69] No entanto, nos ensaios de Prado e Bomfim, foram justamente os enfrentamentos das fronteiras colossais da natureza que produziram espaços para a superação de limites civilizacionais.

Para a produção de pragmáticas ético-politico, de alguma possibilidade de superação do individualismo e da insociabilidade era preciso uma reflexão que matizasse as tensões deterministas tanto da natureza, da realidade social e política quanto, especialmente, da herança histórica. A partir da estruturação de uma base teórica no que tange as condições da ação humana foi possível elaborar projetos para a orientação em uma experiência de tempo instável. Deste modo, através das sínteses históricas traçadas por estes letrados surgiam em seus ensaios às possibilidades de intensificação da distância histórica em relação às experiências

---

[68] GOMES, 2005, p. 37-38.
[69] GOMES, 2005, p. 39.

passadas de caráter aparentemente determinista e negativa e a redução da distância histórica a respeito das dimensões passadas as quais indicavam potencialidades à sua temporalidade.

Capítulo 2

O retrato melancólico de Paulo Prado: um passado que se faz presente

2.1 *Herança histórica* e linguagem: *Os aspectos, as emoções, a representação mental dos acontecimentos*

Neste texto pretendo apontar algumas possibilidades acerca de tematizações da história encontradas no ensaio *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira (1928)* de Paulo Prado, escrito entre 1926 a 1928,[70] e isto a partir de certa experiência de tempo própria ao início do século XX brasileiro. Acredito que muitas das questões as quais trataremos aqui caracterizam a experiência de boa parte dos intelectuais da Primeira República. Penso que para muitos dos ensaístas contemporâneos a Paulo Prado fora necessário produzir possibilidades de orientação à experiência de tempo acelerada sob a qual viveram. Caracterizo como acelerada por estar marcada pela sensação de um presente instável, pelas transformações constantes, pelas novidades, expectativas e apreensões com a recente República; e claro e mais empiricamente pelas referências constantes a categorias como "progresso", "marcha civilizacional" e "atraso" (sempre com a necessidade de rapidamente alcançar o que estaria à frente, "adiantado") nos ensaios. Em um de seus argumentos sobre as dificuldades enfrentadas em sua contemporaneidade, Prado ilustra a sensação de instabilidade e a aceleração do tempo:

> Fixemos o olhar por um instante na realidade visível, palpável e viva desse Hoje que surge, se transforma e desaparece num relance, como na corrida de um automóvel a paisagem que passa. (...) A questão militar, mal de nascença de que nunca se curou o país, a desorganização dos partidos, as falhas da administração, o romantismo da abolição, a desordem geral dos espíritos – fizeram a República, nesse 15 de novembro que foi a *journeé des dupes* de nossa história. E é o que ai está. O profundo abalo da mudança de forma de governo, a inevitável transmutação de valores sociais e políticos,

[70] PRADO, 1928, p. 122.

> deram a princípio uma aparência de vitalidade ao organismo nacional. Mas não estava longe o atoleiro em que hoje chafurdamos. Quarenta anos de experiências mal sucedidas nos trouxeram à situação atual. Os homens de governo sucederam-se ao acaso, sem nenhum motivo imperioso para a indicação de seus nomes, exceto o das conveniências e cambalachos da politicagem.[71]

Há nos ensaios um empenho em encontrar certa estabilidade através (entre outras escolhas) do passado. Sendo assim, a busca pelo desenvolvimento não parece se revelar aqui pela intensificação da aceleração para compensar o atraso, mas se trata de lidar com o progresso de forma específica, compreendendo o próprio ritmo histórico para então buscar norteamentos. Desse modo, para Prado, a compreensão do passado tornaria o progresso possível, e isto porque auxiliaria na tarefa que é a de "cuidar da realidade social e política da atualidade".[72] É importante notar que, para ele, há alguma chance (menor e inadequada) de se produzir algum progresso após uma experiência desastrosa e instável como a guerra ou a revolução.

Após situações como estas, há uma pequena possibilidade da sociedade e da política se reorganizarem de forma que superem parte das desagradáveis heranças históricas mentais e do agir. Seja a partir de um rompimento ou a reestruturação da relação com dimensões da experiência, a busca pelo progresso a partir do passado se apresenta com ainda mais vigor em momentos de instabilidade radical. As duas operações são esforços de procura por certa estabilidade e orientação, reorganizando a sociedade e a política de forma adequada após uma melhor compreensão do passado. E vale ressaltar, não apenas do próprio passado, - aquele que se refere à sua própria nacionalidade - mas também no que tange às experiências históricas que revelam outras disposições (positivas), a saber, a da colonização dos Estados Unidos.[73]

Mesmo a partir de uma atitude melancólica sobre as heranças do passado, o progresso surge no ensaio de Paulo Prado como uma predisposição que pode se realizar em maiores ou menores graus de intensidade. O progresso, para Prado, se define pelo resultado das conquistas civilizacionais (técnicas e de organização

---

[71] A expressão *journeé des dupes* (dia dos logrados) se refere à tentativa frustrada da oposição em despojar o Cardeal de Richelieu de seu cargo como primeiro ministro da França em 1630. PRADO, 1928, p. 112-117.
[72] PRADO, 1928, p. 119-120.
[73] PRADO, 1928, p. 62-64.

social), mesmo que mínimas, dos sujeitos no tempo. Para cumpri-lo em um ritmo constante e intenso é preciso estabelecer sociabilidade entre os indivíduos, certa concordância a respeito dos projetos de desenvolvimento em disputa e investimento profundo de energias humanas sob uma estrutura política, social, cultural e afetiva. Neste sentido, o autor encerra seu ensaio com a seguinte reflexão acerca do progresso: "é o que me faz encerrar estas páginas com um pensamento de reconforto: a confiança no futuro que não pode ser pior que o passado". [74] No interior desta melancolia, há dúvidas acerca das possibilidades de um futuro promissor, porém o autor busca reflexões que poderiam indicar projetos os quais, apenas com uma grande comoção nacional, ofereceriam alguma perspectiva razoável. Para tanto, são estabelecidos programas ético-políticos: simultaneamente a vontade de contribuir para uma diferença qualitativa na sociedade há a constância de certa descrença em seu ensaio.

A ideia de progresso aparece com grande insistência em parte expressiva dos ensaios publicados da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX brasileiro e, sendo assim, também em *Retrato do Brasil*. Trata-se de um ideal o qual muitos autores direcionavam seus esforços ao buscar certa reestruturação da experiência de tempo acelerada, instável, que acabava por desorientar e, como apontavam, dificultava o país a se manter nos "trilhos" que levavam rumo ao progresso. Ainda neste sentido, autores como Prado, Bomfim, Ribeiro e tantos outros investiram na intensificação do progresso em seus textos de uma forma específica. Na verdade, querem se voltar para o passado para, através dele, desacelerar a sua experiência.

Há uma noção em seus textos a qual aponta que o investimento descuidado no progresso pode levar a mais aceleração e instabilidade[75]. Existe uma grande desconfiança com a expectativa de que o progresso se realiza de forma estritamente linear e a despeito dos homens, desta forma atribuindo o desenvolvimento civilizacional a um compromisso entre a sociedade e o Estado. Como aponta Koselleck: "la confianza em el progreso, que siempre avanza, se ha

---

[74] PRADO, 1928, p. 122.

[75] Como na passagem final do seu ensaio onde aponta que alternativas de reorganização da sociedade como "a Guerra, em toda a história, tem sido a terrível reveladora de capacidades que a rotina, a inveja, o egoísmo e a defesa natural dos açambarcadores de posições de mando, encobrem, afastam, anulam". Do mesmo modo, na revolução "entram em luta de vida ou morte os mais variados 'ismos' com que nunca sonhou a filosofia humana: Capitalismo, Comunismo, Fordismo, Leninismo. Força nova que surge como destruidora das velhas civilizações e das quimeras do passado". PRADO, 1928, p. 119.

vuelto, por así decirlo, anticuada, aunque sin haber perdido por eso completamente su justificación".[76]

O ritmo para alcançar o atraso nesta "marcha civilizacional" não envolve adesão automática e irrestrita à aceleração, mas produz, na verdade, a necessidade em compreender maximamente a própria experiência para assim tentar encontrar certa estabilidade. Sendo assim, há certa possibilidade específica de se lidar com o progresso, a qual entende que para alcançá-lo é preciso adequar a experiência de tempo à história e à historicidade de um determinado espaço-tempo. Isto, no caso de nossos autores, se dá através de pragmáticas lógico-formais e estéticas, ambas a partir de um norteamento ético-político. Se uma pragmática lógico-formal no historicismo (ou uma compreensão de historicismo) pode ser descrita como aquela que realiza enunciados muito bem constituídos racionalmente, a partir de uma dinâmica objetiva, em *Retrato do Brasil*, esta pragmática apenas se constitui a partir da evidenciação de uma estética, um esforço em produzir no leitor uma experiência sensorial e afetiva. Há uma composição entre estas duas pragmáticas que o afasta de certa concepção (de certo modo equivocada) sobre os historicistas[77].

Acredito que Paulo Prado se coloca contrário às ideias de que historicidades passadas são tão específicas que não podem ser compreendidas de forma satisfatória por estudiosos de outras temporalidades e que estas mesmas historicidades não podem oferecer possibilidades de orientação para o presente. Estas ideias negam, ao fim, a própria compreensão de que determinadas realidades passadas se sedimentam e se estendem até o presente, caracterizando-o. Segundo Henrique Gaio, Prado, e acredito que expressiva parte de sua geração, buscava produzir nos ensaios "antes uma manifestação essencial da brasilidade que um discorrer rígido e pouco relevante dos fatos históricos que marcaram o passado do país".[78] Deste modo, Paulo Prado caracterizou seu ensaio de impressionista.

---

[76] "Fue el modo contrefáctico de ver las cosas de Rousseau lo que le permitió ser el primero en comprender la aporía del progreso. Precisamente porque es un proceso interminable, y en tanto lo siga siendo, incrementa las posibilidades de degeneración, solo que esta ya no se interpreta como una metáfora natural, sino en el sentido de catástrofes que los hombres son capaces de desatar sobre sí mismos mediante las fuerzas técnicas de que disponen. Fue outro marginado, Nietzsche, el que analizó de forma novedosa y aún más provocativa que Rousseau la estrutura aporética del progreso. 'Progreso' y 'retroceso' le sirvieron de categorías de diagnosis que simultáneamente desenmascaró como ilusiones históricas y perpectivistas, y solo 'para conceder su anhelo de un final a lo que degenera y quiere morir'". KOSELLECK, 2012, p. 110.

[77] A citação de Prado feita na primeira página deste texto é ótimo exemplo desta tensão.

[78] GAIO, 2008, p. 14.

> Dissolveram-se nas cores e no impreciso das tonalidades as linhas nítidas do desenho e, como se diz em gíria de artista, das "massas e volumes", que são na composição histórica a cronologia e os fatos. Desapareceram quase por completo as datas. Restam somente os aspectos, as emoções, a representação mental dos acontecimentos, resultantes estes mais da dedução especulativa do que da sequência concatenada dos fatos. Procurar, deste modo, num esforço nunca atingido, chegar à essência das coisas, em que a paixão das ideias gerais não falte a solidez dos casos particulares. Considerar a história, não como uma ressureição romântica, nem como ciência conjectural, à alemã; mas como conjunto de meras impressões, procurando no fundo misterioso das forças conscientes ou instintivas, as influências que dominaram no correr dos tempos, os indivíduos e a coletividade. É assim que o quadro – para continuar a imagem sugerida – insiste em certas manchas, mais luminosas, ou extensas, para tornar mais parecido o retrato.[79]

Nesta experiência de tempo compartilhada por Paulo Prado, Capistrano de Abreu, Manoel Bomfim, João Ribeiro e outros ensaístas, temos como características essenciais ensaios marcados pela síntese, interpretação, teorização e pela descrição de projeções. Portanto, não se trata de *mímeses* histórica, mas de entender melhor como e se alguns processos perpassam de alguma forma historicidades diversas e como se desvincular de certas heranças da experiência e, ao mesmo tempo, intensificar outras. Para alguns dos letrados que vivenciaram a experiência do início do século XX brasileiro, como ainda acompanharemos nos demais capítulos da dissertação, o tempo aparecia como algo "desorientado", onde não se conseguia encontrar estabilidade.

O gênero ensaístico a partir da interpretação histórica, nesse sentido, constitui-se no espaço intelectual ideal através de uma demanda por uma espécie de *síntese histórico-sociológica* da nação incorporada pela assimilação de um aparato teórico renovado - naturalismo, evolucionismo, positivismo, etc. Uma desilusão com a República instaurada no país e também em relação à própria realidade social brasileira provoca e intensifica uma crise na experiência de tempo que vai gerar a constante discussão em torno do "atraso nacional", como se o

[79] PRADO, 1928, p. 103.

Brasil estivesse em desarmonia com o movimento histórico moderno.[80] O ensaio histórico, ou ainda, interpretações que procuram compreender o Brasil a partir do passado, e isto em nome de uma intervenção no presente, parece ter sido uma resposta plausível a essa situação. É importante ressaltar, que o espaço dos ensaios nasce também através de uma crítica significativa a alguns aspectos considerados historicistas do IHGB, especialmente a hesitação em produzir grandes esquemas teóricos e interpretativos, e também em posicionar-se politicamente.[81] Há aqui uma geração que aposta nesta crítica e a encaminha para o ensaio e para os livros de história do Brasil didáticos e paradidáticos.

> (...) estabelecendo a primazia do autor que se encontra, de maneira geral, desvinculado de instituições produtoras de saber, o ensaio permitia a realização de um exercício mais detido e pessoal de reflexão, com todos os elementos que fazem parte da tarefa de pesquisa, com as precisões conceituais que ela demanda, sem, por outro lado, perder de vista o alcance abrangente e perene por ele visado e, sobretudo, a perspectiva "filosófica" de interpretação. É nesse sentido, portanto, que ele consegue assumir ao mesmo tempo o caráter de explicação histórica e de síntese sociológica demandado pelo contexto em questão (...).[82]

Portanto, a escolha por este gênero discursivo não se trata de uma arbitrariedade, mas de uma adequação ao propósito ético-político através de projetos lógico-formais e estéticos na escrita de Prado e de muitos autores desta geração. A opção pelo ensaio também é apropriada devido à experiência de tempo acelerada e à necessidade de produzir possibilidades de orientação em um curto espaço de tempo. Há, na maior parte dos ensaios das três primeiras décadas do século XX, certa pesquisa de fontes, crítica documental e um grande esforço teórico. No mais, trata-se de uma tensão entre o método histórico cientifico e, ao mesmo tempo, uma crítica a este método e o intuito de dissertar sobre o passado sem estar necessariamente preso à normatização própria ao campo historiográfico acadêmico. Os apontamentos de Capistrano de Abreu sobre o que acreditava faltar

---

[80] NICOLAZZI, 2008, p. 3-4.
[81] Não houve uma rígida oposição a esta instituição, a qual continuou a ser de grande relevância durante a primeira república e, portanto, muitos destes ensaístas não se constrangiam em se ingressarem ao IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), como é o caso de João Ribeiro.
[82] PRADO, 1928, p. 330.

na obra de Varnhagen é uma síntese do que os intelectuais os quais nos referimos pareciam esperar da escrita histórica.

> Varnhagen não primava pelo espírito compreensivo e simpático, que, imbuído o historiador dos sentimentos e situações que atravessa – o torna contemporâneo e confidente dos homens e acontecimentos. A falta de espirito plástico e simpático – eis o maior defeito do Visconde de Porto-Seguro (...). É pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social. Sem ele as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espirito de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente.[83]

Possuir certo conhecimento a respeito de outras áreas tanto das "ciências do espírito" como das "ciências naturais" é uma marca constante destes ensaios na procura por uma prática amparada pelas ciências. Esta atividade busca fundamentar argumentos através de condutas mais rigorosas, porém sempre lançando mão da necessidade de se discorrer através de reflexões mais livres, intuitivas e até mesmo conjecturais. Ainda mais, segundo Sergio Miceli, houve entre os leitores uma busca por "novas formas de produção erudita" o que acabou por "comprovar a existência de um público disposto a consumir algo distinto das revistas ilustradas que então floresciam"[84], abrindo uma nova possibilidade de mercado a ser explorado pelas editoras através dos ensaios. Deste modo, tal gênero discursivo surge como uma escolha adequada a esta *Stimmung* melancólica caracterizada pelo receio de que não se pode satisfatoriamente intervir nos problemas diagnosticados, mas, do mesmo modo, torna-se necessário se responsabilizar e tentar intervir nas atribulações de seu tempo.

Nas obras as quais nos referimos encontramos noções do que estes autores compreendem por historicismo[85] e seus posicionamentos em relação a algumas

---

[83] ABREU, 1931, p. 138 -139.
[84] MICELI, 2001, p. 91, *apud* NICOLAZZI, 2008, p. 331.
[85] É importante salientar que: ao menos nos ensaios *O Brazil na Historia* (1930) de Manoel Bomfim, *Historia do Brazil* (1901) de João Ribeiro e, o mais importante neste momento, *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira (1928)* de Paulo Prado, não há uma preocupação em predicar a categoria historicismo em si, mas é evidente o conhecimento dos argumentos historicistas e a importância de algumas de suas noções. Mesmo que de forma muitas vezes

das noções historicistas. Há em Paulo Prado certa compreensão de historicismo como uma "ciência conjectural, à alemã",[86] a qual produz um conhecimento histórico factual, metódico, excessivamente historicizado e que não possui segurança em produzir generalizações, síntese e orientações. Portanto, apesar de não se tratar de uma oposição ao que de fato se travava do historicismo em si, "desdobramentos posteriores apesaram ao termo [historicismo] uma miríade de redefinições, em particular na direção de um relativismo sociocultural" considerado extremamente negativo para a criação de uma condição estável já intensificava a experiência de tempo acelerada.[87] Nesta *Stimmung* melancólica foi necessário produzir e legitimar a teorização e a síntese para o enfrentamento da instabilidade temporal. Para tal, elementos e noções historicistas (ou que são consequências de um historicismo) que impossibilitaram esta proposta foram intensamente criticados.

> Na sua magistral dissertação "Como se deve escrever a história do Brasil" já Martius duvidava da importância real de repetir-se o que cada governador fez ou deixou de fazer, o indagar-se de fatos de nenhum alcance histórico sobre a administração de cidades, municípios ou bispados, ou a escrupulosa acumulação de citações e autos que nada provam, sendo muitas vezes de duvidosa autenticidade. Outro campo, mais vasto, mais profundo, indica o grande sábio a quem se propuser a escrever o que os alemães chamariam a história pragmática do Brasil.[88]

O que se mantém como herança historicista é o uso de algum método e o esforço em dar à história um caráter cada vez mais científico, sem deixar de abandonar características estéticas. A imersão de Prado na história, para além da sua clara preocupação em não estar preso a normatizações historiográficas, se dá também através da pesquisa científica. Entre outras escolhas o ensaísta adota o método histórico científico através de uma intensa pesquisa em arquivos[89], do uso

---

imprecisa e insuficiente, certas definições historicistas ou compreendidas como historicistas estavam sedimentadas nas obras de parte desta intelectualidade e compunham parte integrante de suas reflexões.

[86] PRADO, 1928, p. 103.

[87] MARTINS, 2008, p. 15.

[88] PRADO, 1928, p. 102-103.

[89] Segundo Cláudio Lúcio de Carvalho Diniz, Prado possuía grande conhecimento sobre documentos e referências históricas, muitas das quais compartilhadas através de sua amizade com Capistrano de Abreu. DINIZ, 2004, p. 3.

de variadas fontes[90] (primárias e secundárias) e da crítica, além de uma vasta revisão bibliográfica. Há também uma importante justificativa metodológica onde argumenta que seu ensaio, mesmo escrito por um "paulista em São Paulo", não se trata de um trabalho interiorano, em suma, tal situação não limita a acuidade em sua síntese sobre o Brasil: "a mim este isolamento provinciano deu-me perspectiva suficiente para alongar a vista pelo Brasil todo, pelos outros Brasis, onde com frequência, se encontra os segredos do passado e a decifração dos problemas de hoje".[91]

Surge daqui um forte interesse em produzir diagnósticos e possibilidades de orientação ao considerar que há certa instabilidade na experiência temporal acelerada a qual vivem. É necessário apontar: os esforços ensaísticos destes autores não são necessariamente uma atitude otimista (especialmente por parte de Prado) ou crença de que seus trabalhos possuem enorme capacidade transformadora, mas há aqui uma atitude de se envolver intensamente na esfera pública e, através do intelecto e das ciências propor possibilidades aos desafios radicais de seu tempo. Segundo Prado, um dos seus intuitos é o de examinar "as

---

[90] Há notas no final do livro, porém não há referencias completas a todos documentos utilizados Através de um mapeamento das citações documentais e apontamentos aos mais variados autores, (inclusive, é claro, historiadores) foi possível constatar que Paulo Prado consultou livros, poesias, cartas, crônicas, tratados, roteiros, relatórios, memoriais, notas, jornais, revistas, diários e relatos de viajantes e listas de mercadorias. Nestas, ele cita ou menciona, na ordem como estão listados em cada capítulo: *Capítulo I, A Luxúria* - Capistrano de Abreu, Cristóvão Colombo, Américo Vespucci, Marco Polo, Mandeville, Nietzsche, Francisco Adolfo de Varnhagen, Frei Vicente do Salvador, Pedro Martyr d`Anghiera, Coviedo, Hernán Cortez, Pedro Martir, Pero Vaz de Caminha, Gandavo, Stanley, Humboldt, Martim Afonso, Pero Lopes, Tomé de Souza, Fernão Cardim, Frei Claude d`Abbevile, Pigaffeta, Yves d`Evreux, Gabriel Soares, Lery, Lorenzo de Medici, Gabriel Soares de Souza, João Francisco Lisboa, Manoel da Nobrega, Montoya, Simão de Vasconcelos, João Daniel, Pyrard de Laval, Francisco Correal, Alfredo de Carvalho, Padre Fernão Cardim, Frei Manoel Calado, Mello da Câmara, Padre Anchieta, Jean Moucquet; *Capítulo II, A Cobiça* - Poeta Y-Juca-Pyrama, Camões, Oliveira Martins, Southey, Diogo Nunez (carta), Raleigh, Calógeras, Martius, Padre Vieira, Diogo de Menezes, Bucher, Oliveira Lima, Prescheu, Rocha Pitta, Antonil, EliséeReclus; *Capítulo III, A Tristeza* - Alexandre Herculano, Moritiz Wagner (naturalista e historiador, teórico da especialização/evolução), Buckle, Luccock, Koster, Vilhena, Rango (viajante alemão); *Capítulo IV, O Romantismo* -Russeau, Voltaire, Brissot, Raynal, Silvio Romero, Vitor Hugo, Vigni, Lamartine, Lamennais, Gonçalves de Magalhães, Tobias Barreto, Castro Alves, Frei Francisco do Rosário, Jorge de Albuquerque, Bento Teixeira Pinto, Byron, Musset, Espronceda, George Sand, Alvares de Azevedo, Aureliano Lessa, Bernardo de Magalhães, Michelet, Quinet, Jules Vallés, Joubert, José Veríssimo; *Post-Scriptum* - Goethe, Renan, João Fernandes, Martius, Varnhagen, Madison Grant, Gobineau, Bryce, Spix, Saint-Hilaire, Neuwied, Mawe, Nietzche, Ferreira Vianna, Nabuco.

[91] "Para fugir à influência do bovarismo paulista, talvez desculpável pecado de mocidade, quem escreveu estas linhas adotou, como se fosse artista, o processo goetheano na criação das obras da arte: isolou-se. A província, em falta de outros atrativos, sabe proporcionar a quem nela vive e trabalha, na serenidade da involuntária solidão, o dom inestimável da liberdade e do sossego: só nela é possível imaginar a longa sala de estudo, com que sonhava Renan, forrada de livros por dentro, revestida por fora de rosas trepadeiras e escondida na paz de um bairro tranquilo" PRADO,1928, p. 102.

condições em que se ia constituir o laço social determinando o crescimento, os movimentos e o agrupamento das populações".[92]

Trata-se de uma atitude melancólica, a qual, segundo Marcelo de Mello Rangel, poderia ser expressa como uma insistência em atuar, criticar, procurar reconstituir certa estabilidade temporal (em nosso caso, através de uma compreensão histórica), mesmo tendo a desconfiança ou mesmo convicção de que esta tarefa é mais propriamente da ordem do impossível, ao menos para aquele momento e a partir daqueles esforços.[93] Acredito que as questões tratadas neste trabalho caracterizam as experiências de muitos intelectuais da Primeira República. A melancolia vivida pelos letrados os quais nos referimos também pode ser descrita através do que Gumbrecht chama de *Stimmung*, a qual pode ser compreendida como uma "atmosfera" ou "ambiência" de algum determinado objeto real.[94] Para Gumbrecht, "hoje não existe situação sem sua atmosfera própria, sem seu ambiente 'próprio', o que significa que é possível procurarmos o *Stimmung* característico de cada situação, obra ou texto" e, ainda, "não há cultura nem época que não admita a questão universal das atmosferas e dos ambientes específicos".[95] Segundo Marcelo de Mello Rangel esta *Stimmung* pode ser traduzida como "clima histórico" e:

> Pode significar também: atmosfera, tonalidade afetiva, sentimento, *pathós*, entre outros. (...) compreendendo-o, em linhas gerais, como uma espécie de âmbito sentimental constituído historicamente, no interior/ou a partir da experiência de um determinado 'tempo histórico', capaz de orientar de forma significativa pensamentos e ações. Dizendo ainda em outras palavras, um 'clima histórico' é o mesmo que um conjunto de sentimentos específico que se sedimentam e se tornam transcendentais no interior de

[92] PRADO, 1928, p. 74.
[93] RANGEL, 2005, p. 22-23.
[94] "Para podermos ter consciência e perceber o valor dos diferentes sentidos e das nuances de sentido invocado pelo *Stimmung*, será útil pensar nos conjuntos de palavras que servem para traduzir o termo em algumas línguas. Em inglês existem *mood* e *climate*. *Mood* refere-se a uma sensação interior, um estado de espírito tão privado que não pode sequer ser circunscrito com grande precisão. *Climate* diz respeito a alguma coisa objetiva que está em volta das pessoas e sobre elas exerce uma influência física. Só em alemão a palavra se reúne, a *Stimme* e a *stimmen*. A primeira significa 'voz'; a segunda, 'afinar um instrumento musical'; por extensão, *stimmen* significa também 'estar correto'. Tal como é sugerido pelo afinar de um instrumento musical, os estados de espírito e as atmosferas específicas são experimentados num *continuum*, como escalas de música. Apresentam-se a nós como nuances que desafiam nosso poder de discernimento e de descrição, bem como o poder da linguagem para as captar". GUMBRECHT, 2014, p. 9-14.
[95] GUMBRECHT, 2014, p. 20.

> um ‘tempo histórico’ determinado, podendo se reconstituir de acordo com acontecimentos históricos e experiências do tempo.[96]

Produzir história e historiografia aparece como uma escolha adequada a esta *Stimmung* melancólica. Isto se dá devido à compreensão a qual o conhecimento histórico pode, através de perspectivas pragmáticas quer estéticas; quer lógico-formais, apontar para certa formação ética e política.[97]

2.2 Presentificação da *Luxúria*, da *Cobiça*, da *Tristeza* e o *Romantismo*

Em seu ensaio, Prado procura evidenciar o que chama de sentimento compartilhado de “tristeza” enraizado na identidade brasileira. Tal sentimento teria sido constituído historicamente e responde a uma herança irrevogável de um passado referencial, de uma vasta comunidade que se vê sob o signo do nacional. Para o autor, a mentalidade colonial orientada pela busca por riquezas e pelo ideário romântico do século XIX fundamentaram uma misantropia e descrença que poderiam explicar parte do aparente atraso brasileiro frente a outras nações. Não teriam sido constituídas bases mentais e morais que potencializassem as capacidades da população e criasse um sentimento generalizado para investir tais competências naquele que seria o princípio ao menos de grande parte da historicidade do início do século XX em diversas nacionalidades ocidentais na modernidade: o progresso. A “tristeza” seria este sentimento de misantropia e descrença de origem colonial que passou a constituir as mentalidades das culturas do Brasil.

A meta-narrativa civilizacional e progressista de Paulo Prado parece evidenciar que para a historicidade das primeiras décadas do século XX parte da história, enquanto experiências dos homens no tempo, não pode passar, ela constantemente invade o presente. Entre outras transformações, a abolição da escravidão, em 1888, e a mudança de regime monárquico para o republicano, em 1889, geraram grandes expectativas de mudança política e social entre os letrados do período. Este foi outro legado daquele passado recente para parte da comunidade de intelectuais do tempo de Prado. Dentro da perspectiva do ideal civilizacional, o Brasil era visto como uma nação atrasada em relação à grande

---

[96] RANGEL. 2014, p. 56-57.
[97] MARTINS, 2008, p. 35.

comunidade global do ponto de vista social, político, tecnológico, sanitário e educacional. Como se orientar em meio a esta instabilidade do início do século XX brasileiro? Para além do diagnóstico misantrópico e do esforço de síntese não me parece que o autor tenha desejado apenas evidenciar e ser evidência desta "tristeza".

Como parte daquela que acredito ser uma possibilidade desta temporalidade a qual grande parte da intelectualidade experimentava, havia entre estes ensaístas uma tentativa de produzir certa pragmática que causasse em seus leitores algum tipo de estímulo para superar limites do presente e intensificar determinadas experiências até então obscurecidas (segundo tais autores, veladas muitas vezes pela própria historiografia profissional). Trata-se, portanto, de uma experiência que, como tantas outras no mundo moderno, oscila entre aquilo que Hans Ulrich Gumbrecht chamaria de "efeitos de presença" e "efeitos de sentido".[98] É importante salientar que as reflexões de Gumbrecht nos auxiliam a compreender melhor as estratégias referentes ao texto de Prado, porém as noções de "presença" e "sentido" não são propriamente desenvolvidas pelo autor de *Retrato do Brasil*.

Cabe, aqui e antes de prosseguirmos, uma predicação mais pormenorizada dos aspectos teóricos/metodológicos de Gumbrecht que serão utilizados neste trabalho. Segundo o autor, "presença" se define como "a existência de objetos físicos e eventos espaço-temporalmente localizados."[99] Um "efeito de presença" se refere à tangibilidade das coisas que se encontram próximas ao corpo do homem. Em uma cultura da presença, os seres humanos se consideram parte do mundo das coisas e, portanto, não se distinguem ontologicamente do mesmo.

Um "efeito de sentido" seria aquele que se refere à interpretação e ao significado. Há, portanto, um observador que se compreende como incorpóreo e o qual atribui significados através de uma relação sujeito e objeto. Aquele que analisa se coloca como um observador que está para além do que é analisado. Hermenêutica e objetividade seriam palavras da ordem de uma "cultura de sentido". Esta se apresenta sempre como um esforço de transformar o mundo através de ações baseadas nas interpretações das coisas e nas expectativas futuras, com o intuito de produzir condições de possibilidade ideais a uma antecipação em

[98] GUMBRECHT, 2010, p. 22.
[99] GUMBRECHT, 2009, p. 10.

relação ao próprio mundo.[100] É preciso ressaltar que para Gumbrecht esta tipologia não é encontrada de forma ideal nas diversas sociedades, mas existem através de hierarquizações e oscilações nas formas do ser humano se relacionar com as coisas do mundo.

Ainda segundo Gumbrecht, por mais que a intensificação da "cultura de sentido" na modernidade tenha criado certo lapso entre linguagem e "presença", esta última pode ser realizada na linguagem. Para além das diversas condições explicitadas pelo autor para presentificar o passado (torná-lo tangível), apontarei aqui aquelas que acredito serem mais importantes para este trabalho. A linguagem é capaz de produzir uma percepção sensória que, aliada a um sentido, pode não se tratar de uma pressuposição. Portanto, é possível, através da linguagem, "estimular imaginações que tornem esta mesma presença palpável."[101] Mais do que isso, a linguagem pode tornar o passado presente, evocá-lo, ao conseguir produzir uma relação não simbólica e sim de certa intimidade com as coisas as quais se refere, ou seja, gerar uma "epifania". Desse modo, a literatura e também a historiografia, por exemplo, possuem a capacidade de elaborar "efeitos de epifania"; produzir presença na e pela linguagem. Trata-se do que o autor chama de um possível "amálgama" entre linguagem e "presença", o qual:

> (...) pode ser descrito como *linguagem que se abre para o mundo das coisas*. Este inclui textos em que o paradigma semiótico de representação é substituído por uma atitude dêitica em que as palavras são experimentadas como apontando coisas, ao invés de substituí-las. Assim, os substantivos se transformam em nomes próprios porque parecem saltar a dimensão sempre totalizante dos conceitos e se tornam, por algum tempo, individualmente ligados a objetos individuais.[102]

Tanto a valorização quanto a superação, ou seja, as formas como este passado se faz presente no ensaio de Prado, são apresentadas através de estratégias para evocá-lo através da linguagem. O ensaio possui quatro capítulos, os quais cada um representa sentimentos que compõe de uma forma geral o perfil do homem brasileiro, os quais são respectivamente: *A Luxúria*, *A Cobiça*, *A Tristeza*

---

[100] GUMBRECHT, 2009, p.13.
[101] GUMBRECHT, 2009, p.15.
[102]GUMBRECHT, 2009, p.15.

e *O Romantismo*.[103] No entanto, parte das conclusões e argumentos importantes de seu ensaio se encontram no texto final do livro, o *post-escriptum.*

No primeiro capítulo, *A Luxúria*, o passado que o autor quer evocar é o dos primeiros anos da colonização. Estes teriam legado à formação nacional certo individualismo criativo, mas também o que chama de luxúria, o deixar-se dominar pelas "paixões", especialmente a promiscuidade. Com as primeiras expansões marítimas houve um deslumbre provocado pela busca do novo, o que teria favorecido o individualismo no lugar da anterior obediência às estruturas europeias mais tradicionais. A nova experiência estaria marcada pela "ambição", o poderio, o saber, o gozo, enfim, pela vida material[104].

> O clima, o homem livre na solidão, o índio sensual encorajavam e multiplicavam as uniões de pura animalidade. A impressão edênica que assaltava a imaginação dos recém-chegados exaltava-se pelo encanto da nudez total das mulheres indígenas. A própria carta de Caminha diz bem à surpresa que causou aos navegadores o aspecto inesperado das graciosas figuras que animavam a paisagem. (...) Depois dos longos dias continentes da travessia, o mundo novo, com essas aparições gentis, devia ser certamente o paraíso. (...) À sedução da terra aliava-se no aventureiro a afoiteza da adolescência. Para homens que vinham da Europa policiada, o ardor dos temperamentos, a amoralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizado - e toda a contínua tumescência voluptuosa da natureza virgem - eram um convite à vida solta e infrene em que tudo era permitido. (...).[105]

---

[103]Prado aponta no *post-escriptum* que tais sentimentos possuem contornos específicos nas diversas localidades do país: "mesmo para tratar da tristeza brasileira foi necessário reagir contra o exagero deste sentimento nas populações desta província [São Paulo]. Nem todo o país sofre como aqui do mal soturno. Estudá-lo neste recesso, onde se apurou e se fortaleceu, seria estender erradamente sobre o resto do nosso povo o véu melancólico da tristeza paulista, já conhecido de Anchieta e que, mais que nenhum outro, pesa e asfixia. Seria adotar as generalizações deformadoras do regionalismo". PRADO, 1928, p. 102-103.

[104] PRADO, 1928, p. 8-9.

[105] Ainda segundo o ensaísta, o colonizador: "Voltava-se à simples lei da natureza, e à fantasia sexual dos aventureiros, moços e ardentes, em plena força, prestava-se o gentio. Um dos mais sagazes observadores do século, Gabriel Soares de Sousa, escrevia referindo-se aos tupinambás: São 'tão luxuriosos que não ha pecado de luxúria que não cometiam; os quais sendo de muito pouca idade tem conta com mulheres, e bem mulheres; porque as velhas já desestimadas dos que são homens, granjeiam estes meninos, fazendo-lhes mimos e regalos, e ensinam-lhes a lazer o que eles não sabem, e não os deixam de dia nem de noite'. (...) No mesmo século, testemunhava o padre Simão de Vasconcelos os: 'Os costumes dos portugueses, moradores que então se achavam nestas vilas, vinham a ser quase como os dos índios; porque sendo cristãos, viviam a modo de gentios; na sensualidade, era grande a sua devassidão, amancebando-se ordinariamente de portas a dentro com as suas mesmas índias, ou fossem casadas ou solteiras'". PRADO, 1928, p. 19-24.

Esta nova fase daria início à expansão desenfreada da economia e do comércio na busca por ouro, novos produtos e redes de comercialização. O homem moderno se desfez da pressão moral da sociedade europeia e deu lugar à busca por exercer livremente suas paixões (inclusive a sexualidade)[106] tornando-se, portanto, "insubmissos as peias sociais."[107]

> (...) não se cansavam das linhas harmoniosas dos corpos nus que a civilização não aviltara. Era esse certamente o paraíso bíblico, que Colombo entrevira nas maravilhas do Orinoco. Ou não estaria longe, como afirmava Vespucci. Paraiso ou realidade, nele se soltara, exaltado pela ardência do clima, o sensualismo dos aventureiros e conquistadores. Ai vinham esgotar a exuberância de mocidade e força e satisfazer os apetites de homens a quem já incomodava e repelia a organização da sociedade europeia.[108]

Para evocar este passado de forma tangível, Paulo Prado favorece a descrição, a repetição, e a reconstituição de certa sensação de velocidade; portando, próprio a sua experiência temporal acelerada. Deste modo, aponta sentimentos a partir de cartas e outros manuscritos, muitas vezes como se estivessem acontecendo no momento o qual descreve, dizendo, por exemplo, que alguém "falou" ou "gritou" algo. Ao se referir e "reconstituir" sentimentos exacerbados e livres usa palavras como "deslumbramento" "paixão frenética", "fascinação", "maníaco", "encantamento" e para tornar experienciável às paixões utiliza termos como "penetrar", "umidade", "calor", "sufocar", "asfixiar" e "sedução".[109] Descreve os animais e as formas, as texturas e as cores das matas

---

[106] Trata-se do temor a respeito do que Pocock chamou de "humanismo comercial", ou seja, a compreensão de que o liberalismo mercantil, ao invés de promover a virtude individual e a coesão social caba por corromper o homem, acentuando as paixões egoístas e desarticulando a sociedade. POCOCK, 1975.

[107] PRADO, 1928, p. 16.

[108] PRADO, 1928, p. 15-16.

[109] O território "oferecia um obstáculo formidável para quem a queria penetrar e atravessar, como que exprimindo a opressiva tirania da natureza a que dificilmente se foge no envolvimento flexível e resistente das lianas. Compacta, sombria, silenciosa, monótona na umidade pesada, abafa, sufoca e asfixia o invasor que se perde no claro-escuro esverdeado de suas profundezas. (...) notara na floresta tropical a enormidade, a falta de proporção em relação visível com a humanidade, que caracteriza estas solidões misteriosamente habitadas. (...) A vegetação eleva-se por andares, atingindo 40 a 60 metros de altura, enlaçando-se aos troncos os cipós e parasitas, em luta pela vida, como num espaço demasiadamente povoado. (...) É o mesmo emaranhado hostil de lianas, trepadeiras e orquídeas, mas na submata, as urticáceas, espinhos, samambaias tolhem ainda mais o andar do homem (...) o chão é um tapete de flores caídas, de todos os tons, desde o amarelo escuro,

em busca de conferir materialidade a este passado. Usa palavras como "beber" e "respirar" tentando despertar uma experiência sensorial: "(...) todos sofriam a sedução dos trópicos, vivendo intensamente uma vida animal e bebendo com delícia um ar como que até então irrespirado".[110] As primeiras imagens da natureza do Brasil avistada pelos europeus teriam sido, segundo Prado, uma experiência estética como a uma pintura a qual da ao homem a sensação de deslumbramento, de encantamento, e em seguida de sufocamento e pequenez. Aponta e descreve estas experiências através da mesma terminologia sensorial.

> (...) em frente a serraria azul do litoral, a expedição [de Cabral] teve a visão de uma vida paradisíaca, com a verdura do país tropical e a pujança pululante da terra virgem. A carta de Caminha, na sua idílica ingenuidade, é o primeiro hino consagrado ao esplendor, a força e ao mistério da natureza brasileira. Nas suas tintas vivas e frescas de painel primitivo (...) percebe-se o encantamento do maravilhoso achado que surgia diante dos navegantes depois da longa e incerta travessia. (...) "Toda está vestida de mui alto e espeço arvoredo, regadas com as aguas de muitas e mui preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda a terra, onde permanece sempre a verdura com aquela temperança da primavera que cá nos oferece Abril e Maio". (...) Colombo, no seu Diário, no dia 21 de outubro, regista a impressão de deslumbramento diante do esplendor tropical, do cantar dos pássaros, dos bandos de papagaios, "que escureciam o sol", das arvores de mil espécies, dos frutos desconhecidos.[111]

Em *A Cobiça*, Prado procura evidenciar a busca pelo enriquecimento rápido como outra característica fundamental dos primeiros colonizadores. A herança a qual se quer evocar deste passado é o que o ensaísta chama de:

> Individualismo infrene, anárquico pela "volatilização dos instintos sociais", cada qual tendo no peito a mais formidável ambição que nenhuma lei ou nenhum homem limitava, e entregue ao encanto da novidade e da surpresa. Como exclusiva preocupação, viver livre e dominar; como único alento, a miragem que então incendiava a

---

do vermelho rubro, da cor-de-rosa, até o lilás, o azul celeste e o branco alvíssimo" PRADO, 1928, p. 12-13.

[110] PRADO, 1928, p. 14.

[111] PRADO, 1928, p. 10-11.

> imaginação do mundo de não estar muito longe, mas sempre inatingível, o maravilhoso Dorado.[112]

Para presentificar este passado aponta para as guerras, conquistas, armas, para os contratos e tratados comerciais, negociações de mercadores e para os produtos comercializados. Também para as expedições e os desbravamentos de florestas, montes, rios e outros elementos geográficos em um esforço com o intuito de conferir uma sensação espacial. Refere-se também à hostilidade da natureza e dos indígenas, "dura realidade em que o colono se via 'abafado pela mata virgem, picado por insetos, envenenado por ofídios, exposto as feras, ameaçado pelos índios, indefeso contra os piratas '"[113], tentando, assim, sensibilizar o leitor. Descreve as lendas sobre cidades onde havia ouro. Discorre sobre a cor, a textura e o brilho dos metais preciosos e cita textos de gazetas e diários de viajantes da época buscando conferir conteúdo material a este passado. Há um esforço de "presentificação" do passado através da provocação de uma experiência sensorial quando descreve com cuidado e intensidade o modo de viver, a mentalidade e a crença tangível a respeito de que o enriquecimento poderia estar próximo. A sua escrita convoca a sentir como é, a ver e a tocar os metais preciosos.

> Pelos desertos do litoral mercadejava em escravos, madeiras e animais, o colono isolado, vivendo, no seu sonho de pioneiro, da caça, das frutas e mantimentos da terra. (...) Tornava-se realidade palpável o país encantado em que, diziam, "pisan las bestias oro y es pan cuanto se toca com las manos". Por toda a américa se apregoava a nova dos tesouros fabulosos levantados da terra pela espada sanguinolenta dos Cortezes, dos Pizarros, dos Valdivias. Açulava ainda mais esse frenesi o dogma geográfico de que sempre no Oriente mais ouro e prata escodia a *natureza*. O Oriente é mais nobre que o Ocidente e portanto o Brasil mais opulento que o Peru", dizia o autor do "Diálogo das grandezas do Brasil". (...) A Gazeta Alemã, de 1514, tão discutida, já se refere a um povo das serras, "rico de armaduras feitas de chapas de ouro, muito delgadas, que os combatentes levam sobre o peito e na testa"[114]

---

[112] Grifo do autor. PRADO, 1928, p. 35.
[113] Grifo do autor. PRADO, 1928, p. 37-38.
[114] PRADO, 1928, p. 35-36.

Ainda a partir deste objetivo de sensibilização dos seus leitores, o capítulo *A Tristeza* se inicia descrevendo a colonização da América do Norte e seus elementos os quais teriam resultado em uma experiência diversa a do Brasil, promovendo uma maior sociabilidade. Há um grande foco, neste capítulo, na exposição sobre a experiência colonial norte americana para então, no fim, traçar um rápido paralelo com a colônia portuguesa nas Américas. Neste momento, Prado parece ter a intenção de demonstrar o desamparo dos primeiros colonos ingleses e as motivações e coordenações adequadas de suas ações. Do mesmo modo que os primeiros colonos do que viria a ser o Brasil, os norte americanos se estabeleceram em um ambiente hostil o qual exigia o investimento de grande energia humana.

Deste modo, ao narrar os primeiros momentos da colonização norte americana, o autor descreve experiências naturais que nos remetem à introspecção, tais quais: a falta de abrigo, o frio, o inverno sombrio, tempestades de chuva e neve, o silêncio. São apresentados como traços dos colonos americanos do norte a revolta contra a autoridade opressiva, o pioneirismo, o idealismo, o utilitarismo moderado, a disciplina religiosa, a vida comunitária e uma relação mais adequada com suas experiências passadas, portanto, o estabelecimento de uma história, tradição e memória que os integrava. Suas escolhas moderadas conferiram sucesso ao futuro americano, um contraste em relação à luxúria e cobiça característica da colonização do Brasil.

> Em novembro de 1620, cento e dois peregrinos ingleses, vindos de Southampton, avistaram do pequeno navio Mayflower as costas arenosas do que é hoje o Estado de New-Jersey. Procurando melhor abrigo, velejaram mais ao Sul até o porto depois chamado de Plymouth, em Massachusets, onde desembarcaram a 22 de dezembro, data que a tradição nacional consagra à comemoração dos antepassados. O frio era intenso nesse sombrio inverno de país do Norte. Em meio de tempestades de chuva e neve, receando o ataque dos indígenas escondidos nas matas vizinhas, os peregrinos acenderam na praia um fogo que os alumiou e aqueceu durante a noite inclemente. No dia seguinte, como era sábado, interromperam para o repouso dominical os trabalhos de instalação: somente os cânticos religiosos perturbaram então o silêncio da terra misteriosa. Em seguida, começou a luta terrível do imigrante. Cada homem teve de construir a própria casa, arrostando as

> mais duras intempéries, que apenas permitiam o trabalho duas ou três vezes por semana. Nessas condições, em quatro meses, quase metade da pequena expedição tinha sucumbido à doença e ao frio; o resto teve de se fortificar às pressas contra os assaltos do gentio. Estava, porém, criada uma das células iniciais da nação americana.[115]

Ainda neste sentido que é o de produzir certa presentificação do passado, no último capítulo, *O Romantismo,* o autor procura evidenciar uma experiência sensorial através da evocação daquilo que Prado compreendia como a vida cotidiana dos românticos do século XIX. O hedonismo, o fatalismo, a vida contemplativa ou os "impulsos irracionais"[116] dos românticos teriam sido características que acentuaram a "tristeza" e a inércia.

> Byron era o deus desse culto, que se celebrava – como dizia um verso do tempo – num ambiente exaltado de "Mistério, Noite, Amor, Infâmia e Pranto." (...)Em 1845, fundava-se em São Paulo a "Sociedade Epicúrea". (...) narra um dos membros da associação. Uma vez estivemos encerrados quinze dias, em companhia deperdidas, cometendo ao clarão de candeeiros, por isso que todas as janelas eram perfeitamente fechadas desde que entravamos até sair, toda a sorte de desvarios que se podem conceber". (...) Levavam a loucura aos mais incríveis extremos. Ceavam e embriagavam-se com morféticos acampados nas imediações da cidade. Um poeta apanhou a terrível moléstia nessas saturnais do byronismo. Outros se perderam no alcoolismo barato, que sempre foi de moda na velha academia paulistana, ou devorados pela sífilis das cafuzas e sararás, que pululavam à noite nas ruas escuras da Paulicéia, comparsas repugnantes nos "punchs" das vendas ou nos "banquetes negros" dos cemitérios. (...) Mocidade, romantismo, literatura. De 1840 em diante, e talvez se possa dizer até hoje, essas gerações de moços,

---

[115] PRADO, 1928, p. 62.

[116] Prado, a partir da referência de "Dr. Pires de Almeida. A escola byroniana no Brasil. Jornal do commercio, 1904-1905", narra um caso o qual seria exemplo de tais impulsos: "Um destes ficou assinalado nos anais acadêmicos. Fora organizado por uns trinta rapazes sobre as pedras tumulares da Consolação e ao clarão de uma lua romântica embaciada de garoa. Esquentados pelo cognac, resolveram aclamar uma Rainha dos Mortos. Violaram uma sepultura recente para dela retirarem um caixão levado à cidade em procissão ao som de um cantochão de defuntos e à procura de alguma pobre coitada que se prestasse à macabra comédia. Trouxeram-na à força, fechada no caixão ainda sujo de terra e molambos de carne; desceram -no entre cantos e recitativos até o fundo da cova e aí ia realizar-se o ajuntamento simbólico, quando se verificou que a desgraçada tinha realmente sucumbido no pavor de tão fúnebre encenação. 'Osculei um cadáver' rugiu entre horrorizado e triunfante o 'noivo do sepulcro', soltando a demoníaca gargalhada da época". PRADO, 1928, p. 96-97.

> espalhando-se anualmente pelo país inteiro, levavam para o que se chamava nos banquetes de formatura "a vida prática".[117]

No entanto, os dois últimos capítulos, intitulados *A Tristeza* e *O Romantismo*, possuem um caráter mais narrativo e, portanto, diferente da maior oscilação entre "efeitos de presença" e de "sentido" dos capítulos anteriores. Aqui já há uma preocupação maior em conferir "sentidos", mesmo ainda produzindo "efeitos de presença". O que Paulo Prado salienta neste momento é uma convergência, a conclusão decadente resultante da luxúria e da cobiça e a consequente estagnação e "tristeza" que constituíram parte da herança deste passado. No último capítulo, o passado é representado através de uma síntese de maior preocupação lógico-formal, citando aqueles que seriam os principais autores, eventos e aspectos filosóficos do romantismo.[118] Prado parece compreender que a cultura romântica no Brasil tratava-se de uma ideia importada e, sendo assim, desajustada em relação aos traços brasileiros. O autor entende que os ideais românticos acabaram por catalisar o sentimento de "tristeza" legados pelo passado, promovendo a expansão de um comportamento de inanição, uma estagnação comunitária, e sendo assim, uma insociabilidade.

> O mal [romântico] ia, porém, invadir o país de uma maneira mais intensa e mais estranha. O meio era-lhe propício. O desequilíbrio das inteligências representava as incertezas sociais e políticas do movimento histórico. (...) Nesse ambiente de sensualidade e ignorância deparava-se de vez em quando uma individualidade culta, a quem aperfeiçoara o curso em Coimbra ou a auto-didaxia desenvolvida pela inteligência espontânea da raça, - núcleo de seleção em que se preparou e se realizou o movimento de independência, arrastando a indolência e o indiferentismo das massas. Formou-se, assim, o grupo

---

[117] PRADO, 1928, p. 95-97.

[118] Há em seu ensaio uma crítica à Magalhães: "Costuma-se dizer que a nova escola literária chegou ao Brasil em 1836, com os Suspiros poéticos e Saudades, de Gonçalves de Magalhães. Uma simples data, como ponto de referência para estudos críticos. O livro, que é medíocre, teve realmente um sucesso hoje incompreensível. Correspondia, porém, a um estudo de espírito em evolução, a uma nova sensibilidade latente e de que já havia traços na política nacional e na poesia do nosso pré-romantismo desde certas tendências da escola mineira até o anacreontismo do Patriarca. Os jornais da época, no Rio, atestam a pobreza do meio literário. Os livreiros anunciavam como última novidade a Galatée, de Florian e o Honrado Negociante, de Marmontel; para os mais requintados, o Chevalier de Fabulas e as Aventures de Telémaque. Aos poucos leitores os anódinos Suspiros de Magalhães impressionaram certamente como uma manifestação revolucionária e, diríamos hoje, modernista". PRADO, 1928, p. 93-94.

> escolhido e de incontestável valor moral e intelectual, a quem coube a princípio a direção dos negócios públicos e em seguida os principais papéis na comédia parlamentar que veio a ser, em grande parte, a história política do Império. Presa fácil para o romantismo, que com as galas de moda francesa atravessava os mares, de 1820 a 1830, sob a inspiração de Hugo, Vigny, Lamartine e depois de Lamennais.[119]

Até o segundo capítulo (*A Luxúria, A Cobiça*), Prado se dedica com maior intensidade ao que podemos chamar de uma reconstituição de determinados contextos, conjunturas e à consequente "produção de presença", um enfoque maior na pragmática estética. Nos dois últimos capítulos, (*A Tristeza, O Romantismo*), mesmo coexistindo com recursos estéticos, há maior dedicação à pragmática lógico-formal. Dito isto, o que podemos perceber quando analisamos a obra a partir de uma perspectiva geral é que Prado se movimenta no interior de uma tensão entre o que foi descrito como "sentido" e "presença". A motivação para investir nesta dicotomia parece tratar-se de uma necessidade de evocar e apontar os diversos matizes resultantes destas heranças do passado: 1) onde ele se dedica à "produção de sentido" porque a partir desta operação emprega a lógica e a razão, fundamentos comuns, atestados e prestigiados no estudo da história; 2) a partir da "produção presença", porque através da experiência sensorial\estética é possível vincular-se afetivamente e sensorialmente, presentificando o passado, produzindo uma relação de intimidade, especialmente acerca de experiências as quais possuem certa distância em relação ao presente devido às transformações formais.

2.3 Pluralidade na relação com o passado em *Retrato do Brasil*

Uma pragmática estética a respeito do passado, para o autor, parece possibilitar mais rapidamente, diretamente e com eficiência uma familiaridade com aquelas experiências as quais quer reduzir a "distância histórica". Este esforço quer acessar vivências históricas consideradas positivas para a orientação no presente. Do mesmo modo, a "presença" produz uma aversão sentimental a qual intensifica a "distância histórica" a respeito daquelas dimensões passadas, ou heranças, consideradas negativas ao presente. A experiência a ser valorizada e

[119] PRADO, 1928, p. 92-94.

especialmente aquela que legou heranças negativas precisa ser experimentada como ambientes: a primeira como potencialidade histórica a ser evidenciada e intensificada e a segunda como aquela a ser obscurecida e superada.

No ensaio de Paulo Prado, o passado é apresentado de duas formas diversas e, portanto, sua relação com este passado e as possibilidades de orientação através deste apontam para duas perspectivas. A primeira seria a ideia de que há heranças deste passado (parte de sua perspectiva de influência psicanalítica) compreendidas e compartilhadas afetivamente por uma vasta comunidade nacional. Sendo assim, este passado, ao se referir a toda uma identidade em constituição através do *topos* Nação, reificava a "tristeza" e o desânimo atávico da sociedade. Partindo dos trabalhos de Gumbrecht como perspectiva teórico/metodológica, compreendemos que esta primeira forma de tematização e de produção de certa relação com o passado parece possuir características mais próximas aos "efeitos de presença". A herança deste passado afeta e presentifica o corpo do leitor ao mobilizar sensorialmente a luxúria, a cobiça ou os sentimentos tristes e desanimados dos homens no passado. Além disso, os inscreve em uma estrutura construída historicamente, a qual parece não querer passar. Com base nesta espécie de estratégia sensória, descrita aqui através da perspectiva de Gumbrecht, Prado tenta intensificar outras possibilidades de experiência em seu presente.

Podemos pensar junto a Paulo Prado, a partir do que Gumbrecht explicita acerca do "efeito de presença", que, na presentificaçao, a passagem do tempo não é "vivenciada como produtora de uma distância *vis-à-vis* com o passado" e, portanto, "a evocação de um passado em sua materialidade nos parecerá menos duvidosa; encontrará menos resistência e ceticismo do que a cultura histórica moderna nos ensinou a produzir."[120] Sendo assim, acredito tratar-se de um passado que, ao ser evocado, parece unir experiências temporais diversas ao presentificar o que Prado chama de "tristeza brasileira". Esta evocação possui contornos anacrônicos por aproximar estas experiências como se fossem situações similares, unindo as duas situações. Estaria aqui uma epifania produzida através de uma linguagem que evoca objetos e lugares e que assim confere uma presença material ao passado.

[120]GUMBRECHT, 2009, p.17.

A outra possibilidade de tematização do passado através das perspectivas de orientação e reordenação da relação com tais experiências encontra-se na valorização de determinadas dimensões históricas. Através de sua linguagem pragmática, Prado procura evidenciar experiências passadas às quais poderiam oferecer algum tipo de orientação. Mas isto se dá não somente através de uma "história nacional", como é possível perceber a importância que o autor atribuiu à colonização norte americana na sua analogia sobre a formação da sociabilidade nos Estados Unidos e no Brasil. Há, nesta comparação uma provocação sobre a necessidade de reorganização da sociedade brasileira com o intuito de atingir a modernização e o progresso, do mesmo modo que os estadunidenses. Este passado surge como uma possibilidade latente de orientar historicamente em favor do princípio daquela temporalidade sempre apontado como o progresso. Surge também para demonstrar consequências históricas em sociedades distintas nas quais houve investimentos adequados nos componentes políticos e sociais resultando no que o autor entende como desenvolvimento.

Prado parece compreender que o progresso está diretamente ligado a certo equilíbrio nos diversos elementos das relações humanas em sociedade e sua organização. A saber, estes elementos são a "rebeldia", o "mercado" (economia), a "insubmissão à tirania", a "liberdade" e a "individualidade" de um lado, e do outro a "coletividade", a "moderação", a "organização administrativa", o "poder justo do Estado", o "trabalho" e a "moralidade". Nota-se que são dicotômicos e, portanto, seria necessário evitar os radicalismos polarizadores para não ir ao encontro do individualismo ou da tirania. Para o ensaísta, a decadência do Estado português está associada a vários destes excessos.

> A nação portuguesa, corrompida pelo luxo e pela desmoralização dos costumes, perdia, pouco a pouco, a sua primitiva vitalidade. Os governos, despóticos e incapazes, só conservavam a antiga energia para sustentar a Inquisição.[121]

No caso brasileiro o que ocorreu foi a "individualidade", a "indiferença", a "indolência" e a "tristeza", pois não houve o desenvolvimento dos outros elementos os quais promoveriam uma sociabilidade plena em nossa experiência

[121] PRADO, 1928, p. 45.

histórica: "Ubi bene, ibi patria [onde se vive bem, ai está à pátria], diz o nosso profundo indiferentismo, feito de preguiça física, de faquirismo, de submissão resignada diante da fatalidade das coisas".[122] Segundo Prado, o colonizador era o homem da Renascença o qual buscou na própria história o referencial para as suas novas ambições. Substituíram a obediência ao individualismo, já que "neste anseio os povos da época se sentiam abafados e peados na vida estreita da Europa". A partir desta novidade, transformam quando não negaram alguns valores do cristianismo de até então ao compreender que "era preciso alterar – na terminologia nietzschiana – o sinal negativo que o cristianismo inscrevera diante do que exprimia fortaleza e audácia"[123]. A busca constante por estabilidade, segurança (fortaleza), a resignação a qual repele o "espírito aventureiro" e a "audácia" são heranças negativas do cristianismo as quais se tornam inadequadas para estes homens renascentistas. Os descobrimentos se tornam sinônimo de libertação e experimentação da vida material:

> A ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene que, como culto, a renascença fizera ressuscitar. (...) É assim que a volta ao paganismo (...) que o retorno ao ideal antigo teve como melhor resultado o alargamento, para assim dizer, das ambições humanas de poderio, de saber e de gozo. (...) Abrir as portas da prisão ocidental. Substituir a Obediência a Vontade individualista. Dissipar as constantes e aterrorizantes preocupações da Morte e do Inferno – medo de Deus e medo do Diabo – que tanto torturavam os espíritos cristãos. A era dos descobrimentos foi resultado desse movimento de libertação. Dilatava o mundo de que dois terços ainda não eram conhecidos e exaltava a vida física, como mais tarde a Revolução Francesa foi a exaltação da vida intelectual, arrogante e independente.[124]

Mais à frente, dando continuidade ao seu argumento sobre a Renascença e sobre a modernidade, Prado faz a seguinte reflexão:

> A Renascença e a Reforma modificavam por seu turno a estrutura social e moral da civilização ocidental. Pactos

[122] PRADO, 1928, p. 110.
[123] PRADO, 1928, p. 8.
[124] É importante notar que palavras como "Obediência", "Vontade", "Morte", "Inferno", "Deus" e "Diabo" são tratados como substantivos, apontando-as, desta forma, como protagonistas dos fenômenos históricos do início da modernidade. PRADO, 1928, p. 8-9.

> aparentemente isolados viriam a ter um significado que os contemporâneos não percebiam. Assim, no mesmo ano em que Cortez sitiava a cidade do México, Lutero queimava em Wittenberg a bula do Papa. Havia no ar, com a surpresa das descobertas, um espírito de renovação e de revolta, precursor de novas ideias e de homens novos.[125]

Sendo assim, a modernidade, para Prado, possui esta dinamicidade e estes elementos diversos de individualidade, de liberdade e revolta que, se não se associarem a outros componentes que os moderem, sem suprimi-los, que façam com que eles resultem em algo profícuo, podem trazer como consequência a insociabilidade e a crise ao desenvolvimento civilizacional. Sobre o início da modernidade, Gumbrecht também descreve algo próximo de uma nova forma no que tange ao agir deste homem ocidental, o qual deixa de se orientar a partir da compreensão de que há uma unidade harmônica entre ele e o mundo. O homem da modernidade se entende como uma consciência (sujeito) que compreende e experimenta o mundo como objeto, ou seja, como algo que não se relaciona com ele de modo mais propriamente harmônico, como sublinhamos. Sendo assim, sua inquietude é constante e seus limites se expandem: a transformação/diferenciação e não mais a manutenção/preservação torna-se o elemento de ordem.

> Em vez de ser uma parte do mundo, o sujeito moderno vê a si mesmo como excêntrico a ele, e, em vez de se definir como uma unidade de espírito e corpo, o sujeito – ao menos o sujeito como observador excêntrico e como produtor de saber – pretende ser puramente espiritual e do gênero neutro. Esse eixo sujeito/objeto (horizontal), o confronto o entre sujeito espiritual e um mundo de objetos (que inclui o corpo do sujeito), é a primeira precondição estrutural do Início da Modernidade. Sua segunda precondição está na ideia de um movimento – vertical – mediante o sujeito lê ou interpreta o mundo dos objetos.[126]

Diferentemente da experiência brasileira, o que explicaria o sucesso dos Estados Unidos fora uma colonização baseada no trabalho, na moderação, a partir de uma tensão "saudável", adequada, entre individualidade e comunidade, entre ímpeto e sobriedade. Com isto, foi possível criar "estimulantes afetivos de ordem

---

[125] PRADO, 1928, p. 64.
[126] GUMBRECHT, 1998, p. 12.

moral e os de atividade mental".[127] Sem este equilíbrio, o que se legaria ao futuro seria a "tristeza" e a indeterminação. Importante notar que para o ensaísta há traços destes "estimulantes" no nosso passado, mas eles foram subjugados por problemas no interior da nossa história e pelo esquecimento legado na própria historiografia: "Nos primeiros tempos produzimos os mais magníficos exemplares de bruta força humana, mas não conseguimos preparar a argamassa que liga os grandes povos idealistas".[128]

Sendo assim, acredito que, para Prado, seria possível superar heranças negativas do passado com o investimento naquilo que poderia desenvolver a política, a ética e a sociedade, e isto porque muitos destes elementos poderiam ser observados no próprio passado brasileiro. Ou melhor, tais características positivas também pertenciam de alguma forma à história do Brasil, de modo que precisariam ser recuperadas, evidenciadas através de investigações historiográficas e, por conseguinte, intensificadas em nome do que se entende como progresso. A experiência dos europeus do séc. XV e XVI eram propícias ao que as terras americanas ofereciam: possibilidade de experimentar intensamente a liberdade e o individualismo. Este seria o primeiro passo do que constituiria os elementos que seriam acentuados na história do que viria a ser o Brasil, mas a exacerbação de tais sentimentos e atitudes degeneraram as possibilidades de desenvolvimento.

Penso que para este autor e para sua historicidade, a relação com o passado poderia e deveria ser reconstituída a partir de uma intenção pragmática, claro, mais propriamente fundada na ordem estética e lógico-formal. Trata-se de um investimento ético-político no que podemos chamar de "presença", para após este esforço, abrir a possibilidade à produção de sentidos complexos e "adequados". Neste último movimento, o passado adquire significado através da interpretação, mas cuidadosamente elaborada a partir do âmbito que é o do estético. Como algo característico à sua historicidade, há uma atitude constituída na modernidade a qual muitas vezes privilegia a experiência de sentido em detrimento da presença. No entanto, no texto de Prado, é parte de outra estratégia onde a experiência estética ético-politicamente orientada é tão central quanto à pragmática lógico-

[127] PRADO, 1928, 62-64.
[128] PRADO, 1928, p. 110.

formal. Em seu ensaio, o sentido é produzido a partir de um esforço de sensibilização contundente.

Para além da necessidade de uma síntese historiográfica e científica do passado legitimada pelos historiadores "eruditos" ou profissionais, as compreensões sobre o passado estariam em disputa e assim disponíveis aos mais diversos letrados devido à importância da tematização da história. Não como uma compreensão distante e estranha ao que foi em outro tempo, mais aquilo que de alguma forma constitui parte do presente e diz respeito a todos que o compartilham. Para Paulo Prado, o passado, mais do que ter legado uma herança atávica a qual, em muitos aspectos, deve ser superada, pode oferecer experiências que possibilitem a produção de alguma orientação (e estabilidade) mais adequada.[129] Portanto, há sim um pessimismo em sua escrita, porém não uma total descrença, um niilismo a respeito da sociedade, o que trata-se justamente do que estamos chamando de "melancolia". Para descrevermos esta sua atitude melancólica,[130] é necessário tentar reconstituir seu argumento de forma sintética.

O português que se instalou na colônia teria deturpado a sua capacidade de perpetuar os ganhos civilizacionais europeus os quais seriam a capacidade de racionalizar as instâncias da vida individual, social e natural (controle da natureza). É preciso sublinhar que a história a qual o ensaísta quer se direcionar muitas vezes é a do europeu (não apenas do europeu português) como uma possível extensão da brasileira, onde muitas vezes quer compreender todo o passado como a história da humanidade. O passado evidenciado muitas vezes trata também do advento da modernidade quando, por exemplo, aponta que da "renascença surgira um homem novo com um novo modo de pensar e sentir. A sua história será a própria história da conquista da liberdade consciente do espírito humano".[131] Por isso mesmo o passado a ser valorizado como experiência orientadora em muitos momentos é o que poderíamos encarar como sendo o "do

---

[129] Como argumenta Henrique Pinheiro Costa Gaio, o modernismo brasileiro do qual Paulo Prado participou ativamente não se constituiu de um ideal de que o passado deveria ser apenas negado e superado como modelo do que não deveria ser seguido. Era mais complexo e foi marcado por um rico antagonismo a respeito do passado onde as "permanências que impossibilitam um desenvolvimento político, cultural e, sobretudo, espiritual do Brasil" deveriam sim ser superadas, porém sempre havia a marca da "valorização do passado como forma de empreender a modernização nacional". GAIO, 2008, p. 29-30.

[130] Tematização melancólica, ou seja, este passado (e mesmo futuro) triste que se manifesta no interior do ensaio de Paulo Prado e, claro, outras abordagens possíveis das experiências concretas (históricas) as quais seriam suficientes à superação desta mesma herança.

[131] PRADO, 1928, p. 8.

outro”**,** de outra “nação” ou sociedade. Dentro das concepções universalizantes, próprias à historicidade no interior da qual se movia o autor há, portanto, certo esforço em reproduzir e apontar os possíveis progressos e retrocessos do homem, em geral, na história humana, ou em termos mais comuns a seu período, a civilização.

O colonizador, no entanto, e justo porque possuía poucos limites, teria se entregado à “luxúria” e à “cobiça”. A falta de um Estado organizado ou outro tipo de normatividade resultou em uma fragmentação da totalidade da vida e uma tradição avessa à organização sistemática. Apesar de possuírem atributos quanto às características sociais e políticas da liberdade e da individualidade, não adquiriram nenhuma outra contrapartida equilibradora, e assim não foi possível usarem estes elementos de forma benéfica já que:

> (...) nenhum obstáculo encontravam para a satisfação dos vícios e desmandos que na Europa reprimiam uma lei mais severa, uma moral mais estrita e um poder mais forte. Entregavam-se com a violência dos tempos à saciedade das paixões de suas almas rudes.[132]

Portanto, apesar de possuírem fundamentos que, caso não se manifestem de forma exacerbada, são necessários ao desenvolvimento social, “os agrupamentos étnicos da colônia – os mais variados, de Norte a Sul – não tiveram outro incentivo idealista”, não possuíram nenhum ideal que produzisse uma solidariedade orgânica para a fundamentação de uma sociedade coesa.[133] Para este indivíduo representado pela figura do “aventureiro”, dos colonos e seus descendentes, poucas preocupações eram atribuídas ao passado e ao futuro, e sendo assim, vivia-se em um presente constante.[134] A pouca tradição referencial e o pouco futuro a ser planejado, somado à falta de organização coletiva[135] levaram à “desordem”, ao individualismo, ao egoísmo, em resumo, pouca capacidade administrativa, a um “liberalismo para poucos” e a deficiência moral.[136] Do

---

[132] PRADO, 1928, p. 31.
[133] PRADO, 1928, p. 50-51.
[134] O que mais tarde também foi um argumento importante para Sérgio Buarque de Holanda em seu primeiro capítulo de Raízes do Brasil.
[135] Com coletivo ou coletividade me refiro a uma organização de indivíduos que compartilha certa tradição, identidade, comportamentos e valores de forma relativamente estável e coesa, superando excessos do individualismo e egoísmo.
[136] PRADO, 1928, p. 29-31.

mesmo modo, os problemas da formação nacional teriam sido reificados com o sistema escravista e, no século XIX, com a ideologia do romantismo, de modo que intensificaram o desânimo e a "tristeza":

> Sugerimos nestas páginas o vinculo secular que deixaram na psique nacional os desmandos da luxúria e da cobiça, e em seguida, na sociedade já constituída, os devaneios do mal romântico. Esses influxos desenvolveram-se no desenfreamento do mais anárquico e desordenado individualismo, desde a vida isolada e livre do colono que aqui aportava, até as lamúrias egoístas dos poetas enamorados e infelizes. Como reagentes nos faltaram, na nossa crise de assimilação, o elemento religioso, a resistência puritana da nova Inglaterra, a hierarquia social dos velhos pioneiros americanos, o instinto de colaboração coletiva.[137]

Nesta mesma citação, encontramos as duas perspectivas de como se apresenta este relacionamento com o passado. Paulo Prado utiliza a valorização de experiências no tempo em um esforço para encontrar a possibilidade de reverter esta herança. Este ponto é apresentado em seu argumento comparativo entre a colonização brasileira e a norte americana. A religiosidade puritana dos Estados Unidos teria levado a um processo oposto ao brasileiro. A vida comunitária, a ética religiosa e os princípios normativos do colono norte americano conduziu à racionalização e à organização da colônia. Tudo se obteve pelo trabalho que, juntamente com a religião, possibilitaram o esforço social, a coletividade. Novamente há aqui um elemento do passado a ser valorizado. A colonização americana "trazia para o novo mundo o princípio de liberdade e rebeldia que os fizera deixar a mãe pátria". Ou seja, valorizavam do mesmo modo a liberdade, a rebeldia, a "revolta contra a autoridade" do rei e da igreja.[138]

Estes também são elementos da colonização no Brasil, no entanto, a falta do componente para a coletividade - religião, poder administrativo, trabalho - acabou por intensificar o "individualismo", a "insociabilidade" e a "tristeza". O individualismo exacerbado e a ausência de elementos de coerção destes exageros impossibilitam a solidariedade e o funcionamento orgânico entre os indivíduos na criação de comunidades e uma sociedade estável, saudável. Somado a isto, a

---

[137] PRADO, 1928, p. 110.
[138] PRADO, 1928, p. 64.

intensificação dos "vícios" da "luxúria" e da "cobiça" levaram a um sentimento generalizado de "insaciedade", a incapacidade de prover os desejos, a falta de desenvolvimento de virtudes, a desarmonia social a qual culminaram no ceticismo e na "tristeza". As características de dinamicidade e plasticidade dos colonos no Brasil foram desvirtuadas devido ao investimento intensivo nos vícios:

> Post coitum animal triste, nisi gallus qui cantat [todo animal fica triste depois do coito, salvo o galo, que canta], afirmava o velho adágio da medicina: é o "colapso", dos médicos, depressão física e moral, passageiras em certas condições normais, continua nos casos de excessos repetidos. No Brasil a tristeza sucedeu à intensa vida sexual do colono, desviada para as perversões eróticas, e de um fundo acentuadamente atávico. Por sua vez a cobiça é uma entidade mórbida, uma doença do espírito, com seus sintomas, suas causas e evolução. Pode absorver toda a energia psíquica, sem remédios para o seu desenvolvimento, sem cura para os seus males. Entre nós, por séculos foi paixão insatisfeita, convertida em ideia fixa pela própria decepção que a seguia. Absorveu toda a atividade dinâmica do colono aventureiro, sem que nunca lhe desse a saciedade da riqueza ou a simples tranquilidade da meta atingida. No anseio da procura afanosa, na desilusão do ouro, esse sentimento é também melancólico, pela inutilidade do esforço e pelo ressaibo da desilusão.[139]

Esta misantropia foi acentuada pelo "culto à dor" do romantismo o qual acabou por generalizar a "tristeza" e solidificar a propensão à inércia de ação. Deste modo, houve um desinteresse pela busca por valores que produzissem maior coesão e estabilidade social nos mais diversos grupos que a compõem. Não houve, enfim, um estímulo ao desenvolvimento das capacidades solidárias e sociais, do rompimento da inércia e da propensão à ação.

> O romantismo foi de fato um criador de tristeza pela preocupação absorvente da miséria humana, da contingência das coisas, e sobre tudo o que Joubert chamava o insuportável desejo de procurar a felicidade no mundo imaginário. Entre nós o círculo vicioso se fechou numa mútua correspondência de influências: versos tristes, homens tristes; melancolia do povo, melancolia dos

[139] PRADO, 1928, p. 70.

> poetas. A nossa primeira geração romântica já fora triste, porque religiosa e moralizante, observou José Veríssimo; na segunda a tendência se acentuou pelo ceticismo e desalento dos chefes da escola. Perseguia-os a ideia continua da morte próxima, e como a uma mulher desejada, lhe faziam versos amorosos. Quase todos os poetas desse tempo morreram moços e tiveram o pressentimento desta fatalidade. Morte e amor. Os dois refrãos da poesia brasileira. O desejo de morrer vinha-lhes da desorganização da vontade e da melancolia desiludida dos que sonham com o romanesco na vida de cada dia. E fisicamente fracos pelo gasto da máquina nervosa, numa reação instintiva de vitalidade, procuravam a sobrevivência num erotismo alucinante, quase feminino.[140]

O Utilitarismo dos E.U.A. foi aliado à "vontade de poder",[141] ou seja, suas escolhas moderadas estimularam o desenvolvimento da colônia. Da mesma forma que no Brasil, nos E.U.A. a natureza também foi um grande obstáculo, onde em uma natureza dura "desenvolveram as qualidades de homens de ação".[142] Os trabalhos de lavrador e pecuarista foram mais adequados ao estabelecimento da colônia. Intensificaram também a individualidade, mas simultaneamente, teriam a encaminhado para o estabelecimento de uma comunidade orgânica. Já no Brasil, a atividade mercantil e o ouro intensificaram apenas a "cobiça" e o "individualismo". Após os primeiros assentamentos das colônias dos E.U.A, a administração, tanto da colônia quanto da coroa, soube escolher os colonos e assim evitaram a "bandidagem" e "má índole" que no Brasil se instalara. Também houve nos EUA todo tipo "criminoso" e "decadente", no entanto, acima disto, os elementos diversos da colonização equilibraram as faculdades sociais e políticas das colônias.

> Na mescla, porém, de todos os elementos que compunham a psicologia do colono, em dosagem variável mais constante, foi sem dúvida a forte disciplina religiosa dos primeiros agrupamentos congregacionistas o que fixou o tipo moral predominante na história do país. Foi essa poderosa unidade de espírito social, ajudada por um rigoroso espírito cooperativo, que promoveu e realizou a independência dos Estados Unidos. Nesse processo

---

[140] PRADO, 1928, p. 99-100.
[141] Ao citar o conceito "vontade de poder" de Nietzsche, Prado não aponta a devida referência ao filósofo.
[142] PRADO, 1928, p. 64.

> evolutivo a religião, estabelecida em condições favoráveis de higiene moral, preparou a atmosfera saudável em que pôde prosperar a nação.[143]

A crítica comparativa aponta novamente para a urgência em se afastar da herança histórica depreciativa, já que a relação com o passado pode ser reconstituída e, ao mesmo tempo, é possível resistir a algumas determinações históricas e fazer despontar novas formas de agir. Isto é evidenciado em sua valorização da vida e da obra de Aleijadinho, por exemplo, o qual, mesmo vivendo no cerne dos problemas que constituíam a herança viciosa, teria conseguido produzir uma estética autenticamente brasileira, livre de modelos e, por isso, rompendo com diversos padrões.

> Deste lado do mar, após tanto deslumbramento e tanto bulício afanoso de ambição e loucura – e como para atestar a perenidade do espírito criador libertado dos interesses e acidentes humanos – de todo este passado apenas resta uma quase ruína que é uma obra de arte, a obra de Aleijadinho, escultor e arquiteto. (...) Não lhe perturbava o gênio inculto nenhum ensinamento de academias ou de mestres; a sua obra surgiu e viveu na espontaneidade da imaginação criadora, sem nenhuma deformação.[144]

O que o autor aponta como aquilo que deve ser valorizado no passado é a capacidade de uma sociedade exercer sua coletividade de forma orgânica e, ao mesmo tempo, não sufocar a individualidade criativa e a potencialidade do indivíduo. Indica que tanto excessos coercitivos da coletividade, por exemplo, representadas pelas burocracias dos governos, quanto os exageros do individualismo podem levar à insociabilidade e gerar a decadência civilizacional. Podemos tomar como exemplo, entre tantos, a seguinte citação onde escreve que "a essa verdadeira pandemia" escaparam "os parasitas sedentários da burocracia metropolitana (...) pela estupidez vegetativa dos governos coloniais, capitães-mores, fidalgotes, desembargadores, ouvidores, bispos, toda a complicada máquina administrativa que já começara a sugar a energia do velho Portugal."[145]

---

[143] PRADO, 1928, p. 64.
[144] PRADO, 1928, p. 58-59.
[145] PRADO, 1928, p. 45.

No entanto, as ações dos jesuítas teriam inserido os elementos que equilibravam o excesso de liberdade e individualidade, ou seja, coletividade, moderação, organização administrativa, trabalho e moralidade. Nos impulsos libertários da renascença, "contra essa tendência revoltada se formou a Companhia de Jesus, tendo como uma das suas bases fundamentais a Obediência. É o que explica a longa luta dos colonos no Brasil contra os jesuítas".[146] Porém não tiveram influência o bastante para moldarem a sociedade como um todo, já que seus valores não foram suficientes para combater a "luxúria" e a "cobiça" que intensificavam os "egoísmos":

> Pelo derivativo da fé missionária, em que no desenfreamento das paixões do Novo Mundo o jesuíta representou o poder moderador, o elemento de cultura moral (...) a ação da companhia, amoldando-se à forma da sociedade, à rebeldia dos insubmissos, foi sempre ativa, direta, constante, exercendo-se em cada família, em cada indivíduo para ser eficaz sobre a coletividade. O que foi a luta contra os interesses, as ambições, a devassidão da sociedade, a cobiça dos colonos, indica-o perfeitamente a crônica das dissenções entre piratininguanos, maranhenses e os padres, quando as incursões [destes três últimos] a pretexto da defesa do índio e de catequese, se transformaram em expedições escravocratas procurando o gentio como objeto de comércio.[147]

Do mesmo modo, a valorização da capacidade de não se submeter a estruturas corrompidas e de não perder de vista a possibilidade de transformação e adaptação, ou melhor, a plasticidade, "emerge como indivíduo que valoriza uma intervenção, individual ou coletiva, onde possa ser deslumbrada uma ação juvenil e contestadora".[148]Aqui surge a importância da rebeldia, da liberdade, da individualidade e a insubmissão à tirania como nas páginas onde analisou a colonização dos Estados Unidos e seu sucesso social e político. A valorização dos elementos deste passado pode ser percebida em diversos momentos de seu ensaio. A partir de relatos de Thomé de Souza, o autor se refere aos relevantes filhos do

---

[146] Trata-se da primeira nota de seu livro. PRADO, 1928, p. 123.
[147] PRADO, 1928, p. 44-45.
[148] GAIO, 2008, p.85.

Português João Ramalho com indígenas. Estes se tornaram chefes de expedições e eram exemplos eminentes do que ele chama de "linhagem mestiça".[149]

> João Ramalho, patriarca dos campos de serra-acima na capitania de São Vicente (...) foi o ascendente por excelência dos mamelucos paulistas que viriam a exercer tão grande influência na história do Brasil; foi o antepassado típico, como o descreve o primeiro governador, do antigo piratiningano, fisicamente forte, saudável, longevo, desabusado e independente, resumindo as qualidades com que dotou gerações e gerações de descendentes.[150]

Logo adiante, descreve como se constituía a sociedade colonial cem anos depois dos primeiros europeus de 1500, onde "poucos estabelecimentos se desenvolviam, em meio de desertos desolados". Aqueles que estavam instalados na colônia eram "os marítimos, os mercadores, os oficiais mecânicos, os assalariados, os proprietários rurais", além de "escravos, indígenas, africanos ou seus descendentes". Segundo o ensaísta "caracterizava o europeu o desamor a terra" pela vontade de enriquecer "para desfrutar o além-mar", "os velhos acostumados ao país não queriam sair mais". Apesar de estes europeus (e mais importante, portugueses) serem indivíduos os quais "o crime, a ambição ou o espírito aventureiro fizera abandonar a Europa civilizada"[151], também possuíam um espírito desbravador e implacável capacidade de sobrevivência, adaptabilidade frente à hostilidade do ambiente. Tratava-se de um "dinamismo formidável de uma época, de uma raça e de um novo tipo étnico, convergindo numa ideia fixa avassaladora. Ouro, ouro, ouro"[152]:

> Apresentavam um produto humano fisicamente selecionado, tendo resistido aos perigos, tributações e sofrimentos da longa e incerta travessia. Ao se instalarem no país virgem tinham conseguido vencer a hostilidade da natureza e adaptar-se às condições de uma nova existência. Nesta, tinham aceitado mais ou menos a

---

[149] Prado compreende haver igualdade de capacidade entre as "raças". Ainda, a mestiçagem entre o indígena e o branco possui qualidades, apesar de "certa fraqueza física". No entanto, acredita que "a mestiçagem do braço e do africano ainda não está definitivamente estudada. É uma incógnita". PRADO, 1928, p. 107-109.
[150] PRADO, 1928, p. 18-19.
[151] PRADO, 1928, p. 30.
[152] PRADO, 1928, p. 44.

> mentalidade a moralidade ambientes a aprendido com o aborígene o processo de caça, de pesca e de rudimentar que forneceriam o milho, o cará e a mandioca a sua escassa alimentação. (...) Moralmente já eram mestiços, observou Capistrano, e essa como que mestiçagem[153] lhes permitiu, na luta em que sucumbiam os fracos e tímidos, a fácil adaptação a vida colonial.[154]

O próprio português anterior ao encontro com o ambiente "propício aos excessos" possuía características importantes para a estruturação do início da modernidade: "o português heroico do século XV 'fragueiro, abstêmio, de imaginação ardente, propenso ao misticismo', que criaram o tipo perfeito de homem - aventureiro, audacioso e sonhador, livre, sem rebuços nem eufemismos de linguagem, como imaginamos os que pintou Nuno Gonçalves no retábulo de São Vicente".[155]Ainda sobre a valorização de elementos que compõem um dos dois polos da dicotomia necessária ao homem em sociedade, Prado discorre que os bandeirantes, "fortaleza física apurada pela endogamia e seleção num meio propício", "no anseio do enriquecimento cometeram todos os crimes que os homens dessa época praticavam para a satisfação de suas paixões", mas "representam, porém, uma força de heroísmo anônimo e individualista, decisiva na integração do território."[156]

Suas aptidões "conservava, como desde os tempos piratininganos, os traços característicos da sua formação: interesse, dinamismo, energia, curiosidade, ambição."[157] Sobre um bandeirante específico, Antônio Raposo Tavares, escreve que "os seus crimes, que [Padre Antônio] Vieira assinala, não deslustravam o valor da façanha, 'uma das mais notáveis que até hoje se tem feito no mundo'". E insiste um pouco mais: "heróis de uma heroicidade instintiva, quotidiana e desordenada, farejando os sertões para que outros se aproveitassem da caça" onde

---

[153] Para Prado, esta moralidade indígena, apesar de caracterizada como adaptável às intempéries do território, também se voltava à exacerbação sexual, e por isso, estimulava os colonos e seus descendentes a luxúria. Ainda mais, para o autor e indo ao encontro a certa popularidade da antropologia física no final do século XIX e início do XX, "mais tarde só escaparam a degenerescência de além-mar os grupos étnicos segregados e apurados por uma mestiçagem apropriada. Foi o caso de Piratininga em que o Caminho do Mar preparou e facilitou para a formação do mamaluco esse 'centro de isolamento', da teoria de Moritz Wagner". A saber, Moritiz Wagner desenvolveu a teoria evolutiva de que o isolamento geográfico propicia a especialização. PRADO, 1928, p. 68.
[154] PRADO, 1928, p. 31.
[155] PRADO, 1928, p. 67.
[156] PRADO, 1928, p. 45-46.
[157] PRADO, 1928, p. 60.

"ao bandeirante em geral bastavam a sua resistência física e a teimosia insistente e impulsiva que o empurrava sempre para mais longe".[158]

Sobre os "mamelucos", e também sobre esta determinação que é a do ímpeto, da aventura, discorre que "na independência do caráter, na repugnância pela adulação ao branco, mostravam a nobreza pela ascendência livre dos dois lados" e "o índio domesticado [sinônimo de 'não selvagem'] era em geral, com as suas virtudes conhecidas, o sertanejo, corajoso, sincero, generoso, hospitaleiro – o tipo clássico da caatinga do nordeste". Citando Capistrano de Abreu, Prado avalia que na sociedade, em geral, havia "manifestações coletivas sempre passageiras" pela falta da "cooperação tão própria do antepassado indígena; disseminadas pelos sertões, de Norte a sul, as virtudes ancestrais: simplicidade lenta na coragem, resignação na humildade, homens sóbrios e desinteressados, doçura das mulheres".[159] E, novamente, a respeito da miscigenação[160]: "o mestiço brasileiro tem fornecido indubitavelmente à comunidade exemplares notáveis de inteligência, de cultura, de valor moral".[161] Para Prado, pouco se sabe sobre a mestiçagem, que é, para ele, uma incógnita, mas a princípio não consegue se convencer de incapacidades étnicas, mas sim amoralidades no que tange aos costumes causada pela falta de equilíbrio dos atributos sociais e políticos. Por esta razão, aponta que a escravização debilitou por gerações a possibilidade do homem negro exercer suas potencialidades já que "além de não ter propriedade do seu corpo, perde também à propriedade de sua alma. Essa fraqueza transformou-se em função catalítica no organismo social: reduziu a própria miséria moral e sentimental do negro a ilusória superioridade do senhor de escravos".[162] Segundo Paulo Prado:

> Todas as raças parecem essencialmente iguais em capacidade mental e adaptação à civilização. Nos centros primitivos da vida africana, o negro é um povo sadio, de iniciativa pessoal, de grande poder imaginativo,

[158] PRADO, 1928, p. 49-50.
[159] PRADO, 1928, p. 85.
[160] Há em seu ensaio, não de forma incomum segundo a cientificidade da época, uma dúvida e ao mesmo tempo uma resistência sobre se a miscigenação pode acarretar algum problema étnico: "por outro lado, as populações oferecem tal fraqueza física, organismos tão indefesos contra as doenças e vícios, que é uma interrogação natural indagar se esse estado de coisas não provém do intenso cruzamento das raças e sub-raças." PRADO, 1928, p. 108.
[161] PRADO, 1928, p. 108.
[162] PRADO, 1928, p. 109.

> organizador, laborioso. A sua inferioridade social, nas aglomerações humanas civilizadas, é motivada, sem dúvida, pelo menor desenvolvimento cultural e pela falta de oportunidade para a revelação de atributos superiores. Diferenças quantitativas e não qualitativas disse um sociólogo americano: o ambiente, os caracteres ancestrais, determinando mais o procedimento do indivíduo do que a filiação racial.[163]

Mesmo tematizando elementos etnológicos, os argumentos de Prado inclinam-se mais constantemente a uma perspectiva cultural. Estas capacidades e potencialidades étnicas ("mental", "adaptação à civilização", ser "sadio", "de iniciativa pessoal", "de grande poder imaginativo", "organizador", "laborioso") foram subdesenvolvidas pela falta dos elementos adequados da coletividade ou pelos excessos de expressão da individualidade e da liberdade – muitas vezes, da liberdade da ação coercitiva e violenta de uns indivíduos sobre outros. Criou-se um ambiente propício ao abuso dos "vícios", da "luxúria" e da "cobiça" intensificados, segundo o ensaísta, pelo "Romantismo". Este movimento, para Prado, viria a enfatizar esta crise. Sobre os abusos românticos, "caracterizaram-na [a 'infecção' do romantismo] dois princípios patológicos: a hipertrofia da imaginação e a exaltação da sensibilidade". Para o autor, a expressão *romantismo* possui uma dualidade que o define como o "do sentimento" e "o da inteligência": "um é o sinônimo de lirismo e de pessimismo, o segundo, ao contrário, é uma afirmação de generosidade, de ardor, de fé no inesgotável poder do espírito humano".

> Uns o contrapõe ao classicismo, representativo dos sentimentos da ordem, da lógica, do homogêneo, do abstrato, da razão, da clareza em oposição às tendências concretas de fato e de vida, de tradição e de movimento que caracterizam, para assim dizer, a estrutura básica do pensamento e sensibilidades românticas. Para outros, o romantismo é simplesmente uma atitude ou um modo de ser de uma época turva e revoltada reagindo contra as antigas disciplinas que insistiam sem resultado em abafar a ânsia de independência, tão peculiar as multidões libertadas do fim do século XVIII. (...) Tudo no romantismo vem de Russeau, em Russeau tudo é romântico. Dele vem em literatura o egocentrismo

[163] PRADO, 1928, p. 106.

> sentimental e exibicionista, o sonhar inútil e solitário, o orgulho e o espírito de revolta que deram um cunho tão peculiar às gerações atraídas pela sedução do cidadão de Genebra. Não é menor, porém, a sua influência na história política do mundo. Da sua grandiloquência nasceram os lugares-comuns que deram à Revolução francesa a sua empolada fraseologia. (...) Inventa-se a retórica política. O mundo ia embriagar-se com palavras. Quarenta anos depois irrompi a Revolução e antes a América já tinha iniciado a sua libertação.[164]

Suas ironias a respeito da oposição dos "Românticos" aos elementos do classicismo demonstram, para o ensaísta, como "ao começar o século da independência, manifestou-se, como uma doença, o mal romântico".[165] Outro ponto importante é a ideia de que o trabalho de Rousseau foi o centro do ideal "Romântico". Para Prado, a obra de Rousseau e dos "Românticos" propagaram uma espécie de sofisma da eloquência que inflamou e intensificou os excessos da "liberdade" no século XVIII e XIX. Segundo o autor de *Retrato do Brasil*, Rousseau era lembrado como aquele que através de suas reflexões sobre a liberdade teria induzido os territórios colonizados aos processos de independência, tão necessários ao desenvolvimento da civilização, no entanto, tais movimentos já estariam em curso muito antes de seus trabalhos. Na sua crítica aos "Românticos" é importante notar que, dentro de sua própria "descrença", Prado critica a atitude "pessimista" que desponta nos e a partir dos "Românticos". Seria o "pessimismo" o catalisador, a característica que teria ressaltado a "indolência", a "fatalidade", a "passividade", o "hedonismo", a "descrença", a "tristeza":

> (...) as ilusões poéticas, o mau gosto artístico e literário, a divinização da Palavra, todo o divórcio entre a realidade e o artifício, que é, em suma, a própria essência do mal romântico." (...) No Brasil, do desvario de nossos poetas e da altiloquência dos nossos oradores, restou-nos o desequilíbrio que separa o lirismo da positividade da vida moderna e das forças vivas e inteligentes que constituem a realidade social. Hipertrofia da imaginação e da sensibilidade, e pela lei das reações em que todo excesso se paga, misantropia e pessimismo. São dois

---

[164] PRADO, 1928, p. 88-89.

[165] Mais do que uma característica a ser valorizada no romantismo, este elemento "da inteligência" surge no texto de prado como uma exacerbação da "ânsia de independência" do século XVIII. PRADO, 1928, p. 88.

> característicos do mal do século. O romântico adora a própria dor. É a fonte mais abundante da sua inspiração.[166]

Esta condição caracteriza a atitude "melancólica" de Paulo Prado que descrevemos anteriormente. Apesar da constatação das dificuldades aparentemente instransponíveis e constantes, intensificadas pelo que chamamos de aceleração temporal, há uma tensão, uma necessidade em criar uma estratégia pragmática, quer estética quer lógico-formal, no esforço para chamar a atenção do leitor à ação. Deste modo, podemos afirmar que Prado é um "melancólico", mas também (e por isto mesmo) é crítico do pessimismo, da passividade e das consequências que sua intensificação poderia continuar sustentando: a "misantropia" e a estagnação frente a uma sociedade e uma política a qual necessitaria urgentemente de uma reorganização, isto a partir do que entendia ser eticamente adequado. Na constatação de seus argumentos, seu ensaio parece querer inquietar, polemizar, evidenciar urgências.

> Os fenômenos de esgotamento não se limitam as funções sensoriais e vegetativas; estendem-se até o domínio da inteligência e dos sentimentos (...). Na luta entre estes apetites – sem outro ideal, nem religioso, nem estético, sem nenhuma preocupação política, intelectual ou artística – criava-se pelo decurso dos séculos uma raça triste. A melancolia dos abusos venéreos e a melancolia dos que vivem na ideia fixa do enriquecimento – no absorto sem finalidade destas paixões insaciáveis – são vincos fundos na nossa psique racial, paixões que não conhecem exceções no limitado viver instintivo do homem, mas aqui se desenvolveram de uma origem patogênica provocada sem dúvida pela ausência de sentimentos afetivos de ordem superior. Foi na exaltação desses instintos que se formou a atmosfera especial em que nasceu, viveu e proliferou o habitante da colônia. Do enfraquecimento da energia física, da ausência ou diminuição da atividade mental um dos resultados característicos nos homens e nas coletividades é sem dúvida a propensão melancólica. (...) Luxúria, cobiça: melancolia. Nos povos, como nos indivíduos, é a sequência de um quadro de psicopatia: abatimento físico e moral, fadiga, insensibilidade, abulia, tristeza.[167]

---

[166] PRADO, 1928, p. 97-99.
[167] PRADO, 1928, p. 69-71.

Em suma, uma das teses principais de Prado é a de que a história lega ao povo ao qual se refere possibilidades e formas mentais e de ação. Quando não há uma combinação minimamente adequada entre elementos dicotômicos como liberdade, individualidade, insurgência contra excessos da autoridade e, por outro lado, governo, administração (religião, Estado, trabalho[168]), coletividade, obediência, o resultado muito provavelmente será a "insociabilidade", o baixo nível de desenvolvimento da sociedade e/ou a tirania. Para Prado, é preciso através da história compreender esta relação e tentar intervir em seus efeitos negativos buscando apontar a urgência da necessidade de gerar estabilidade moralmente orientada. Para o autor, a história dos Estados Unidos é um exemplo de grande equilíbrio entre tais faculdades, o que explicaria o seu sucesso.

A história brasileira reflete o contrário, pois os poucos elementos administrativos positivos (representados pelos jesuítas, já que há uma forte crítica à organização do Estado) não foram suficientes para suprimir o individualismo e a liberdade exacerbada, gerada também pela "luxúria" e a "cobiça" e destacada pelo "Romantismo". É importante lembrar que, para o autor, os bandeirantes possuíam muitas qualidades semelhantes a aquelas que caracterizaram os primeiros colonos dos Estados Unidos, porém, a falta dos atributos de governança os levou ao "egoísmo" e à "insociabilidade".

Com isto generalizou-se a misantropia e, simultaneamente, a "letargia", ou seja, a abstenção da ação e o desânimo. O ensaio de Prado é o esforço através da "presença" e "sentido" (descrito através de termos de Gumbrecht) em experienciar e descrever a história, seus legados negativos ao presente e o desafio aparentemente intransponível de superá-los. Em seu *post-scriptum* fica clara a atitude "melancólica" do autor a partir da qual, mesmo diante de tamanhos obstáculos, é preciso apontar alguma possibilidade de transformação da realidade, da história do Brasil. Segundo ele, há duas alternativas radicais que pareciam próximas ao seu presente e que inevitavelmente, se ocorressem, romperiam a

---

[168] Para Prado, parte da falência de Portugal se explicava pelo excesso de despesas adquirido com a má administração de suas fortunas na procura pelo ouro e um sistema que denegriu o valor dado ao trabalho pelo português através do escravismo, do enriquecimento com a mineração, da manutenção da aristocracia e da falta no investimento de atividades que produzissem uma colônia social e politicamente organizada: "Tinha faltado a Portugal a verdadeira compreensão histórica e econômica da sua missão metropolitana. A nação e o governo recebiam como uma esmola o ouro, as pedras preciosas e os produtos comerciáveis das colônias. Quiseram viver sem trabalhar." PRADO, 1928, p. 58.

estagnação característica da sociedade brasileira, no entanto, produziriam mais aceleração e instabilidade: seriam a "guerra" ou a "revolução".

Estas duas soluções talvez pudessem criar formas de superar parte da experiência negativa do passado brasileiro e reorganizar as formas mentais e do agir de uma sociedade. Isto, somente se e após reestruturar, depois de uma grande instabilidade, a tensão entre as faculdades da individualidade e da coletividade. É importante reafirmar que o ensaísta caracteriza estas alternativas como formas extremas de violência, e, portanto, não se posiciona a favor das mesmas, mas sim de uma saída a partir da investigação, explicitação e intensificação de determinadas dimensões históricas. Novamente, através de sua estratégia estético-ético e política, trata sensorialmente e descritivamente destas duas possibilidades:

> A Guerra, em toda a história, tem sido a terrível reveladora de capacidades que a rotina, a inveja, o egoísmo e a defesa natural dos açambarcadores de posições de mando, encobrem, afastam, anulam. Os novos, os pobres, os esquecidos, os oprimidos surgem quando se ateia nas cidades e nos campos o fogo devastador das invasões; é quando se abre o período das falências governamentais. O herói providencial é uma criatura das vicissitudes da guerra. Vem muitas vezes das camadas profundas do povo onde o vão encontrar as necessidades da salvação pública. (...) A Revolução virá de mais longe e de mais fundo. Será a afirmação inexorável de que quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo o que foi mal feito. A humanidade, acordando do falso sossego da ante-guerra, encaminha-se aos poucos para modificações radicais que lhe transformarão não só o aparelho político e financeiro como também a própria essência mental. Procede-se nesta grande crise – a maior certamente de que se tem conhecimento a memória dos homens – à revisão dos antigos valores materiais e espirituais, até hoje consagrados, e pelos quais se bateram durante séculos Ocidente e Oriente. Entram em luta de vida ou morte os mais variados "ismos" com que nunca sonhou a filosofia humana[169].

Para o autor, o desatar desta imobilidade é um elemento necessário à própria história, é a "ânsia de renovação que é a própria pulsação vital da história"[170]. Porém, é importante compreender a conclusão de seu esforço

[169] PRADO, 1928, p. 119-120.
[170] PRADO, 1928, p. 120.

estético-ético-político, onde Prado, através dos horrores das possibilidades da guerra, da revolução e dos vícios da insociabilidade e individualidade legados pelo nosso passado tenta causar no leitor, logo antes, a incontestável, desesperada e urgente necessidade de investir nos cuidados com os problemas da sociedade e da política de sua atualidade. Fica claro que a guerra ou a revolução podem irromper apenas se não houverem os devidos cuidados sociais e políticos. Apontar a imoralidade, o egoísmo, à insociabilidade e outras falhas formativas no passado e no presente; e ainda a possibilidade do mesmo ocorrer no futuro diz respeito à sensação melancólica de Paulo Prado frente a estes problemas. No entanto, trata-se também de uma preocupação ético-política que tenta, de alguma forma, superar no leitor sua letargia, sua inércia, para se atentar às urgências sociais e políticas:

> Para tão grandes males parecem esgotadas as medicações da terapêutica corrente: é necessário recorrer à cirurgia. Filosoficamente falando – sem cuidar da realidade social e política da atualidade – só duas soluções poderão impedir o desmembramento do país e a sua desaparição como um todo uno criado pelas circunstâncias históricas, duas soluções catastróficas: a Guerra, a Revolução[171].

Em *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira (1928)* de Paulo Prado, a relação com o passado e suas interpretações evidenciam uma rica experiência onde o conhecimento sobre a história constitui um importante espaço de orientação para a experiência de tempo acelerada do início do século XX brasileiro. Deste modo, o esforço de síntese e superação dos entraves que parte irrevogável deste passado colocava ao presente de Prado não poderiam se constituir através de uma simples negação e distanciamento em relação ao passado. Foi preciso buscar nele mesmo algumas perspectivas orientadoras através de alteridades e o reconhecimento de que os processos do passado ecoam no presente. Para produzir uma relação mais apropriada e intima com este passado também se faz necessário uma experiência sensorial com o mesmo.

No esforço de manutenção das expectativas acerca do progresso, da universalização e da modernização não se pôde, nos termos de Koselleck, apenas investir no alargamento do "horizonte de expectativas" e no distanciamento em relação ao "espaço de experiências". Foi preciso uma complexa reordenação a

[171] PRADO, 1928, p. 119.

respeito das diversas experiências passadas, para então estabelecer possibilidades de orientação. Em sua atitude “melancólica”, a partir da qual é preciso se empenhar na resolução de parte das dificuldades por mais extensas e diversas que sejam não é de forma arbitrária que Prado recorre mais intensamente a uma pragmática estético-ético-política do que àquelas lógico-formais. Ao evidenciar constantemente a “tristeza”, havia o risco de intensificá-la. Foi preciso então senti-la, mais uma vez experimentá-la, para então matizar, analisar, criar novas relações com este sentimento e assim produzir possibilidades de constituir certa orientação e estabilidade.

Capítulo 3

A história no Brasil segundo Bomfim: potencialidades em um *espaço de experiências* referencial

3.1 Conhecimento histórico e representação no gênero ensaio

Realizaremos aqui um esforço para compreender melhor algumas possibilidades acerca de como o conhecimento histórico foi entendido por Manoel Bomfim em seu ensaio *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930). Penso que para os ensaístas contemporâneos a Manoel Bomfim foi necessário produzir possibilidades de orientação à experiência de tempo acelerada, sob a qual considerável parte da intelectualidade brasileira viveu nas três primeiras décadas do século XX. Caracterizo como acelerada por estar marcada pela sensação de um presente curto, pelas transformações constantes, pelas novidades, expectativas e apreensões com a recente República e, claro, especialmente em razão das referências constantes que percebemos no que tange a categorias como "progresso", "marcha civilizacional" e "atraso" (sempre com a necessidade de rapidamente alcançar aquele que está "adiantado") nestes ensaios.

Compreender como o conhecimento histórico foi decisivo à temporalidade das três primeiras décadas do século XX é importante para apreendermos as possibilidades de reflexão e transformação, daquele presente, para uma parte expressiva desta intelectualidade. Para alguns dos letrados que vivenciaram aquela época, o tempo aparecia como algo "desorientado", em que passado e futuro parecem coexistir em um presente que, por sua vez, não conseguia se estabilizar de forma duradoura. Aqui, revela-se a articulação entre a historiografia do período e as diversas preocupações urgentes destes autores. Era preciso pensar sobre as multiplicidades da sociedade, sobre a economia, sobre as possibilidades políticas, sobre as novas perspectivas científicas; todos aspectos caros a estes intelectuais.

preocupação bomfim

No interior desta temporalidade fazia-se urgente interpretar a história do país como também explorar suas capacidades e seus recursos para garantir uma posição internacional favorável na ordem mundial constituída. De forma primordial, também tornava-se necessário produzir certa unidade e organização

interna através de um importante imperativo ocidental: a Nação. Para tanto havia o ideal entre esta elite letrada de busca por uma potencialização da opinião pública no que tange a torná-la efetiva e atuante.[172] Estas disposições ético-políticas são uma possível resposta a experiência de tempo acelerada, uma tentativa de norteamento por parte de uma comunidade letrada. As artes, a filosofia e a ciências estavam disponíveis como os melhores dispositivos para a transformação de dimensões da realidade.

O melhor espaço para sua divulgação e reflexão era a escrita e a leitura. Sua realização através da linguagem e no interior dos limites impostos pelas dificuldades editoriais e o analfabetismo exigiu um gênero adequado, o qual conciliasse escolhas estéticas e pragmáticas, subjetivas e objetivas, filosóficas e científicas, teórico-metodológicas e empíricas. O ensaio se consagrava nas Américas e na Europa como mais pertinente a tais prerrogativas quando o esforço da escrita era apresentado de forma mais densa e autoral. Diferente dos periódicos, que eram destinados a um grande e diversificado público, o ensaio acabava por exigir um leitor com uma maior experiência. No entanto, com o tempo, muitas revistas renunciavam ao discurso metatextual e assim atribuíam pouco ou nenhum espaço à teoria e ao método que as permeavam, diferente dos ensaios, os quais em sua maioria preocupavam-se constantemente com tais questões.[173]

Como descreve Ângela de Castro Gomes, tratavam-se de polígrafos e, portanto, a estes intelectuais era comum investir em outros gêneros textuais e em variadas áreas do conhecimento. A mesma pluralidade ocorria na temática, a qual era comprometida com problemas políticos, culturais, sociais, educacionais, científicos, psicológicos e morais; num esforço que procurava propor soluções às problemáticas apontadas em seus trabalhos.[174] Por serem polígrafos, seus investimentos intelectuais, inclusive a história, se constituem a partir de uma outra lógica, distante da especialização, a qual procurava refletir sobre problemas gerais, que dizem respeito a uma dimensão do nacional. Neste caso, enfrentavam a desestabilização do tempo, e isto a partir da constituição de uma unidade interna e de uma interpretação que possui o intuito de produzir certa autonomia e prestígio

[172] DE LUCA, 2011, p. 15.
[173] DE LUCA, 2011, p. 3-4.
[174] GOMES, 2009, p 26-27.

do Brasil em relação a outros países e, mais importante, capaz de, em algum nível contribuir para as causas públicas.

Desta forma, tais ensaístas muitas vezes também produziam matérias, artigos de jornais e revistas (além de participar de suas fundações), escreviam poemas, livros didáticos ou romances, na tentativa de manter viva a discussão no interior da vida pública, procurando de algum modo inferir na sociedade a partir das suas críticas. Na maior parte dos casos possuíam uma carreira pública ativa, não apenas como escritores, mas ocupando cargos, atuando como educadores, como parte de editoriais entre outras atividades que parecem evidenciar um ideal de ação e esforço de transformação de seu tempo.[175]

Para compreender melhor estes autores a partir dos impressos seria preciso investigar não apenas os seus textos sobre a temática propriamente historiográfica, mas também seria necessário estudar as condições materiais, os motivos editoriais, e outras abordagens no interior da escrita e da leitura. Sem dúvida, para um melhor estudo e esclarecimento das possíveis formas de como o conhecimento histórico foi mobilizado por Bomfim e para seus contemporâneos seria de extrema importância cotejar outros trabalhos contidos nos artigos dos jornais e revistas produzidos por estes atores. Como é apontado por Tania Regina de Luca, há ainda maiores consequências ao transformarmos impressos em fontes e objetos. Mais do que estudar a maneira como os textos são apresentados aos leitores é preciso investigar as condições materiais e/ou técnicas anteriores ao seu lançamento, os objetivos propostos das editoras, o público alvo o qual o trabalho se dirige, as relações com o mercado, a historicidade da estrutura interna, os responsáveis e principais colaboradores (já que as editoras, jornais e revistas costumam ser fruto de um projeto coletivo) e outras abordagens estéticas.

Ou seja, o estudo acerca dos intelectuais e os diversos gêneros discursivos produzidos por eles, associados aos outros espaços de produção de suas compreensões (escrita, leitura, sociabilidade, etc.) e as condições materiais e/ou técnicas podem oferecer uma importante contribuição à história das ideias. Nas palavras da autora,

---

[175] Segundo De Luca, sobre a participação destes intelectuais na imprensa, "pertencer ao corpo de colaboradores assíduos constituía-se em uma excelente porta de entrada para a vida pública e/ou para o diminuto círculo da elite letrada" e ainda, sobre o ideal de ação, aponta que a imprensa "não escondia sua profissão de fé na capacidade transformadora e pedagógica da palavra escrita". DE LUCA, 2011, p. 16-17.

> (...) a atenção ao círculo formado em torno das redações, essencial para a compreensão da linha editorial, aliada às contribuições dos estudos acerca dos intelectuais, tem permitido encarar esses locais como espaços de agregação, instituidores de redes específicas.[176]

Consciente destas observações é importante salientar, através das considerações de Fernando Nicolazzi, que o gênero ensaístico se apresenta:

> (...) simultaneamente como forma e conteúdo, como construção particular de determinado objeto, ou, nos termos do raciocínio de Candido, como ao mesmo tempo poético e científico, já que não se reduz à simples expressão verbal e define uma abertura referencial eminente, na qual residem as possibilidades de sua dimensão analítica.[177]

Ou melhor, possuem a preocupação em discorrer de forma múltipla e intensa sobre a realidade a qual se referem e, portanto, tratam-se de densas fontes de estudo a respeito das experiências da primeira República e, em especial dos intelectuais, de sua sociedade e ideias. Esta preocupação com o real se trata de uma característica da experiência intelectual múltipla (inclusive, parte daquela conhecida como modernista) do início do século XX, onde o passado não era visto apenas como algo a ser superado, mas muitas vezes valorizado. O mesmo se estabelece com outras dimensões da realidade.

Tal movimento possui relação com os primeiros indícios de crise de representação, a saber, quando são postos em debate os limites entre a linguagem (sua capacidade de refletir, apresentar e descrever) e a realidade. No que diz respeito aos ensaios do nosso recorte, há certa tematização destes problemas, o que, no entanto, revela-se um esforço de teorização das fronteiras entre real/representação para indicar uma possibilidade satisfatória de realização. A partir deste argumento, o conhecimento sobre as experiências passadas mantêm-se como uma produção efetiva e relevante para o presente. Esta compreensão possui significativa importância por apontar, segundo Gumbrecht, uma relação singular nas Américas acerca do passado até certo ponto diversa daquelas realizadas

---

[176] DE LUCA, 2011, p. 1-2.
[177] NICOLAZZI, 2008, p. 307.

simultaneamente em muitos países Europeus, onde houve maior intensificação da distância histórica.

Do mesmo modo, grande parte destes ensaios no Brasil produzem uma reflexão histórica e metodológica, a qual se preocupa com a manutenção da representação. Esta crise do início do XX a qual "costumávamos tomar pelo todo – provavelmente porque era dominante naqueles países europeus que ocupavam o centro do mapa do prestígio cultural" se deu de forma diferente e sofisticada na Itália, Espanha e Américas, onde foi gerada uma "versão diferente do Alto Modernismo"[178]. Os indícios desta crise deram-se durante o século XIX onde, segundo Gumbrecht, surge o "observador de segunda ordem", ou melhor, "um papel de observador que é incapaz de deixar de se observar ao mesmo tempo em que observa o mundo". O sujeito torna-se "inevitavelmente consciente da sua constituição corpórea" para perceber a realidade e sabe que suas compreensões dependem da sua "posição particular", nesse mundo, ou seja, há uma crise da representação. A partir destas posições é possível produzir diversas compreensões sobre o mesmo objeto onde "nenhuma dessas múltiplas representações pode jamais pretender ser mais adequada ou epistemologicamente superior a todas as outras".[179]

> Em vez de tentarem (como fez Balzac) preservar a possibilidade de representação, em vez de apontarem para os problemas crescentes com o princípio da representatividade (...), os surrealistas e os dadaístas, os futuristas e os criacionistas – ao menos em seus manifestos – se tornaram cada vez mais decididos a romper com a função da representação.[180]

Dito isto, "a prática artística e literária nesses países", a saber, Américas, Itália e Espanha, "pode ser tão inovadora, experimental, e, às vezes, tão chocante quanto nas sociedades do centro cultural – mas ela nunca rompe com a função da representação".[181] Em grande parte da realidade intelectual europeia, a crise de representação aprofundou a experiência de tempo acelerada. Porém, a insistência com a produção de possibilidades de representação nas comunidades letradas das

[178] GUMBRECHT, 1998, p. 21.
[179] GUMBRECHT, 1998, p. 12 – 14.
[180] GUMBRECHT, 1998, p. 19.
[181] GUMBRECHT, 1998, p. 20.

Américas aponta uma reação diversa ao tempo acelerado. Esta atitude não se trata de uma resposta ingênua, mas um esforço de orientação e estabilização desta realidade.

Sem dúvida, a atividade intelectual de grande parte dos ensaístas brasileiros do início do século XX se adequa à compreensão de Gumbrecht, a qual esta crise representativa possui características diferenciadas nas Américas. Muitas destas obras registraram apontamentos sobre as possibilidades e dificuldades acerca da representação como uma sedimentação histórica teórico\metodológica e, portanto, menos como um impasse filosófico. As disposições destes letrados sobre este argumento demonstram que a sintonia com dimensões do real são preocupações constituintes de suas obras. Neste sentido, o esforço analítico e argumentativo de Bomfim trata do que caracterizamos como uma atitude melancólica[182], a saber, uma tensão entre pessimismo e otimismo, a compreensão de que os desafios do seu tempo são muito complexos para serem completamente superados, sendo necessário, no entanto, enfrentá-los.[183]

3.2 Teoria de uma pragmática: objetividade e subjetividade na história

Como apontado anteriormente, através da linguagem é possível presentificar certas experiências do passado de forma a sintonizar com este uma relação de intimidade. Esta operação é chamada por Gumbrecht de *efeito de presença*, e é, aqui, utilizada como categoria analítica para a tematização do que chamamos de preocupação estética de Manoel Bomfim.[184] Simultaneamente às suas estratégias pragmáticas logico-formais, ou mais objetivas (Segundo Gumbrecht, um *efeito de sentido*), nosso autor se esforça por tematizar acerca do subjetivo e provocar no leitor uma experiência sensorial. Desta forma, é possível reduzir a "distância histórica" a respeito de certas dimensões da experiência consideradas mais adequadas à historicidade, dispositivo que possibilita uma aproximação e valorização de certos aspectos passados.[185]

---

[182] Como apontamos, esta melancolia pode ser descrita pela *stimmung* conceitualizada por Gumbrecht. GUMBRECHT, 2014, p. 9 – 14.
[183] RANGEL, 2005, p. 22 – 23.
[184] GUMBRECHT, 2009, p.15.
[185] Com "distância histórica" me refiro a sensação de estranhamento ou dessemelhança com o passado característico da experiência moderna descrita por Koselleck onde há distanciamento entre o espaço de experiências e horizonte de expectativas devido as constantes transformações e aceleração temporal. KOSELLCK, 2012, p. 110.

Do mesmo modo, intensifica-se a "distância histórica" com o que é considerado necessário superar coletivamente, como identidade despotencializadora, a fim de sofisticar a tradição e produzir uma reeducação sentimental. A respeito desta característica de distanciamento com o passado, segundo André Ramos, especialmente a partir do século XVIII, aprofunda-se um processo de diferenciação entre a experiência moderna entendida como "sofisticada" (superior) e o passado "bárbaro" (inferior). Esta dessemelhança produz e acentua a importância da noção de progresso. Apesar disto, mantêm-se uma dinâmica que simultaneamente promove a modernidade como qualitativamente superior, e o passado, como importante para a formação processual do que se tornou moderno.

A partir desta noção, da segunda metade do século XVIII ao início do XX, surge certa postura irônica em relação às dimensões do processo histórico; enquanto se postula a meta-narrativa de que existe uma refinação moderna civilizacional a qual marcha rumo ao progresso, compreende-se que há certa insistência humana em coexistir com aquilo considerado bárbaro, atrasado, violento, inadequado e inferior.[186] A intensa presença desta atitude irônica (e também melancólica), é de grande importância para a pragmática de Bomfim, onde há o esforço para estabelecer uma nova relação com o passado de valorização das experiências que reforçam o progresso e superação daquelas que o desestimulam.

Assim como seus argumentos pragmáticos, sua orientação estética também possui um forte intuito ético-político, uma provocação meta-narrativa que incita o leitor a estimular-se com as experiências passadas. Paulo Prado preocupasse mais intensamente em produzir uma experiência sensorial com o passado através da linguagem. Já Bomfim, aponta para a importância em tematizar às dimensões sentimentais, morais e subjetivas do passado, ou seja, aquelas que não são necessariamente da ordem lógico-racional. Deste modo, simultaneamente a sua narrativa, procura se referir a estas diversas dimensões do real. O autor de *O Brasil na História* aborda o problema da experiência estética a partir de uma intenção ético-política mais direta, ou seja, possui um

[186] RAMOS, 2013, p. 41-51.

comportamento de certa elaboração teórica sobre este movimento estético ético-político.

Norteado por esta convicção ético-política, Bomfim apontou para a necessidade da produção de compreensões históricas, especialmente as profissionais, as quais assumissem este posicionamento. Deste modo, produziu uma crítica historiográfica aos autores os quais defendiam rigorosamente a objetividade e o cientificismo. Tal crítica direcionava-se especialmente à tradição legada por Comte a qual teria buscado uma objetividade "incompatível com a maleabilidade da vida, pois toda essa obra é armada em generalizações preconcebidas".[187] Isto devido à compreensão de que esta noção possui um sério problema metodológico, já que não é possível ser essencialmente imparcial e objetivo. Porém, o mais importante em sua crítica se encontra na compreensão de que a subjetividade, a percepção sensorial e os sentimentos humanos possuem um grande potencial na produção do saber. Tais aspectos da existência humana compõem uma realidade inegável. Somados à busca pelo objetivo e a ciência, devem ser tematizados e valorizados.

Este potencial não diz respeito somente à escrita, mas também, a uma característica da realidade a ser ressignificada para e com o leitor. É importante salientar que em nenhum momento o autor abre mão ou deslegitima a técnica, o método e a história como ciência, mas ao contrário, aponta a necessidade da soma de outros elementos. É a partir deste argumento sobre a compreensão do objetivo de um determinado saber que Bomfim denuncia as historiografias nacionais. Para o autor, em sua maioria são histórias escritas para procurar legitimar uma aparente superioridade nacional frente a outras nações, muitas vezes justificadas como objetivas e verdadeiras, quando na verdade atestam uma profunda e encoberta filiação sentimental e de identidade. Deste modo, apropriam-se do argumento científico para tentar autenticar e obscurecer uma intenção expansionista, imperialista.

> Ao abrir a porta para a era moderna, haverá um capítulo onde se fala de - Renascença, descobertas, viagens... tudo como ocorrências sem antecedentes (...). É uma história feita para determinadas nações; histórias nutridas no viver exclusivo dessas mesmas nações, quando a maior parte do

[187] BOMFIM, 1930, p. 69 – 70.

> movimento de que resultou o mundo moderno se fez por fora, pode-se dizer, das atuais grandes histórias nacionais, como os respectivos historiadores as compreendem. (...) Ha uma história do Brasil, oficializada, corrente... Mas, se nos voltarmos para ela, buscando a significação e o valor da tradição nacional, encontramo-la, a essa história, peada, contrafeita, distorcida, sem saliência de méritos reais, diminuída pela sombra de estranhos, deturpada, falha, levada sempre por motivos que não lhe são próprios.[188]

É possível perceber que a critica do autor ao princípio de objetividade da história não possui o intuito de minar a possibilidade de escrita e intensificar a crise de representação. Ao contrário, o esforço teórico do autor se encontra na necessidade de enfrentamento e tematização de problemas epistemológicos sobre a subjetividade e a objetividade na historiografia como uma possibilidade de maior adequação entre a história escrita e a diversidade do passado. Este esforço poderia fortalecer os aspectos teóricos e metodológicos da disciplina ao mesmo tempo em que a sintonizava a princípios ético-políticos de potencial interesse para o enfrentamento de vicissitudes contemporâneas. O duplo movimento de valorização de certas experiências simultâneo à superação de outras poderia sofisticar a tradição e produzir identidades com disposições a maior confiabilidade e ânimo. Deste modo, a historiografia poderia realizar uma reeducação sentimental coletiva e apontar para que algum movimento social e político mais organizado e efetivo fosse possível.

Uma historiografia alinhada a estas noções (soma das dimensões objetivas e subjetivas da realidade) poderia matizar algumas compreensões científicas sobre a América Latina, e, portanto, realizar um vínculo ético-política na escrita da história. Para o autor, os historiadores possuíam grande responsabilidade em repensar uma das perspectivas científicas europeias de grande prestígio na época a respeito de uma suposta degradação da composição étnica brasileira e suas consequentes incapacidades. As experiências passadas, ou seja, a própria história demonstrava a invalidade de tal argumento ao evidenciar, pelo contrário, na constante defesa territorial, na ação ativa e fecunda, nas diversas manifestações contra a opressão do Estado, na maleabilidade e adaptabilidade, uma população tão rica e de capacidades sociais como qualquer outra europeia. O problema

[188] BOMFIM, 1930, p. 51 - 54.

estrutural do Brasil se encontrava na má administração do Estado que mantinha privilégio de alguns em detrimento da espoliação de outros, tornando um "povo espezinhado, desprezado, infeliz em tanta abominação política".

> Somos humanos apenas, e bondosos, na espontânea bondade de um povo que, unido e solidário, fez da união cordialidade. (...) Por toda parte lamenta-se - que as camadas populares sejam as mais resistentes ao progresso, e mais infensas as iniciativas de melhoramentos e aos novos processos de vida. Será uma calunia... Aqui ninguém pensaria, sequer, em atribuir ao elemento popular qualquer oposição, ou simples indisposição, com referência ao que se lhe apresenta como adiantamento e novidade. Dificilmente se encontrará povo mais plástico e adaptável. Isto lhe vem, certamente, dos cruzamentos extensos em que ele foi formado. É ordeiro, sim, fácil de harmonizar e de conduzir; mas tudo isto resulta de qualidades de coração, sem qualquer manifesta tendência a imobilidade. Nada mais prompto, por conseguinte, do que levar o Brasil a uma formula de vida superiormente humana.[189]

Tal argumento eurocêntrico, legitimado estrategicamente pela ciência, possuía de forma velada uma intenção política de agressão e dominação de outros povos; já que se vivia em um momento de tensão devido ao recente fim da Primeira Guerra Mundial: enunciava-se, assim, a superioridade de alguns povos em relação a outros. Uma historiografia que compreendesse tais aspectos e problemas epistemológicos e sua própria temporalidade deveria se adequar às urgências do seu tempo.

> É preciso considerar um tal valor, [o do passado português e brasileiro] para critério capaz de desprezar os conceitos que, em falsas induções *climáticas*, ou nas conclusões de uma – *sociologia para brancos*, nos dão com essencialmente indolentes, de ação restrita e morna, incapazes das superioridades dolicocéfalas e norte-euras. São deformações teóricas (...). Tais despautérios constituem as últimas falsificações de critério, no sentido de diminuir, ou, mesmo, desclassificar os povos hoje decaídos, em favor dos dominadores do momento, e que se atribuem, por isso, superioridades essenciais.[190]

---

[189] BOMFIM, 1930, p. 245.
[190] BOMFIM, 1930, p. 52.

O que mais nos interessa neste momento é que, deste modo, parte do conhecimento histórico produzido sobre o Brasil criou uma relação distanciada com o passado, especialmente aquele a respeito das capacidades da população, produzindo o espaço onde surgiu a noção de "incapacidade" do Brasil. Para o autor, parte da historiografia categorizou a sociedade como desordeira e incapaz de gerar desenvolvimento civilizacional ao interpretar equivocadamente as experiências que demonstravam a insatisfação da população com o descaso do Estado. Em seu argumento, este descontentamento demonstra exatamente ações sociais que demandam maior qualidade das instituições. A valorização e a abordagem de perspectivas diversas poderiam apontar outras potencialidades para a tradição e a memória. Para Bomfim, era necessária uma historiografia que valorizasse e estabelecesse uma nova relação com estas experiências e com a tradição, as quais teriam sido deturpadas com a ação dos Estados, da oligarquia e da historiografia ligada a eles. Compreende-se que, se ontologicamente toda coletividade relaciona-se, de algum modo, com suas experiências passadas, é preciso, devido à própria característica dinâmica desta relação, reavaliá-la e, através do conhecimento sobre o passado, especialmente o profissional, restabelecê-la.

> E quando medimos a distância – entre os destinos anunciados com a primeira tradição e o que finalmente prevaleceu, não nos reconhecemos, quase, como continuidade histórica. Sim, a formula histórica se quebrou: viemos ao longo dos sucessos – *Insurreição*, conquista dos sertões, lutas nativistas, movimentos republicanos e autonomistas de 1789 a 817... efervescência de 21... e a Independência do Ipiranga parecemos um sacrilégio em abjuração afrontosa. No entanto, não se passa um ano e a abjuração se degrada, ao ponto de que os bragantinos de 1822 emergem como heróis nacionais, perseguidos por esses a quem se entrega o Brasil.[191]

Em sua crítica historiográfica cita autores e professores franceses os quais também teriam produzido uma historiografia sobre o Brasil - Ch. De. Lannoy, H. Van-der Linder, Febvre. Bomfim critica seus trabalhos como imprecisos, não

[191] BOMFIM, 1930, p. 264.

criteriosos, escritos através de lógicas parcas: "Inexatidões dos Franceses: eles contam e julgam por preconceitos literatizados, a que subordinam a própria fantasia", onde muitas vezes são "inverossímeis quando não puramente convencionais. Alguns, de verdadeiro talento, reconheceram o reduzido critério com que observam".[192] Sobre a escrita da história no Brasil, para Manoel Bomfim, autores como Varnhagen, Moreira Azevedo e Fernandes Pinheiro, estariam a favor de um governo monárquico, num esforço de manutenção do privilégio de poucos aristocratas remanescentes da corte portuguesa bragantina. Por dedicar sua obra a uma crítica intensa ao Brasil, adotar modelos de interpretação profundamente "importados", defender a monarquia e apontar o atraso nacional através de uma atitude desmotivadora, Varnhagen, por exemplo, estaria deturpando significante parte do passado.

A exaltação à monarquia é, para Bomfim, elogio de uma história que não é a nacional propriamente, mas uma historiografia internacionalizada, europeizada, para produzir uma imagem do Brasil a não brasileiros. Mais do que isso, é uma historiografia que não possui espaço para a população (a qual, quando abordada, muitas vezes é desprestigiada), verdadeira agente da história. Importante salientar que o autor compreende na história uma tradição popular a qual gradualmente passa a negar a monarquia e, muitas vezes, tende a uma perspectiva comportamental republicana. Dito isto, a historiografia monárquica obliterava experiências históricas mais propriamente brasileiras (como o próprio republicanismo), às quais, por sua vez, precisariam ser retomadas e liberadas para uma orientação quer estética quer lógico-formal.

Segundo nosso autor, as investigações do Visconde de Porto Seguro estavam atreladas ao seu serviço à monarquia: seria o "sistematizador desta história – para o império e contra o Brasil".[193] De forma contrária, o autor inglês Southey possuiria mais rigor, mesmo não compartilhando da identidade sobre a qual analisava, já que em suas investigações demonstrou o papel fundamental da população na formação brasileira.[194] A historiografia monárquica procurava, segundo Bomfim, em tudo "nutrir" a existência do seu regime. Sendo assim, as

[192] BOMFIM, 1930, p. 62-63.
[193] BOMFIM, 1930, p. 111.
[194] BOMFIM, 1930, p. 80-127.

rebeliões eram categorizadas pejorativamente como "insurreição" ou "conjuração" por Varnhagen.

Do mesmo modo que Southey, Bomfim salienta a *História do Brasil* (1627) de Frei Vicente do Salvador como um ótimo trabalho historiográfico. Tal autor não possuía filiação com o Estado, desferindo duras críticas ao governo. Segundo Frei Vicente, a metrópole, tida como excessivamente exploradora, se importava apenas em colher "suas rendas e direitos", e as "cousas públicas" se encontravam em abandono. Bomfim acreditava que a produção literária do Frei, por conduzir sua *História do Brazil* com um "amor à terra natal", poderia gerar um sentimento nacionalizante no que tange à colônia, e posteriormente ao império, o que poderia ser entendido como um atentado a aquilo que o regime, de até então, compreendia como ordem.[195]

> Para eles, [historiadores da monarquia] desde a *História Geral do Brasil*, o verdadeiro mérito esta na quantidade de erudição com que encharcam as páginas (...) para símbolo da nulidade irritante, inane de ideias, mirrada de expressão (...) [Varnhagen] teria valido como escarafunchador de arquivos... Esse mesmo valor, ele o perdeu, no apossar-se da história – para torna-la cousa sua, e faze-la nos interesses da sua fofa ambição. Historiador – grande historiador, não tinha, nem a capacidade reconstrutora de Mommsen, nem o poder evocador de Thierry, ou a ciência estilizada de Taine, ou um tom humano de Michelet e Gibson.[196]

Assim como Paulo Prado, Bomfim coloca-se contrário a algumas noções relativistas e exacerbadamente objetivistas disponíveis no início do século XX brasileiro.[197] Estas proposições são de grande importância para entendermos melhor as perspectivas historiográficas dos ensaístas os quais nos referimos.[198]

---

[195] BOMFIM, 1930, p. 111-119.
[196] BOMFIM, 1930, p. 121-122.
[197] É importante apontar que Manoel Bomfim concorda com a interpretação de Paulo Prado sobre a qual a cobiça da administração colonial, especialmente no processo de mineração, foi parte de uma deturpação da tradição e da coletividade da sociedade. Durante este argumento, cita-o: "No entanto, essa longa exaustão [da exploração econômica] nada significa, si a compararmos aos outros males impostos à colônia, decorrentes da mineração. A respeito do portentoso S. Paulo, o historiador da *Paulística*, consigna um patente 'estado de degeneração e abatimento que cem anos de governo absoluto e incapaz tinham levado a altiva e gloriosa Piratininga'". BOMFIM, 1930, p. 350.
[198] Segundo Martins, o relativismo, ou seja, a impressão de que não se pode representar ou conhecer o passado devido as determinações de cada presente não são prerrogativas do

Acredito que é contra tais propostas que Manoel Bomfim orienta sua crítica historiográfica que, apesar de não estar sintetizada em algum momento específico, perpassa seus argumentos em todo o livro. Portanto, podemos compreender que em *O Brasil na História*: 1) A história possui uma característica ética intrínseca em relação à sociedade, enquanto memória e tradição de um grupo identitário em formação. Portanto, negar abordar isto na historiografia seria inconsequente já que, de forma inevitável, a história escrita também compõe estas memórias e tradições, além de possuir uma relação orientadora. 2) Encarar este processo não era negar a objetividade. Além disso, cria espaço para outras dimensões da realidade múltipla, já que enfrentar esta dicotomia (objetividade\subjetividade) é uma parte inseparável do ofício de historiador. 3) É inconcebível atingir expectativas objetivas tão elevadas já que qualquer motivação historiográfica refere-se a uma perspectiva pessoal (uma "paixão", diria Bomfim) e, simultaneamente, associa-se a sentidos coletivos. 4) Se tal objetividade fosse possível, poderia ser estéril e inútil pois sua especificidade corria o risco de não convergir à potencialização das experiências do presente. 5) Todo conhecimento que provoca algum tipo de alteridade (percepção e aceitação da diferença) detém a capacidade de realizar algum impacto em seu leitor.

> E as consciências se distinguem necessariamente, sobre o fundo da fisionomia nacional. Assim se condensam, então, e se objetivam as aspirações gerais, para a concreta solidariedade dos interesses da nação. No simples indivíduo, para os efeitos da iniciativa e tenacidade da ação, o mais importante – o *motivo de confiança*, esse tem de consistir em uma nítida consciência de virtude intima, ou intuição do próprio valor, como que projeção de energias sobre o futuro, pelo desejo de realizar. (...) E como a história é o próprio registro da tradição, nas suas páginas se encontram os mais significativos fatores de decisão e tenacidade, os mais veementes motivos de confiança coletiva. (...) É quando, impondo-se para orientação, a história vale também como demonstração de mérito e capacidade de realização.[199]

---

historicismo, mas a consequência que foi liberada com o que Martins chama de "desvio ou exacerbação contraproducente para o procedimento metódico" a partir de expectativas descabidas a respeito da "verdade". Para saber mais sobre o historicismo e as filosofias da história ler o artigo *Historicismo, o útil e o desagradável*, de Martins. MARTINS, 2008, p. 15-48.

[199] BOMFIM, 1930, p. 36 - 37.

Para além de se portarem como "cronistas da factualidade", os historiadores e os intelectuais, em geral, teriam que possuir o dever moral de desvelar a tradição, assim, sendo agentes de potencialização das possibilidades nacionais e, como consequência, da orientação e, por fim do "progresso". Com o intuito de abreviar estas compreensões, cita que "Kautsky acentua: 'A importância prática da história está, sobretudo, em multiplicar as forças dos que sabem utilizar as experiências do passado'. É a história – orientação e demonstração de valor."[200] Como a história, enquanto experiências do passado e expectativas para o futuro não coincide necessariamente com a escrita da história mais propriamente científica, aquele que a escreve deve se atentar a tais expectativas, as quais podem influir na mentalidade social[201]. Esta "historiografia oficial" do império teria tido um efeito desmotivador no que tange à identidade nacional e produzido uma imagem internacional negativada, onde o Brasil era visto como um país de desordeiros e degenerados. Em *O Brasil na História*, toda historiografia estaria atrelada de alguma forma a algum sentimento de pertencimento e, em alguma medida participa da formação de uma tradição sobre o que é o nacional. Uma historiografia completamente desatenta, mal intencionada ou desmotivadora pode, portanto, ser parte de um efeito de desagregação nacional; em um Estado-nação moderno a história é ontologicamente relevante.

> Desta sorte, cria-se na história, mais do que em qualquer das instituições concretas, o mundo onde se encontram os desejos e as realizações, através dos tempos e das classes sociais. Vão com ela os sentimentos dominantes e fecundos, sem que isto lhe contradiga a função essencial, antes beneficiando-a, pois que o sentimento é o próprio estímulo na consciência. E vemos, então, como as novas necessidades cream novas constituições, renovada a organização das forças essenciais no agrupamento humano (...). Para tanto, exige-se da história rigorosa coordenação de perspectivas vívidas, planejadas em lógica. (...) Mesmo sem tal intuito explícito, neles [os grandes povos], a história é, sempre, a expressão, exagerada até, da grandeza nacional. (...) Também, si não fora assim, nada mais fácil do que compor a história universal: bastaria justapor as histórias nacionais – e teríamos a total historificação dos povos. Ora, quem assim procedesse, só obteria uma soma, contradizendo-se dentro de si mesma; uma verdadeira

[200] BOMFIM, 1930, p. 37.
[201] BOMFIM, 1930, p. 109-111.

> monstruosidade, visto que as histórias parciais não se completam, nem se coincidem – nos limites de umas com as outras. (...) compõe-se um *historia geral* como complemento da nacional (...) para formar o fundo onde se destaquem os feitos em que se engrandece aquela a que ela vem servir, feitos cuja glória é, necessariamente, sombra para outros povos.[202]

Nesta compreensão do real não é possível, para o autor, produzir uma história geral através de uma justaposição de historiografias nacionais em uma modernidade onde a história está profundamente vinculada à formação do Estado e da nação.[203] Segundo Bomfim, não há nem bem uma repetição processual (negação de uma evolução estritamente linear civilizacional) entre as histórias nacionais ou um sentido que seja fundamental a todas elas, as quais se complementariam na consecução deste sentido.[204] A possibilidade de uma história geral parece encontrar-se somente na noção que assume um conjunto de ordenações históricas singulares que através de um contato com outras formações individuais trocam elementos culturais, políticos, sociais e afetivos (seja através do conflito ou da concórdia). Dito isto, é esta "fricção" entre sociedades diversas na modernidade que parece resultar em expectativas cosmopolitas, inclusive sobre o conceito de civilização e progresso.

Se o sentimento é estímulo à consciência, isto significa que o âmbito sensorial-estético, é aquele onde se torna possível determinadas posturas ou posições mais propriamente morais, ou seja, decisões éticas e políticas racionalmente orientadas. A história permite cotejar expectativas e dimensões afetivas, "desejos e realizações" de outras historicidades, as quais podem estimular as sociedades que as possuem como passado referencial ou tradição. No entanto, esta mesma operação pode ser realizada através da desqualificação da tradição de uma determinada sociedade (ou como diz o autor, "povo"), desabilitando possibilidades formativas da nação.

---

[202] BOMFIM, 1930, p. 38 – 39.

[203] O esforço por produzir uma história geral, no século XX, vai lentamente cedendo espaço para o interesse para histórias singulares, com historicidades diversas umas das outras. Portanto, lentamente se esfacela a meta-narrativa de que há em todas sociedades um transformação linear, um sentido histórico rumo a maiores graus de civilização. KOSELLECK, 2006.

[204] A noção de uma História Universal é de grande importância para a modernização dos sentidos e foi constantemente reformulada para uma maior adequação ao cosmopolitismo em constante intensificação na modernidade, especialmente no século XVIII e XIX. ARAUJO; RAMOS, 2015, p. 480-483.

Tal impropriedade pode ser produzida através do juízo criado por uma nação considerada historicamente triunfante ou de um povo sobre ele mesmo através de uma relação inadequada com o seu passado. Trata-se de uma consequência política e ética na historiografia, muitas vezes ocultada pelo argumento objetivo e científico, e quando considerada, entendida como não arbitrária ou um efeito o qual a "pureza" metodológica científica não poderia ser culpada. É importante notar nesta reflexão que, mesmo com uma crise representativa não há o abandono do referencial, da possibilidade de representação. Há, a partir deste problema, um esforço teórico para repensar a condição do saber histórico – se existem arbitrariedades e dimensões subjetivas é preciso anunciá-las, enfrentá-las, assumir limites e produzir um conhecimento que incorpora tais dimensões do real, possibilitando neste exercício uma maior sintonia com a própria sofisticação do real. De todo modo, é preciso ter em mente tais dimensões teóricas para uma historiografia adequada à plasticidade da realidade do passado e das perspectivas ético-políticas que envolvem sua escrita.

Enquanto a historiografia sob o "estandarte" do império não procurava intuir algum valor no que tange às experiências no e do Brasil, as historiografias de outras nações apresentavam esta preocupação. Não trazer à consciência o fato de que a historiografia pode ter um impacto incentivador ou desmotivador nas mentalidades; ou que possui um papel claramente político seria uma ingenuidade e uma falha metodológica. Esta falha compunha um dos problemas que davam ao Brasil um papel marginalizado e atrasado frente a outras nações. Era preciso disponibilizar a nossa compreensão a respeito da nossa história, sob o risco de que, se não o fizéssemos, outras nações poderiam criar juízos exclusivos e mesmo, no limite, etnocêntricos, podendo soterrar a abrangente diversidade do Brasil. Ao analisar alguns relatos de viajantes franceses sobre o Brasil em seus primeiros itens do terceiro capítulo, intitulados respectivamente de "O critério francês" e "Deturpações e insuficiências da história do Brasil", Bomfim conclui que seus intuitos procuravam confirmar suas "fantasias" ao invés de investirem na compreensão do real[205].

Novamente, em sua tematização sobre a razão, paixão, passado e futuro, aponta que as relações subjetivas e afetivas com as experiências são inevitáveis no

[205] BOMFIM, 1930, p. 56-68.

plano "da vida", da realidade cotidiana. A impressão de que tais temáticas possuem um vetor oposto ao da ciência histórica, diz respeito a uma epistemologia da história específica, a qual quer se aproximar das ciências exatas. Mas, se o foco da ciência histórica se encontra no estudo da existência humana, o estudo daquilo que é sensorial e subjetivo (inclusive como características epistemológicas da disciplina) torna-se incontornável e urgente. Não assumir, investigar e teorizar sobre estas questões fragiliza a produção do saber, intensifica a crise representativa, acelera a experiência de tempo e desvia o saber científico e profissional (o discurso que detém maior prestígio na modernidade) da mediação e reflexão referente ao afastamento moderno daquelas experiências passadas, da tradição e da identidade.

> "Não é a razão, é a paixão que faz a história, por que é a paixão que trabalha pelo futuro". (...) E vemos, então, como as novas necessidades criam novas constituições, renovada organização das forças essenciais nos agrupamentos humanos, e que são idênticas... *Identidade, em desenvolvimento progressivo,* a tradição é o próprio espelho deste desenvolvimento, que tanto revela o passado como revela o futuro[206].

Inevitavelmente, e no interior de um distanciamento entre o "espaço de experiências" e "horizonte de expectativas moderno", os diversos agrupamentos humanos irão relacionar-se, de alguma forma, com dimensões de um passado referencial.[207] Tal vínculo, possui consequências no arranjo ético e político das comunidades, o que significa dizer que é parte constitutiva daquilo que é histórico, e por isso deveria ser de grande interesse da historiografia profissional. A disciplina pode e deve apontar, refletir e mediar a respeito de uma crise de desorientação estabelecida por uma aceleração temporal e um distanciamento entre passado e futuro. Como indica Bomfim, "novas necessidades" históricas "criam novam constituições" – é necessário se adequar as transformações simultaneamente às possibilidades da identidade e da tradição.

O ideal de uma objetividade extrema, enquanto modelo de imparcialidade num sentido forte, não é metodologicamente possível para Bomfim. Sobre este método, conclui, citando Schiller:

---

[206] A citação feita por Bomfim é de Mommsen. BOMFIM, 1930, p. 38.
[207] KOSELLECK, 2006, p. 305-329.

> (...) quem "quer escrever, limita-se a escolher os que exerceram uma influência essencial sobre a forma presente do mundo e as condições das gerações atualmente vivas". E ai está – a escolha, que é tudo.[208]

Investigar cientificamente a história, para Bomfim, não equivale, portanto, a uma relação estritamente metódica com o objeto estudado, defendida pela cientificidade mais sedimentada de sua época, principalmente por autores como Comte e aqueles que engendraram possíveis compreensões de positivismos.[209] Para Bomfim, a identificação sentimental não tende o cientista ou o escritor a distanciar-se necessariamente da objetividade, ao contrário, sofistica a sua compreensão sobre determinado objeto ou fenômeno.[210] No interior desta compreensão, tal objetividade.

> É quase impossível, pois que tudo se faz como apreciação de valores morais e mentais, para os quais não há outra medida senão o mesmo nível em que se encontra a consciência definidora, incluída necessariamente numa refracção, que é a da tradição que a inspira. Pretender, no caso, o efetismo objetivismo, é pretender que o indivíduo saia de si mesmo, que dispense todo o critério de julgamento, como a divisar fora de qualquer horizonte. Não: o historiador, a definir valores, há de ficar no ponto de vista humano, na refracção da tradição a que pertence. (...) *Conhece-te, homem!* É uma condição indispensável de êxito, para os indivíduos, como para as sociedades. Mas, não se pode chegar diretamente a tal conhecimento, quando se trata da sociedade, porque nenhuma consciência individual poderia abranger o complexo das relações em que se exprime a conexão – entre a atividade atual de um grupo nacional e o resultado geral e definitivo da vida.[211]

Produzir juízos e possuir "valores morais e mentais" é condição existencial do homem – desconsiderar tal noção é despotencializar a ação e a compreensão do mundo através dos aspectos subjetivos. Do mesmo modo, significa minguar certa dimensão da objetividade, já que arbitrariamente desvalida características

---

[208] Bomfim não faz referência ao volume e a página de sua citação a respeito de Schiller. BOMFIM, 1930, p. 42.
[209] ALONSO, 1995, p. 11.
[210] GONTIJO, 2003, p 131-142.
[211] BOMFIM, 1930, p. 41.

constituintes do real e não tematiza propriedades contingentes da condição de representar. É a partir de uma perspectiva com limites determinados e reconhecidos que se pode dilatar a possibilidade de entendimento de certas extensões do que se quer analisar: formas de totalidade não estão disponíveis a nenhuma consciência. No mais, estas reflexões significam, no plano basilar, compreender perspectivas ontológicas do que é humano, ou como apontou Bomfim, uma demanda de autoconhecimento para possibilitar algum êxito.

Se a pretensão por tal objetividade é um problema que intensifica a instabilidade temporal, é preciso insistir no esforço de apreensão da realidade. Abandoná-lo significa encaminhar-se a vicissitude e não estabelecer alguma orientação. Gumbrecht indica na modernidade a crise representativa através do homem que deixa de somente observar objetos a uma distância segura e passa a observar-se – como assinala Bomfim, insistir em tal objetivismo é tentar estabelecer uma operação que já não parece possível, "é pretender que o indivíduo saia de si mesmo".

3.3 A respeito da relação entre tradição e sociabilidade

Bomfim possui uma importante compreensão teórica sobre a articulação entre o agir dos homens no presente e o seu passado correspondente. O autor intui que "o homem sempre produziu na medida da confiança que dá ao próprio mérito", e sendo assim "o talento não basta, e o desejo será perdido anelo, se não nos sentimos capazes do esforço preciso para alcançar o desejado". O conceito "desejo", de central importância para seu argumento, parece definir-se como uma disposição mental, tanto individual quanto comunitária, a qual diz respeito a uma relação de ordem afetiva e também racional sobre o cotejamento constantemente realizado entre um passado referencial - estabelecido na tradição, identidade, memória e história escrita - e expectativas futuras. Para os projetos de transformação da realidade social, econômica, política e cultural do país "a realização é o constante resultado da fé que o indivíduo tem na ação a desenvolver". Para o autor há, aqui, uma antropologia filosófica – a ação está necessariamente ligada a uma educação sentimental estimulante, "o homem, na ação humana, é um valor de consciência".[212]

[212] BOMFIM, 1930, p. 9.

Da maturidade individual ao desenvolvimento coletivo, aquilo que é humano põe-se em movimento através de estímulos "conscientemente sentidos", fundamentos robustos para constantemente intensificar a ação e a adequação àquilo que se precisa enfrentar. Esta noção de estímulos "conscientemente sentidos" não indica uma contradição, pois significa que a ação humana não se trata de um esforço fundamentado pela pura sensibilização ou determinada por desejos, e sim que toda e qualquer decisão ética ou moral precisam ser um esforço racional que tem sua origem, seu início no âmbito da sensibilidade. Esta indica à razão aquilo o que precisa ser tematizado, onde a intuição destaca ao pensamento a necessidade de enfrentamento de um determinado tema ou questão. Para a realização de tal estímulo, a intuição se forma a partir da sensibilidade, das características sensoriais, mas também através da experiência.

Colocando de lado aquilo que explica a tragédia e a decadência, a constante antropológica mencionada move o homem a "elevar-se", criar novas possibilidades no agir naquelas múltiplas constituições e entraves de sua época, especialmente quando se move no interior de um tempo profundamente acelerado.

> Para os fins da atividade inteligente e social, todos os motivos têm que tomar um aspecto consciente. (...) Foi pela pronunciada energia desses motivos conscientes que o homem se *elevou*, e fez valer a sua eficiência sobre as coisas puramente materiais, subtraindo-se, subjetivamente, ao determinismo brutal das influências exteriores, cósmica, subordinando-as, aparentemente, ao seu interesse moral. No homem, a natureza orgânica superpõe-se a vida psycho-social, cuja formula ativa é o próprio eu (...).[213]

Complementando a citação anterior, é possível compreender que o bom uso da razão, e mais do que isso, o posicionamento ético-moral (decisões racionais no que tange ao que pode e deve ser feito), são, por conseguinte, fundamentais. No entanto, o percurso da sensibilidade, do estético, é a sua origem mesma, uma condição de possibilidade da razão e do ético-moral. Os motivos e estímulos deste "vir a ser" ou devir da realidade são orientados, entre outras medidas, pela experiência, tanto do indivíduo quanto daquela sociedade a qual pertence: a história é "capaz de orientar, estimular e defender"; já que parte do

[213] BOMFIM, 1930, p. 10.

passado diz respeito a "desejos e realizações através dos tempos e das classes sociais".[214] Para uma orientação mais apropriada torna-se necessário ampliar o conhecimento acerca das dimensões das experiências a fim de potencializar as expectativas e a capacidade de realizá-las em algum nível. Sendo assim, há uma relação direta entre o saber sobre o passado, as possibilidades de ação, o entendimento de parte das diferentes dimensões do tempo (passado, presente, futuro) e a consciência.

O saber adequadamente indicado, especialmente aquele sobre o passado, pode despontar de uma reeducação sentimental e ética que potencializa o indivíduo e o coletivo. Ou melhor, o passado precisa ser retomado no processo de constituição de norteamento no que tange a posturas racional-pragmáticas e ético-políticas no presente. Postula-se isto devido à noção de que 1) há uma relação de intimidade entre desejos constituídos no passado e no que Koseleck nomeia "horizonte de expectativas"; 2) o que significa dizer que há projetos anteriormente constituídos que ainda possuem relevância e são desejados no presente, por isto, há necessidade de retomá-los para o estímulo e a orientação, especialmente em um tempo profundamente acelerado. Para tal, esta direção deve ser realizada com base em sentenças lógico-formais, mas também a partir de estratégias estéticas, portanto, experiências sentimentais e sensoriais.

Com isto, constrange-se parte do egoísmo (sentimento que degenera comunidades) e preza-se pela solidariedade social para os progressos de suas expectativas históricas[215]. Assim como em Paulo Prado, para Bomfim o equilíbrio entre o desenvolvimento das faculdades pessoais e da coletividade é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade vigorosa. Para ambos é necessário estimular o sujeito a suprimir parte de sua individualidade para a plena sociabilidade. Motivos de valor moral são "estímulo no sentido do plano geral de ação, ou no

---

[214] BOMFIM, 1930, p. 38.

[215] Através desta consideração é importante apontar que, apesar de sua formação efetuada em medicina, Bomfim estudou psicologia e pedagogia, atuando a maior parte de sua carreira como professor, autor de ensaios (*A América Latina: males de Origem* em 1905, *Lições de Pedagogia*, em 1915, *Noções de Psicologia*, em 1917, *A Cartilha*, em 1922, *Lições e Leituras*, *Crianças e Homens*, *Livro dos Mestres*, todos em 1922; *Pensar e Dizer*, em 1923, *O Método dos Testes*, em 1928, *O Brasil na América*, em 1929, *O Brasil Nação* em 1931, *Cultura e educação do povo brasileiro*, em 1932) em, artigos em revistas (a maior parte com temática educacional - colaborou com a fundação da revista *Pedaggogium em 1897*, *A Universal* em 1901 e *O Tico-Tico* em 1905)e livros didáticos (*Livro de composição para o curso complementar das escolas primarias*, de 1899, *Livro de leitura: para o curso complementar das escolas primárias*, em 1901, *Através do Brasil*, em 1910), diretor do *Pedagogium* (instituição que reuniu tecnologias educacionais) e redator de diversos jornais (onde escreveu artigos de cunho educacionais). AGUIAR, 2000, p. 521 – 525.

desenvolvimento de pensamento". A individualidade extremada precisa ser controlada em favor da ideia ou do objetivo coletivo. Para tal é preciso criticar, apreciar os valores comuns e organizar as animações em prol do que se considera progresso. Sem o equilíbrio entre o indivíduo e o coletivo "perde-se o sentido da solidariedade moral, que assegura o progresso social, e o grupo decai em valor".[216]

No nível cultural, pessoal ou coletivo, onde as diversas interpretações da história, inclusive a profissional (historiografia) se entrecruzam, a relação com o passado se dá através da intensificação da "distância histórica" ou redução da "distância histórica". Em *O Brasil na História* este esforço procura romper com experiências históricas depreciativas e valorizar aquelas que podem despontar perspectivas ético-políticas consideradas mais adequadas aos desafios da contemporaneidade. A tradição precisa ser reorganizada para uma maior adaptação às experiências que podem positivar as perspectivas comunitárias no interior do presente. Deste modo, no ensaio estudado, especialmente em suas determinações historiográficas, assim como em *Retrato do Brasil* (1928) de Prado, há uma orientação ético-política e um esforço para provocar o leitor à consciência dos desafios do seu tempo e disponibilizar assim reflexões acerca das possibilidades de atuação. Como citado anteriormente, esta orientação é expressa a partir de duas estratégias discursivas autônomas e, a um só tempo, complementares – a pragmática mais propriamente racional ou lógico-formal e aquela que aponta para os aspectos sensoriais do leitor, a saber, o empenho estético. Como escreve o próprio Bomfim:

> A experiência, na atividade do espírito, renova-se como a própria vida, e o EU aparece-nos na função subjetiva bem explícita – de escolher motivos de proceder, a luz da consciência, orientado pela mesma experiência, tanto a pessoal como a da espécie, sobretudo a que nos fala proximamente, nos termos da tradição a que pertencemos. Em verdade, todos os motivos de ação repercutem na consciência; mais os interesses gerais da espécie – moral, justiça, humanidade... como não são irradiações imediatamente egoístas, tornaram formas de inteligência, em ideias, e, com isto, multiplicam-se em representações, nítidas, correntes, como as mesmas ideias. Então,

[216] BOMFIM, 1930, p.29 – 31.

> repetidas em todas as relações sociais, multiplicadas e explicitas como valores mentais, elas se contrapõe vantajosamente aos puros motivos individuais, ainda que sejam estes mais intensos e vivaces. E, assim, obtém-se que prevaleçam as necessidades de justiça e solidariedade. Destarte, está assegurado o progresso essencialmente humano – pelo apuro e reforço constante dos sentimentos socializadores. [217]

Os interesses gerais transformam-se em ideias as quais se opõe ao egoísmo, indicando o norteamento para a sociabilidade. Nesta operação, a relação (lógico- formal e sensorial-estética) com a experiência desdobra sugestões para as expectativas e o agir, tanto individualmente como comunitariamente. Este processo permite generalizar conceitos e ideias "gerais da espécie" que convergem os sujeitos a projetos de coexistência e avanço social.[218] Para Bomfim, instintivamente procuramos motivos (egoístas ou solidários, pessimistas ou otimistas, etc.) para estimular nossas ações – trata-se de uma característica de nossa espécie.

As escolhas adequadas que mediam simultaneamente a existência individual e social são imprescindíveis para a explicação da natureza humana e do desenvolvimento da própria espécie. Esta noção é de extrema importância para os argumentos do nosso autor, o qual deixou inacabado um ensaio intitulado *Moral de Darwin*. Darwin foi um importantíssimo referencial para a obra de Bomfim, especialmente para suas considerações a respeito da sociabilidade humana e o papel do conhecimento para tal e, ainda, contra os racialismos. Segundo Bomfim, Darwin demonstrou em seus estudos que a razão não foi o principal diferencial entre a espécie humana e os outros animais e nem mesmo esta explicaria o sucesso de nossa espécie.

---

[217] BOMFIM, 1930, p. 10 – 11.

[218] É de grande importância apontar que, para o autor, apesar do Estado possuir grande importância para este movimento de sociabilidade, este projeto não é realizável em um Estado conservador, militarizado e violento. É preciso produzir um espaço que conviva naturalmente com as necessidades de atualização ético-políticas com o devir das transformações e novas expectativas, o que não é possível no Estado ultracentralizado. Para tal argumento, é interessante o fato de que, com o golpe que depôs Washington Luís em 1930, Bomfim resolve adicionar um apêndice ao ensaio o Brasil na História apontado que, apesar de todas as suas críticas à república oligárquica, o governo conservador e militarizado de Vargas era uma escolha negativa e imensamente oposta às necessidades do país. BOMFIM, p. 529-560.

> Foi Darwin o primeiro a romper com a clássica filosofia inglesa, que vem desde Bacon, Hobbes, Locke, Adam Smith até Stuart Mill, Spencer, e que formula como base da moral o utilitarismo. Para ele, a base da moral é o pendor natural - o instinto altruístico – que leva o homem a procurar a companhia, e a interessar-se por eles, fora de qualquer cálculo, ou de motivos egoísticos.[219]

O desenvolvimento do homem não se deu através da disputa natural entre seus pares, nem pelo domínio ou a sobrevivência do mais forte, mas sim pela sociabilidade, pela capacidade de agir no mundo pela coletividade.[220] Sendo assim, o Darwinismo social seria uma deturpação da teoria de Darwin em favor da legitimação do ataque das nações mais poderosas sobre outras, além de uma falácia para tentar legitimar a superioridade étnica dos povos destas mesmas nações. O saber e a educação possibilitariam uma sofisticação do indivíduo sobre si mesmo, a respeito da coletividade da qual participa, acerca de seu tempo e as experiências de outros homens no tempo, o que potencializaria a sua capacidade moral e seu papel como agente da sociedade. A partir de novas relações com experiências históricas, novos aspectos da tradição se sedimentariam, realizando uma intensificação da intimidade com o passado:

> Da tradição se diria, com toda a propriedade: são almas que se continuam através das idades; são os veios que traçam o viver da humanidade. Ou, melhor, é a trama viva onde se tecem as consciências, para todos os efeitos de realização humana – moral, política, religião, arte, produção econômica... que tudo se faz como expressão patente de tradições. A sociedade humana existe e se desenvolve em sociedades parciais, de valor nacional que englobam agrupamentos menores, ou de valor mais restrito. E a vida da humanidade se reduz ao desenvolvimento desses agrupamentos, em que se incorpora a vida de uma tradição. Destarte, é a tradição mesmo que se desenvolve, e progride, e se apura, como se amesquinha, e decai, e deperece. (...) Finalmente, a substância da história é feita desses embates em que, sob a rubrica de *povos*, ou de *classes*, as tradições se afrontam, e lutam, para o avassalamento de umas pelas outras, com o resultado de substituições, fusões, eliminações, extinções – lentas ou súbitas, até que prevalece a tradição que representa um maior progresso humano, ou, pelo menos, a

[219] BOMFIM, 1930, p. 249 -250.
[220] UEMORI, 2008.

> virtualidade de progresso, em energias jovens, próprias para a indispensável renovação de formas – políticas, sociais, econômicas.[221]

Para Bomfim, o conhecimento sobre o passado, especialmente as potencialidades de determinadas tradições, expande a sofisticação e a qualidade da atividade ético-politica do homem. Este influxo do agir através de certo vínculo com as experiências decorridas ocorre necessariamente, ou ainda, por maior que seja o estranhamento em relação ao passado na modernidade, há sempre algum tipo de conexão com este, de modo que o papel de quem investiga o passado é, também, tematizar este ou aquele pretérito moralmente profícuo, com o intuito de evidenciá-lo, intensificando-o. No entanto, toda interpretação, representação ou apropriação do passado, em diferentes intensidades, influem neste vínculo. É partindo desta noção que Bomfim produz uma crítica historiográfica em seu ensaio buscando apontar a necessidade de se produzir (especialmente de forma profissional) reflexões sobre as experiências passadas que, além de prezarem por serem as mais fidedignas possíveis, valorizam dimensões adequadas para a relação ontológica do homem com os diversos aspectos temporais. Está ai a valia que torna a ação no presente profícua.

> Do estudo das sociedades na sua marcha evolutiva induzem-se as duas verdades: a) todo progresso social e político se faz ao influxo de uma tradição, na definição que nela se contém: b) nessa altura da civilização, o influxo da tradição tem de ser nitidamente, intensamente consciente (...). Quando um processo social, ou instituição histórica tem valor natural e correspondente a necessidade indeclinável, encontramos sempre, a dar-lhe base, um iniludível instinto, pois que o instinto significa exigência direta e formal da própria vida... Ora, desde os primeiros dias da humanidade, como no que ainda existe de almas primitivas, quando a ação exprime imediatamente imposição instintiva, verificamos o zelo constante pela tradição, com os ânimos a exaltarem-se nela, a levarem-se no influxo e na orientação que dela recebem. (...) O fundo, porém, é o da mesma fatal necessidade com que a vida se propaga. E tudo assim se resume: progredimos humanizando-nos, quer dizer, procedendo por motivos de consciência.[222]

---

[221] BOMFIM, 1930, p. 18-20.
[222] BOMFIM, 1930, p. 13 – 14.

É necessário ter consciência das energias que estimulam, mas também é indispensável apurá-las, ou seja, é preciso destacar a tradição que fomenta, motiva o progresso social e a coletividade, mas também evidenciá-la e intensificá-la objetivamente (conscientemente). Quase como (e muito provavelmente) se respondesse a alguns modernistas que acusavam tais argumentos de "passadistas"[223], no ensaio o autor defende que a tradição não é um ponto de estagnação que impossibilita a modernização. Trata-se de um fenômeno histórico não estático, plástico e que, ao invés de atravancar o que é moderno, oferece reflexões para que este seja alcançado de modo orientado e mais ajustado. As sociedades naturalmente se transformam através dos mais diversos contatos entre elas, à vista disso, "(...) as tradições derivam umas das outras, qual os povos mesmos".[224]

Naturalmente há dimensões do passado as quais são rememoradas, debatidas, tematizadas em detrimento de outras que, em certa medida, não o são. Enquanto ocorre a intensificação de certa "distância histórica" (acentuação de afastamentos) é produzida, simultaneamente, a redução de tal distância a cerca de outras experiências. Este processo ocorre necessariamente, porém, através das escolhas dos agentes em suas respectivas temporalidades. Não é possível estar completamente distante de certo campo de experiências - para Bomfim uma relação adequada com o passado orienta e explica, inclusive, o próprio progresso.

> A história seria um luxo perdido, inútil dispêndio de inteligência a que o homem não se entregaria, si não houvera a tradição, com a sua indiscutível utilidade – estimulo e orientação. Com esta compreensão cinemática da tradição, tudo nos parece lógico: ela é a forma de uma marcha orientada. A realização social se faz, necessariamente, em esforços individuais; mas é na tradição que se definem as possibilidades de harmonia entre o individuo e o conjunto social. Podemos considerá-la, pois, como a própria sociedade em continuação, tanto se condensam nela, as afinidades ativas, graças às quais se mantem e se desenvolve, em cada grupo, a vida social.[225]

[223] LAHUERTA, 1997, p. 96-110.
[224] BOMFIM, 1930, p. 21.
[225] BOMFIM, 1930, p. 14.

No interior da sensibilidade moderna surge uma nova forma de se relacionar com o passado: apesar de necessariamente (fenomenologicamente) produzirmos de alguma forma esta vinculação, este elo, há uma intensa atividade da *inteligência*, a qual também a negocia e a mede. A saber, com *inteligência* o autor se refere a formas de intervir no mundo a partir da atualização das faculdades intelectuais apresentadas e generalizadas como sendo a imprensa, o mercado editorial, a alfabetização e a educação em geral. Valoração se estabelece através do autoconhecimento, e aqui também há espaço significativo para o que temos chamado de uma pragmática lógico-formal. Isto, claro, junto a uma reeducação sentimental, a qual também é realizada, em temos Gumbrechtianos, pela presentificação[226] do passado e diminuição da "distância histórica" entre esta ou aquela tradição e o seu leitor. Ou seja, através de uma estratégia discursiva do estético, uma relação de intimidade com o passado e pelas experiências sensoriais. Importante notar, mais uma vez, que ambas pragmáticas (lógico-formal e estética) são constituídas a partir de um norteamento ético-político.

> Progresso e valimento ou perfeição não se fazem no vazio. (...) E compreende-se que todo progresso mental e social, para cada grupo humano, tem de fazer-se como reforço e apuro dos valores de consciência definidos na respectiva tradição. Dai a necessidade de buscar todos os fatos em que se torna sensível essa mesma tradição, e que as consciências mergulhem nela, até que a incorporem e lhe deem vida: a vida indispensável para o prosseguimento de fados próprios, pela plena expansão dos dons já revelados no passado. Não há que temer o termo: incluída no pensamento, a ideia não nos leva à reação, nem tende ao *chauvinismo*. Sim: a formula – tradição nacional não será para nós dique de estagnação, mas, nitidamente, formula de prosseguir orientação indispensável, pois que o progresso humano – moral, político e social, só é possível como desenvolvimento e expansão da tradição em que o grupo nacional se definiu. Lucidamente consciente, não podemos realizar verdadeiro progresso humano (...) senão conhecendo-a bem, parta, *conscientemente*, desenvolvermos todos os esforços no sentido em que ela se orienta *(...)*.[227]

[226] GUMBRECHT, 2009, p. 15.
[227] BOMFIM, 1930, p. 12.

3.4 O conceito de *progresso* na temporalidade instável de Manoel Bomfim

Durante a modernidade, o ideal civilizacional europeu cultural, social, econômico e tecnológico tornou-se um aspecto generalizado por grande parte do ocidente através da colonização e da fricção com as demais culturas. Segundo Koselleck, parte desta experiência esteve intensamente associada à noção de progresso. O aumento da "distância histórica" ou o distanciamento do "espaço de experiências" e a ampliação do "horizonte de expectativas" fomentou nos modernos a noção de que o futuro reserva, cada vez mais através da técnica, a possibilidade de aperfeiçoamento.[228] A natureza permanece como ela mesma, porém: "seu descobrimento avança seguindo uma metodologia que incrementa o domínio sobre aquela". A melhora da existência intramundana substituiu a escatologia pelo futuro aberto e incerto: "desde então passado e futuro se diferenciam qualitativamente".[229]

O conceito progresso "resume a experiência de uma nova época em uma palavra". A partir de então, conhecimento é entendido como crescente à medida que a humanidade envelhece: a razão se aperfeiçoava constantemente. Progresso tornou-se um "singular coletivo" onde o sujeito deste fenômeno se universalizou como ideal para o avanço da humanidade. Surge um cosmopolitismo que entende a humanidade como um sujeito ativo da história. Dos progressos particulares passou-se ao da história. O progresso tornou-se agente do tempo, sujeito e objeto. Não se fala em progresso da arte ou da ciência (substratos concretos do progresso) mais apenas do "progresso". A mudança não provém de uma personificação, mas "do progresso", entendido como um fenômeno que ocorre indiferente às ações dos agentes individuais, portanto, se move como um "sujeito traspersonal da ação".[230]

No entanto, no final do XIX, Koselleck nos informa que, no interior à noção de progresso se produziu certo descrédito, surgindo à desconfiança a respeito de sua característica linear. Rousseau, por exemplo, acreditava que, enquanto realizava-se progresso para alguns, gerava-se desigualdade para outros. Deste modo, Rousseau criou uma nova categoria para tratar da busca humana por aquilo que historicamente considera-se avanço: *perfectibilidade*. Esta, "não estava

---

[228] "El papel del agente empírico se reduce, realiza uma acción cuyo origem y sentido se atribuye al progresso. La acción individual se revela como un suceso que va más allá del agente" KOSELLECK, 2012, p. 95-96.
[229] KOSELLECK, 2012, p. 101.
[230] KOSELLECK, 2012, p. 97 – 107.

determinada histórica ou empiricamente, senão antropologicamente, a dizer, era uma categoria meta-histórica". O progresso é uma das consequências da *perfectibilidade*. No entanto a busca pela *perfectibilidade* produz efeitos dicotômicos.

Um determinado ganho apenas o é para um grupo específico e significa, para outros, algum tipo de desvantagem, negatividade. Enquanto, por exemplo, são produzidas grandes indústrias com potentes maquinários, explora-se cada vez mais uma mão-de-obra barata e em condições precárias de trabalho. Do mesmo modo, o investimento no progresso resulta simultaneamente na perda da inocência natural, a decadência da moral e a instrumentalização da linguagem, ou seja, ocasiona alguma forma de decadência.[231] Para Manoel Bomfim, alguma possibilidade de progresso se constitui com o investimento em projetos que efetuam alguma unidade afetiva e racional – o progresso não se realiza de forma independente. É necessário efetuar estímulos que podem convergir o interesse da população a produzir uma melhora qualitativa na sociedade:

> (...) como indivíduos, vamos nos sentindo de uma finalidade social, realizada no grupo a que pertencemos: é o progresso – político, moral, econômico... incluído no programa nacional, e que é, concretamente, a realização, cada vez mais ostensiva e completa, das possibilidades no conjunto humano.[232]

Nosso autor investe na noção de progresso como uma possibilidade de aperfeiçoamento da experiência, no entanto, entende que este processo não é um operador autônomo, portanto não se trata de um "sujeito traspersonal da ação". Sua realização depende dos agentes de uma determinada sociedade orientada por escolhas adequadas a sofisticação moral da sua realidade, e, ainda, por aquilo que é considerado desenvolvimento para uma determinada historicidade. Parte da estrutura que organiza esta sociedade e indica possibilidades no devir e no agir é a tradição. Portanto, compreende também que o avanço não pode ser estruturado na separação entre todo o "espaço de experiência" e o "horizonte de expectativas", mas no distanciamento em relação a um passado considerado inapropriado, e isto enquanto acentua-se um elo adequado sobre certo passado, o qual,

[231] KOSELLECK, 2012, p. 107 – 109.
[232] BOMFIM, 1930, p. 25.

ontologicamente, indica e anima potencialidades. Ainda mais, progresso é considerado pelo autor como um processo temporalizado, um fenômeno das escolhas modernas, o qual diz respeito ao que é considerado melhor em seu determinado tempo e espaço em cada sociedade.

Nos relacionamos antropologicamente ou ainda, como diria o autor, "instintivamente" e "afetivamente" com experiências passadas. No entanto, no mundo moderno estabeleceu-se certo privilégio da razão e seu exercício se tornou necessário para mediar um contato adequado com a realidade, inclusive a histórica. Isto denota que tornar-se "consciente" coletivamente neste mundo moderno significa compartilhar, mas também atualizar e sofisticar o uso da razão. A alteração desta consciência no tempo foi um fator característico da transformação da espécie humana. Do mesmo modo, a capacidade de se sociabilizar e criar vínculos afetivos estão intrinsecamente ligados ao sucesso da humanidade, portanto, a razão não pode desprezar o espaço sentimental. A "consciência" é apresentada pelo ensaísta como uma meta-narrativa histórica, a qual, no entanto, não se realiza a despeito dos homens, já que pode degenerar-se (assim como o progresso) sem o devido exercício de revitalização e generalização – o uso produtivo da razão e das capacidades sensoriais\afetivas dependem de um constante exercício e investimento. O vínculo com o passado é um dos elementos para estimular estas capacidades cognitivas.

> Nem está em nosso poder negarmo-nos a esse evoluir – do instinto para a consciência, onde se dissolvem-se as mesmas formas instintivas. Então, para dar satisfação para ás inflexíveis necessidades em que a vida se realiza, só nos resta, agora, a ação organizada em formas inteligentes e conscientes. Ninguém negará – que há, nos animais, um instinto de higiene (...) No homem, prevalecem essas mesmas necessidades, a que o instinto animal sabe atender; mas, si fossemos deixar ao instinto a indispensável higiene, breve se extinguiria a espécie. Estão, pedimos, cada vez mais, a inteligência consciente, no máximo da sua produção, os bons recursos de higiene... E, assim, para tudo mais que subiu as formas inteligentes e apuráveis.[233]

[233] BOMFIM, 1930, p. 14.

Para o ensaísta, a história do Brasil, colônia de Portugal, é uma evidência da compreensão de que a razão e a afetividade adequadamente utilizadas podem expandir através de uma relação apropriada com o passado: "Os feitos do primeiro Brasil, isto a que chamamos de - Idade Heroica tiveram repercussão explicita na conformação do mundo atual; mas vivemos como se não soubéramos disso; de fato, quase não o sabemos". O aumento e a defesa do território contra as tentativas de invasão das grandes potências mundiais e o estabelecimento da colônia teria se concretizado em grande medida pelos esforços coletivos que se estabeleceram entre as populações e, portanto, menos do que se acredita no que tange ao investimento da metrópole. Sendo assim, não há aqui um elogio ao Estado português ou a sua administração colonizadora, mas a ação conjunta da população frente as suas adversidades. Importante notar que, para o autor o sucesso desta defesa inviabilizou a invasão de outras nacionalidades aos outros territórios da América Latina. Esta experiência estruturou uma tradição de grande potencial, a qual se degenerou com a exploração excessiva e a falha administrativa da corte bragantina.

Retomando em *O Brasil na História* parte de seu argumento apresentado no ensaio *América Latina: males de origem* (1905), Bomfim discorre que o mesmo processo decadente se deu em Portugal - da maior potência mundial teria se transformado em uma nação degradada.

> A miséria em que vergaram os nossos destinos abafou as nossas legitimas tradições, substituindo-se, nelas, o halo de glória pelas emanações do que o bragantismo deu ao Estado português, e que nos foi imposto. E, feitos de epopeia, sumiram-se sob o bolor que foi a vida pública do Brasil – de 1650 em diante.[234]

No Brasil e em Portugal, os casos de "degeneração", a saber, decaimentos da política, da ética e da sociedade em geral, deram-se devido à desorientação produzida, em grande medida, pela deturpação de suas tradições. A desestabilização das formas tradicionais do agir desestruturou a sociabilidade de ambas as comunidades. Os portugueses não souberam intensificar as possibilidades de desenvolvimento das relações humanas durante o "humanismo

[234] BOMFIM, 1930, p. 16.

comercial", priorizando o mercantilismo e a cobiça material e, ainda, impulsionando o individualismo.

> Nos meados do século XVII já havia o Brasil. (...) E não tarda que, dilatando-se, nas próprias forças, desbrave e conquiste o interior do continente, modelando-o definitivamente. Plantado na costa oriental desta América, destinado, assim, a receber os ataques dos que pretendiam despojar os primeiros colonizadores, o Brasil soube defender-se integralmente, e, com isto, defendeu toda a terra sul americana, salvo na parte que ficava fora do seu resguardo, ao Norte. E tudo se fez, muito explicitamente, como energia própria, pois que os mesmos fados que fizeram esta colônia, conduziram a metrópole portuguesa a extrema degradação, deixando o Brasil praticamente abandonado. (...) A colônia se gerara na virtude do Portugal heroico, e que fora o animo nacional mais forte e mais explicito na aurora da vida moderna. Nascido desse gérmen, levada a aproveitar as energias jovens da terra, a colônia se criara na luta incessante – pela intransigente defesa, contra Franceses, Castelhanos, Ingleses, Holandeses (...).[235]

Como citado anteriormente, progride-se humanizando-se, agindo motivados pela consciência organizada, pela medida que é a do bem da totalidade (ético-moral), a qual se opõe ao egoísmo. Se parte deste progresso se dá através de uma relação adequada com certas experiências passadas, torna-se necessário cultivar e inspirar-se na tradição, dentre outras formas, pela historiografia e pela ampliação de seus possíveis leitores através da educação. A própria educação precisa se dar a partir do espaço público, para que somente então seja um projeto possível e, por conseguinte, o saber histórico se generalize. Ou seja, entendo que para Bomfim, bem como para muitos ensaístas nesta mesma temporalidade, este espaço público, esta intervenção mais livre, menos especializada, era o ponto de determinação, a própria condição de possibilidade para a educação e para o conhecimento a respeito do passado. Claramente, o ensaísta entende esta possibilidade do conhecimento histórico em relação ao progresso como uma realidade moderna.

---

[235] BOMFIM, 1930, p. 15.

> A necessidade de cultivar as tradições nacionais, e de inspirar-se nelas, foi uma das últimas a definir-se explicitamente na consciência. Desde sempre atenderam os povos as suas glória históricas; mas, só nos últimos séculos a história foi considerada como orientadora e estimulante do progresso social. O fato se manifestou com o empenho em fazer a filosofia da história, para dela tirar inspirações de progresso – para definir o mesmo progresso, cuja noção é bem recente.[236]

Sendo assim, outras sociedades grandiosas passadas (Gregos e Romanos, por exemplo), tendo constituído realizações as quais se tornaram de grande valor e significado para a modernidade, não vivenciaram uma noção de desenvolvimento linear, ou seja, progresso. Como aponta Gumbrecht, a perspectiva moderna de progresso tornou-se disponível com o surgimento do "observador de primeira ordem", onde importante parte dos homens estabeleceram a separação do sujeito (quem observa, investiga e produz compreensões sobre o mundo) do objeto, do mundo das coisas.[237] Bomfim possuía a noção da mesma experiência moderna do progresso, a qual se relacionaria diretamente com uma consciência que coteja outras experiências e produz juízos sobre as mesmas. Compreende também que tais experiências apenas tornam-se compartilhadas e norteadoras, como a tradição, através de uma íntima relação entre a cognição do indivíduo e a moral:

> *Evolução*, em linguagem subjetiva – para os fatos humanos, é progresso. Ora, os antigos, e menos ainda, os da Média-Idade, nunca alcançaram a ideia de progresso: por que? Porque tal noção teve de ser inferida na própria vida moral, e só muito recentemente chegou a consciência humana a esse grão de intensidade e de profundeza, necessário para realizar a completa análise íntima, que permite reconhecer, em cotejo com os efeitos de outras consciências, as diferenças de graus e de desenvolvimento moral, refletidos na visão interior. É dessas diferenças, quando elas podem ser verificadas e apreciadas, que veio a ideia de progresso. (...) a ideia de progresso se referiu antes de tudo a vida moral: é diretamente alcançada por está análise intensa de consciência, em exames subjetivos.[238]

---

[236] BOMFIM, 1930, p. 21.
[237] GUMBRECHT, 1998, p. 12 – 14.
[238] BOMFIM, 1930, p. 21 – 22.

Para Bomfim, se trata de uma espécie de "marcha evolutiva" onde se estabelecem ganhos de grande valor para a humanidade. Porém, sua concepção de evolução diz respeito à sua leitura atenta de Darwin, significando simplesmente atravessar de um "estado adaptativo" para outro, não atingindo necessariamente um grau de maior qualidade. Segundo o autor, produzimos nossas análises como se "a natureza e o universo fossem aspectos estáticos definitivos", apesar de não o serem, "esta necessidade de apoiar-se o espírito na ideia de estados definitivos tem expressão, ainda, na constante aspiração de repouso mental, teorias completas, explicações absolutas, sistemas explícitos". Partindo desta predicação, ainda pontua "que antes de poder analisar *evoluções* e mutações, devemos ter, bem explícita no espírito a compreensão de estados".[239] Por conseguinte, nenhuma destas contribuições são conquistas incontornáveis: apenas a intensa e constante validação destas experiências pelas sociedades as tornam, de alguma forma, disponíveis como tradição: elas podem, portanto, ser perdidas. Ainda mais, o que é considerado de valor para uma determinada coletividade é constituído historicamente em uma temporalidade singular.

Se, para o ensaísta, apenas "uma consciência refletida muito intensa, apurada na verificação de condições estáticas, senhora dos recursos da análise; só tal capacidade de exame poderia entrever a possibilidade de mutações incessantes e ordenadas, como é essencial no progresso", tal ideia (progresso - transformação ou evolução ordenada pela consciência) apenas pode surgir como conceito em uma experiência que enxerga o passado como estados, como estratificações que se transformam em outras. "Só então, é possível reconhecer uma evolução, que já não é somente o apreciar de um estado, senão o verificar – a transformação de uns estados em outros". Isto explica o próprio homem moderno em seu valor ético: passar de um estado moral a outro. Esta experiência moral também é parte das possibilidades desta historicidade moderna. Está, assim, historicizado o progresso. Não é compreendido como um fenômeno imparável, mas uma escolha a qual ainda possui potencial de transformação para aquilo que se considera melhor na específica experiência do início do século XX, e para nosso autor, esta é uma legítima motivação para intensificá-lo.

[239] BOMFIM, 1930, p. 22.

> Heráclito poderia ter tido uma qualquer intuição do fato; Lucrécio, inspirado dos epicuristas, teria dado atenção aos aspectos sensíveis de uma evolução natural nas sociedades... Nenhum, porém, teve força para abalar a filosofia política e social, que, em Platão e Aristóteles, presume, sempre, estabilidade, em formas definitivas. Só muito tarde, quando prevalecem as concepções do século XVIII, com Lessing, Prestley, Turgot, Goethe... é que a ideia de progresso se tornou noção definitivamente aceita (...).[240]

Segundo Bomfim, o rompimento com a busca por estabilidades em formas definitivas e circulares e a sedimentação da noção de transformações de uns estados a outros criou condições de se experienciar, verificar e investir na transformação, no progresso. Mais do que isto, tornou-se constante o esforço em tentar controlar as modificações no mundo (voluntárias ou não) de forma minimamente ordenada para determinados fins, ou seja, produzindo ciência – "A lembrar as vistas de Pascal - que a humanidade existe e avança 'considerada como um mesmo homem, que subsiste sempre, e aprende continuamente'. É dai que a ideia se estendeu sobre a filosofia, abrangendo a natureza toda, e o próprio Universo, em plena evolução"[241], ou seja, há uma relação íntima entre a noção de progresso social, a produção de saber e técnicas com a observação e análise dos fenômenos.

Simultaneamente, a partir da ética, o progresso torna-se uma experiência individual e coletiva já que, "as coisas se passaram de forma que o progresso foi, em primeiro lugar, uma condição interna, humana, forma de moralidade, daí transportada para o mundo objetivo, iluminado, assim, na luz desta íntima reflexão da vida subjetiva".[242] Se o progresso, como experiência, é reconhecido como um valor ético, a formação (ou educação) do indivíduo é um aspecto de essencial importância para se investir nesta suposta melhoria. Como se trata de um valor moral e ético, este progresso, apesar de nunca realizar-se para todos, precisa constantemente aludir à grande conquista da "filosofia moderna", a qual "reconhece e proclama a igualdade de natureza moral entre os indivíduos", na "conquista da igualdade entre os homens... Justiça entre os povos", já que

---

[240] BOMFIM, 1930, p. 22.
[241] BOMFIM, 1930, p. 22 – 23.
[242] BOMFIM, 1930, p. 24.

vivemos em mesmas circunstâncias existenciais. Esta igualdade como princípio também é um fenômeno moderno.

> Foi, essa, a grande descoberta, de que decorre a própria noção de progresso. E só se fez muito tardiamente. Para reconhecer que, apesar de todas as desigualdades sociais e de aptidões, há analogia essencial nas almas, foi preciso uma longa e aturada analise íntima, profunda, para o cotejo das propriedades congêneres e das atividades análogas, de indivíduo a indivíduo. Dobraram as consciências, e *refletidas*, verificaram que *somos iguais*, e podemos aceitar o dever de assim viver, reconhecendo aos outros *iguais* direitos.[243]

Bomfim nomeia de "evolução da consciência" a atividade cognitiva a qual o homem estabeleceu com os objetos (mundo das coisas), consigo mesmo enquanto indivíduo (percepção existencial) e com as coletividades (sociedades) desde a antiguidade. Sua análise deste processo histórico tem por objetivo compreender algumas características, individuais e comunitárias, de grande parte da mentalidade e do modo de ação do homem moderno ocidental. Com isto, possui o intuito de argumentar que, nesta predicação do que é a modernidade, "toda nação tem o seu caráter, cuja expressão formal se encontra na respectiva história, registro de experiências e de motivos de confiança".

> Evolução da consciência: simples representação, ou notação de impressões, sem que a consciência se reconheça a si mesma; reflexão dispersa do espírito a propósito de cada uma de suas atividades, e em que – o homem examina em seus conhecimentos, e discute as próprias decisões; observação da atividade psíquica em outros, para o cotejo do que o indivíduo conhece de si mesmo – constatação das primeiras analogias entre as consciências; apreciação da coerência intima do espírito – noção do próprio EU como unidade formal; finalmente, intensidade de consciência, o bastante para que o espírito se analise como continuidade, com o reconhecimento das mutações possíveis através dessa mesma continuidade.[244]

Apenas nestas disposições mentais, sociais e culturais as experiências modernas de justiça, exame crítico, livre arbítrio e progresso poderiam surgir. Este

[243] BOMFIM, 1930, p. 23.
[244] BOMFIM, 1930, p. 24.

"evoluir", para Bomfim, significa transformar de forma mais adaptada às perspectivas de seu tempo. O progresso não é uma filosofia da história em seu ensaio, mas um fenômeno moderno no qual investir é uma atitude legítima e adequada, pois possibilita através de uma preocupação moral expandir o que considera-se melhor, adequado à sua historicidade, apesar de não haver necessariamente o que constitui maior valor qualitativo.

> Tal desenvolvimento evolutivo nos explica porque, além da ideia mesma de progresso, outras ideias (e até métodos) que nos parecem essenciais, só tão tardiamente houvessem surgido. Tal acontece com a noção de *justiça*, a formula de *exame crítico*, e a concepção de *livre arbítrio*... Há, mesmo, perfeita analogia entre o valor dado á noção de *progresso*, e a de *livre arbítrio*. Na realidade objetiva, não há progresso, pois não poderia haver *melhor*, nem *pior* - Há evoluções; mas, conscientes, no orientar e animar nossos esforços, agimos como se houvera, de fato, progresso, e conduzimos a ação para aquilo que, no subjetivo da espécie, consideramos como *melhor*.[245]

O que é considerado progresso diz respeito a uma historicidade singular, se trata de um movimento ético-moral específico, ou seja, se constitui em um mundo singular. No interior desta compreensão, se torna crucial produzir saber histórico e o cultivo da tradição em um esforço orientador que busca estimular as potencialidades das ações dos indivíduos e da coletividade para atingir tal progresso. A tradição pode intensificar e unificar ideais, expectativas e metas relativamente comuns a uma sociedade; possibilidades as quais um grupo pode se organizar para atingir, organizando, assim, determinado progresso. Na história encontra-se a "tradição", as "experiências" e os "motivos de confiança": "só ai, podemos achar o que nos explique o presente, e as virtualidades discerníveis no futuro".[246]

---

[245] BOMFIM, 1930, p. 24 – 25.
[246] BOMFIM, 1930, p. 25.

Conclusão

Os autores com os quais trabalhamos, e podemos dizer, a maior parte dos intelectuais da Primeira República e suas obras estão notadamente centrados em um momento decisivo, tanto do ponto de vista intelectual quanto político, social e cultural. Em tal contexto, a escrita da história veiculada a partir do mercado editorial, dialogando com determinadas compreensões próprias à cientificidade da época, e isto no interior de uma conjuntura política específica, tornou-se um âmbito fundamental à produção de orientações e de projetos para a República. Motivada pela incorporação de todo um ideário cientificista e naturalista produziram um conjunto de projetos no que diz respeito à intervenção política naquele momento decisivo à constituição da República. Estes ensaios também participam e são escritos no interior deste tempo profundamente acelerado, como vimos, de modo que se dedicam à sua reestabilização. É possível observar nos ensaios *Retrato do Brasil* e *O Brasil na História* uma experiência de tempo acelerada e instável devido às transformações constantes, especialmente pelas novidades, expectativas e apreensões com a República.

Em meio a estas adversidades, as possibilidades de orientação compreendidas por Prado e Bomfim, e creio que por grande parte da comunidade letrada do início do século XX, organizavam-se através de uma linguagem lógico-formal (ou sentido) e estética (ou "presença"), ambas com princípios ético-políticos. Deste modo, indicavam seus leitores a uma urgente necessidade de reeducação sentimental focada na superação do individualismo e produção de uma maior sociabilidade/socialização. Aqui se encontra a importância do plano educacional para expandir o acesso deste ideal de formação. Acreditava-se que esta maior integração sob o signo da nacionalidade possuía grande potencialidade para convergir consciências no sentido do desenvolvimento desta mesma nação, um esforço sintetizado pelo conceito de progresso, mesmo que um progresso matizado, não ingênuo, limitado e historicizado. Percebe-se que este grande investimento intelectual está no interior do que descrevemos como uma *Stimmung* melancólica, um clima que reúne simultaneamente enfrentamento e insegurança a respeito das tribulações do tempo.

No interior deste clima e, para este programa, o saber sobre o passado possuía o papel importante de sofisticação da tradição através do estabelecimento de uma nova relação com o espaço de experiências. Para tal, Prado e Bomfim se dedicaram a um esforço teórico e metodológico que aproximou os aspectos subjetivos e objetivos da realidade, um amálgama entre o elemento científico e o sensorial. A partir desta operação intencionava-se reduzir a "distância histórica" com aquelas experiências passadas consideradas de singular potencialidade para o presente. Do mesmo modo, era intensificada a "distância histórica" acerca das dimensões do passado que estabeleciam alguma forma de entrave para o presente. O passado é tematizado nestas proposições como um esforço para produzir soluções e intervir neste tempo profundamente acelerado.

Ao estabelecer as relações entre *ensaio histórico* e *escrita da história* foi possível compreender que para os dois autores (e muitos outros os quais compartilham a mesma temporalidade), era de grande importância realizar uma síntese interpretativa sobre a formação da nação, por exemplo. Partindo deste discernimento, eram projetadas possibilidades de ação e transformação social, ambas as tarefas que concebiam centralidade à história. Paulo Prado se esforçou por compreender o que apontava como um sentimento partilhado de melancolia e "tristeza", características da sociedade brasileira resultantes do processo histórico no Brasil, o que seria intensificado por determinadas interpretações "inapropriadas" da própria história. Segundo o autor, não havia uma relação afetiva minimamente generalizada que produzisse sociabilidade e possibilitasse investir no progresso, *topos* de grande parte dos letrados na segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX.

A partir desta experiência de tempo acelerada, o passado se estende até o presente através de um sentimento de "tristeza", o determinando em muitos aspectos. Para que se possa constituir qualquer viabilidade de estabilização, seria preciso tematizar esta "tristeza" de forma a reconhecer suas propriedades determinantes e pensar em modos de superá-la. Obviamente, tratava-se de uma tarefa colossal a qual exigiria uma reeducação em nível nacional que mobilizasse o Estado e a sociedade civil, o que evidenciava sua atitude melancólica, mescla de enfrentamento e desesperança. Neste labor, o conhecimento histórico poderia rearranjar a tradição ao refletir sobre experiências que geraram heranças negativas e matizar outras que indicavam valor para o presente.

Para Bomfim, escrever história significava atrelar-se a uma grande responsabilidade já que uma das perspectivas da ciência do período delimitava o que o ensaísta chamava de “degradação” ligada à composição étnica brasileira e suas capacidades. Segundo o autor, o historiador deveria estar consciente das consequências ao reificar tais argumentos: um impacto desmoralizante e desmotivador na sociedade. Era necessário, portanto, desvelar a nossa verdadeira “tradição” e suas “potencialidades”. As paixões nacionais, aquilo que compõe uma espécie de caráter e sentimentos compartilhados pelos indivíduos, as afinidades de uma sociedade, são, em sua perspectiva, uma importante dimensão para o trabalho intelectual do historiador.

Escrever história era, inevitavelmente, se envolver na formação moral dos seus leitores e, portanto, apresentar princípios ético-políticos significava assumir uma dimensão inseparável do saber - científico ou não - e, por fim, sofisticar a disciplina. Seria possível animar, provocar certo sentimento de valor nos leitores através do desvelamento de tradições que demonstrassem o quanto as potencialidades do homem brasileiro no passado foram múltiplas e que, por conseguinte, encontravam-se na possibilidade de serem reconfiguradas. E mais, não era possível obter uma objetividade restrita a despeito disto. Mais uma vez, as subjetividades são de grande relevância para a compreensão de experiências passadas. A história era evidência de que o brasileiro não é um “degradado” e que suas capacidades não seriam determinadas pela sua composição étnica - qualquer que fosse.

Em seu projeto era preciso compreender as motivações, as “vocações” da nação e, dessa forma, incentivar e trazer ânimo para as identidades e as mentalidades, estimulando assim o desenvolvimento social, e consequentemente o político e econômico. O trabalho historiográfico precisava se preocupar com o desvelamento das multiplicidades, daquilo que as constituiu e dos processos que revelassem as potencialidades dos povos. Nota-se que, para Bomfim, é necessário tomar consciência das motivações que orientam o ofício do historiador e, em seguida, informá-la no procedimento de escrita como uma possibilidade enriquecedora para a compreensão histórica e orientação no presente. Neste ensaio, a história se constitui de múltiplos processos no tempo e espaço, os quais podem e devem, através da historiografia, serem desveladas e interpretadas pela razão e pela subjetividade na busca por nortear e incrementar a realidade no

presente. Caso as tradições não sejam evidenciadas e intensificadas a fim de potencializar os sujeitos sociais enquanto agentes de transformação, a ação coletiva possivelmente estará comprometida, contra até mesmo um Estado oligárquico ou autocrático.

Nota-se nestes dois ensaios grande preocupação em estabelecer uma linguagem pragmática de ordem estética ("presença") e também de ordem lógico-formal (sentido), ambas com forte norteamento ético-político onde a compreensão histórica possui singular importância. É na rearticulação com as experiências passadas que surgem perspectivas para intensificar e orientar progressos. As experiências podem oferecer heranças e ressignificações através de cotejos ou esforços de síntese. Se o conhecimento contido no trabalho do historiador pode estar entre aqueles que fomentam mentalidades, potencializam e dão novos significados ao passado, em alguma proporção a historiografia constitui-se ativa na configuração do presente. Um e outro procuram instigar seus leitores a refletir sobre o processo histórico e sua própria temporalidade; para então tomar consciência da capacidade de atuar no presente como uma tarefa de sociabilidade. Neste sentido, a história escrita é provocada a enfrentar dimensões de realidades passadas assumindo seus traços subjetivos e objetivos.

Referências bibliográficas

ABREU, J. Capistrano de. “Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”. In: Ensaios e estudos (critica e historia). 1ª. série., Livraria Briguiet, 1931.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido*: tempo vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALONSO, Angela. *O positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro no final do Século XIX*. Coleção documentos. Série Teoria Política. IEA/USP, São Paulo, v. 09, 1995.

ANDRADE, Yara Rodrigues de. *(Im)possível nação*: o Brasil de Manoel Bomfim e de Paulo Prado no início do século XX. Dissertação de mestrado defendida pela PUC-SP em 2008.

ARAUJO, Valdei Lopes de. RAMOS, André. A emergência de um ponto de vista cosmopolita: a experiência da História de Portugal na *Universal History*. Almanack. Guarulhos, n. 10, p. 465-491, agosto de 2015.

ARAUJO, Valdei Lopes de. “Sobre a permanência da expressão *história magistral vitae* no século XIX brasileiro”. In: ARAUJO, Valdei Lopes de. MOLLO, Helena Miranda. NICOLAZZI, Fernando F. (Org.). *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão.* Rio de Janeiro: FGV, 2011.

BENTO, Luiz Carlos. Teórico, ensaísta ou rebelde: A importância do pensamento sócio-histórico de Manoel Bomfim para a historiografia brasileira. *Expedições: Teoria da História e Historiografia* (Online), Goiás, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/revista_geth/article/view/267/234>. Acessos em 30 de Jul. de 2014.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Tietê, Tejo, Sena*: a obra de Paulo Prado. Tese de doutorado defendida pela UNICAMP em 1994.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina*: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História*: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

BOMFIM, Manoel. *Pensar e dizer*: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem. São Paulo: Casa do Psicólogo: Conselho Federal de Psicologia, 2006.

BOTELHO, André. *O batismo da instrução*: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim. Dissertação de mestrado defendida pela UNICAMP em 1997.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. *DTempo Social* (USP), v. 22, p. 47-66, 2010.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a impertinência bomfiniana em torno *da* identidade nacional. *Cronos* (Natal), v. 9, p. 417-438, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/cronos/article/viewFile/1786/pdf_37>. Acessos em 30 de Jul. de 2014.

DE LUCA, Tania Regina. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

DINIZ, Cláudio Lúcio de Carvalho. Tristeza Tupiniquim: a melancolia brasileira no retrato do Brasil de Paulo Prado. Comunicação apresentada no I Encontro Memorial do ICHS, na UFOP, ocorrido entre os dias 9 e 12 de novembro de 2004, na Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível no endereço: www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h9_4.doc. Acessos em 30 de Jul. de 2014.

DUTRA, Eliana de Freitas. O não ser e o ser outro: Paulo Prado e seu Retrato do Brasil. *Revista Estudos Históricos*, v. 14, n. 26, p. 233-252, 2000.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903 – 1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GAIO, Henrique Pinheiro Costa. *Pessimismo e Ruína*: um retrato essencial do Brasil. Dissertação de mestrado defendida pela PUC-Rio em 2008.

GIL, Gilson .Gilberto Freyre versus Paulo Prado: a questão da identidade nacional brasileira. *Ci. & Tróp.* v. 22, n. 2, p. 211-220, jul./dez. 1994.

GOMES, Ângela de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim (1868-1932) e a escrita da História do Brasil. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, nº 45, pp. 129-154, São Paulo, 2003.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano:* Capistrano de Abreu (1853-1927) – memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista*, vol. *06*, dez. 2000.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. *História da historiografia*, Ouro Preto, n.º 3, setembro de 2009.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung*: sobre um potencial oculto da literatura. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. "Cascatas de modernidade; Espaços de tempo pós-modernos". In: *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo.* Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença*; o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2010.

HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e Fisionomia*: a história do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*; presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* São Paulo: Companhia das letras, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Historias de conceptos*: estúdios sobre semantica y pragmática del linguaje. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos,* Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jun. 1996 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php ?script=sci_arttext&pid=S0104-59701996000100006&lng=pt&nrm=iso> acesso em 30 jul. 2014.

LAHUERTA, Milton. "Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização". In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, p. 96-110, 1997.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. "Historicismo: útil e o agradável". In: VARELLA, Flavia Florentino; MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sergio Ricardo da; ARAUJO, Valdei Lopes de. *A dinâmica do historicismo*: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

NETO, Manoel Pereira de Macedo. Construindo Percursos Contra-hegemônicos: contribuições de Manoel Bomfim para a história, a historiografia e a educação brasileiras. In: *XIII Encontro estadual da AMPUH*, História e historiografia: Entre o Nacional e o Regional, 2008, Guarabira, 2008.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história*: A viagem, a memória, o ensaio. Tese de doutoramento defendida pela UFRGS em 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A questão nacional na primeira república”. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista**.** *Rev. Bras. Hist.*, vol.30, n.59, p. 37-52, 2010.

POCOCK, J. G. A. *The machiavellian moment*. Princeton, Princeton University Press, 1975.

PORTUGAL, Francisco Teixeira. JACO-VILELA, A. M. ; MONTEIRO, D. B. R. Dominação, história e evolucionismo na América Latina: a perspectiva de Manoel Bomfim. *Psico*, PUCRS (Online), v. 41, p. 325-331, 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/6613/5853>. Acessos em 30 de jul. 2014.

PORTUGAL, Francisco Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* (Online), v. 10, p. 596-612, 2010. Disponível em: http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a18.pdf . Acessos em 30 de jul., 2014.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*: ensaio sobre a tristeza brasileira. (Versão digitalizada da primeira edição de 1928, publicada em 2006) São Paulo: Oficinas Gráficas Duprat-Mayença (reunidas), 1928.

RAMOS, André. *Robert Southey e a experiência da história de Portugal*: conceitos, linguagens e narrativas cosmopolitas (1795-1829). Dissertação de mestrado defendida pela UFOP em 2013.

RANGEL, Marcelo de Mello. O clima histórico no período regencial sob o olhar do romantismo: pessimismo e esperança na poesia de Gonçalves de Magalhães. *Revista ArtCultura*, v. 15, n. 26, jan. – jun., p. 169-186, 2013.

RANGEL, Marcelo de Mello. *Reflexão e diálogo*: liberdade e responsabilidade em Gonçalves de Magalhães e a construção da Nação brasileira. Dissertação de mestrado defendida pela PUC-Rio em 2005.

RANGEL, Marcelo de Mello. Romantismo, *Sattelzeit*, melancolia e “clima histórico” (Stimmung). *Revista expedições*: Teoria da História & Historiografia, v. 25, n. 2, Jul. Dez., p. 53-62, de 2014.

RIBEIRO, João. *Historia do Brazil*. 1ª Ed., Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho. 1901.

ROSAVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão:* tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência*: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo: Moderna, 1984.

UEMORI, Celso Noboru. Darwin por Manoel Bomfim. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 327-348, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Tempo* (London), Niterói, v. 8, p. 7-22, 1999.

WALDMAN, Thaís Chang. Moderno Bandeirante: Paulo Prado entre espaços e tradições. Dissertação de mestrado defendida pela USP em 2009.